

**Zaira Regina Zafalon
Martha Suzana Cabral Nunes
Márcia Ivo Braz
Alessandra dos Santos Araújo**
Organizadoras

**PERCURSOS DE PESQUISA
EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

**mediação da informação e
gestão do conhecimento**

Abecin
EDITORA

**PERCURSOS DE PESQUISA EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Zaira Regina Zafalon
Martha Suzana Cabral Nunes
Márcia Ivo Braz
Alessandra dos Santos Araújo
(Organizadoras)

**PERCURSOS DE PESQUISA EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**
**mediação da informação e gestão do
conhecimento**

São Paulo
Abecin Editora
2021

©2021 by Zaira Regina Zafalon, Martha Suzana Cabral Nunes, Márcia Ivo Braz e
Alessandra dos Santos Araújo (organizadoras)
Direitos desta edição reservados à ABECIN Editora

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA CREATIVE COMMONS



Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0

É permitido copiar, distribuir, exibir, executar a obra e criar obras derivadas desde que sem fins comerciais e que seja dado o crédito apropriado aos autores e compartilhada sob a mesma licença do original.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P429 Percursos de pesquisa em Ciência da Informação : mediação da informação e gestão do conhecimento / Zaira Regina Zafalon, Martha Suzana Cabral Nunes, Márcia Ivo Braz e Alessandra dos Santos Araújo (org.). – São Paulo: Abecin Editora, 2021. 258 p.

e-ISBN: 978-65-86228-06-9.

Inclui referências.

Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora>.

1. Ciência da Informação. 2. Mediação da informação. 3. Gestão do conhecimento. I. Zafalon, Zaira Regina, org. II. Nunes, Martha Suzana Cabral, org. III. Braz, Márcia Ivo, org. IV. Araújo, Alessandra dos Santos, org.

CDU: 02(05)

CDD: 020

Ficha catalográfica: Melissa dos Santos Araújo – CRB-1 3426/DF.

COMISSÃO EDITORIAL E CIENTÍFICA

Editor-chefe: Zaira Regina Zafalon (UFSCar)

Aldinar Martins Bottentuit (UFMA)	José Antonio Frías (USAL, Espanha)
Alessandra dos Santos Araújo (UFS)	José Antonio Moreira González (UC3M, Espanha)
Andréa Pereira dos Santos (UFG)	Manuela Moro Cabero (USAL, Espanha)
Aurora Cuevas-Cerveró (UCM, Espanha)	Márcia Ivo Braz (UFPE)
Célia Regina Simonetti Barbalho (UFAM)	Márcio Bezerra da Silva (UNB)
Danielly Oliveira Inomata (UFAM)	Marta Lígia Pomim Valentim (UNESP)
Dunia Llanes Padrón (UH, Cuba)	Martha Suzana Cabral Nunes (UFS)
Franciele Marques Redigolo (UFPA)	Meri Nadia Marques Gerlin (UFES)
Helen Beatriz Frota Rozados (UFRGS)	Naira Christofoletti Silveira (UNIRIO)
Henriette Ferreira Gomes (UFBA)	Paulina Szafran (UDELAR, Uruguai)
Ieda Pelógia Martins Damian (USP)	Samile Andréa de Souza Vanz (UFRGS)
Isidoro Gil Leiva (UM, Espanha)	Valéria Martin Valls (FESP/SP)
Ivana Lins (UFBA)	

Normalização: Autores

Diagramação, Editoração, Revisão e Capa: Zaira Regina Zafalon

O conteúdo dos capítulos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam necessariamente a posição oficial da Editora Abecin. Os originais foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros da Comissão Editorial e Científica desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
<i>Zaira Regina Zafalon, Martha Suzana Cabral Nunes, Márcia Ivo Braz e Alessandra dos Santos Araújo</i>	
CAPÍTULO 1 – A mulher bibliotecária e o estereótipo de gênero no Brasil	13
<i>Isadora Cristal Escalante e Patrícia Mallmann Souto Pereira e Luciano Rodrigues de Souza Coutinho</i>	
CAPÍTULO 2 – Bloco afro odomode no Vinte de Novembro: celebração e resistência negra nas ruas de Porto Alegre, RS ..	26
<i>Natália Souza Silva e Eráclito Pereira</i>	
CAPÍTULO 3 – Metacuradoria e ações de informação: reflexões sobre o protagonismo de pessoas com deficiência na elaboração de processos museológicos	39
<i>Dariane Moreira Resende e Clovis Carvalho Britto</i>	
CAPÍTULO 4 – Descobrindo trajetórias: análises, aspectos e idealizadores do 1º Congresso Nacional de Museus de 1956 em Ouro Preto	53
<i>Nathalia Gianini Reys e Ana Lúcia de Abreu Gomes</i>	
CAPÍTULO 5 – Os equipamentos culturais em União dos Palmares/AL como meio de valorização à cultura afro-brasileira	65
<i>Rennata Maria Marques Batista e Rosanne Maria de Oliveira Silva e Marcos Aurélio Gomes</i>	

CAPÍTULO 6 – O triângulo da memória, da ação cultural e da informação na Ciência da Informação 85

Almiraci Dantas dos Santos e Maria de Lourdes Lima

CAPÍTULO 7 – Raízes entrelaçadas no tempo: a Magnólia e o Museu Joaquim José Felizardo 103

Katia Cilene de Almeida e Ana Celina Figueira da Silva

CAPÍTULO 8 – Quadrinhos e formação do leitor eterno 116

Pamela Munhoz da Cunha Cassiano e Priscila dos Santos Louro e Carla Regina Mota Alonso Diéguez

CAPÍTULO 9 – O uso do livro sensorial para a contação de histórias 126

Christoffer Moacir Sabatke e Sueli Bortolin

CAPÍTULO 10 – A leitura no ambiente prisional feminino 139

Francisca Liliana Martins de Sousa e Virgínia Bentes Pinto

CAPÍTULO 11 – Os clássicos nas bibliotecas públicas de Porto Alegre 152

Wagner Bernardes Zimmermann e Martha Eddy Krummenauer Kling Bonotto

CAPÍTULO 12 – Documentos públicos e seus aportes para a boa governança municipal: um recorte a partir de municípios da Paraíba 164

Lilian de Mendonça Pereira e Julianne Teixeira e Silva

CAPÍTULO 13 – As relações entre a memória organizacional e a gestão do conhecimento na perspectiva dos arquivos: um relato de pesquisa 176

Rayan Aramis de Brito Feitoza e Emeide Nóbrega Duarte

CAPÍTULO 14 – Cultura e comunicação informacional como fatores influenciadores da construção de conhecimento em ambientes empresariais 190

Cássia Dias Santos e Marta Lígia Pomim Valentim

CAPÍTULO 15 – Revisão de literatura sobre as principais técnicas de compartilhamento do conhecimento tácito no contexto da gestão do conhecimento nas empresas 213

Josceline Lira e Bruno Tenório Ávila

SOBRE AS ORGANIZADORAS, AS AUTORAS E OS AUTORES .. 239

APRESENTAÇÃO

Este livro é um marco tanto para a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin) quanto para a Abecin Editora! Quando, no final de 2020, surgiu a ideia de darmos visibilidade aos estudos desenvolvidos nos cursos de graduação e publicarmos pela Abecin Editora as pesquisas que haviam sido premiadas nas várias edições do Concurso TCC Abecin em uma coletânea, também vimos uma oportunidade de comemorar os 20 anos da Abecin!

O Concurso TCC Abecin teve sua primeira edição em 2002 e, depois de um intervalo, voltou a acontecer continuamente a partir de 2012. Ao longo destes anos, ocorreram 10 edições do Concurso e 72 pesquisas foram premiadas!

Uma dimensão do significado desta ação anual da Abecin na promoção do Concurso junto às instituições pode ser notada a partir de alguns números sobre as premiações: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi laureada em 13 ocasiões (sendo cinco vezes no curso de Biblioteconomia, outras cinco no de Museologia e três para o curso de Arquivologia); a Universidade Federal Fluminense (UFF), em 8 momentos (seis para o curso de Arquivologia e duas para o de Biblioteconomia); a Universidade Estadual de Londrina (UEL), 7 vezes (quatro em Biblioteconomia e três em Arquivologia); com seis oportunidades cada, conquistaram o prêmio a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com quatro premiações no curso de Arquivologia e duas em Biblioteconomia, e a Universidade Estadual Paulista (Unesp), sendo quatro em Biblioteconomia e duas em Arquivologia; duas outras instituições, cada qual premiada em 5 edições, são a Universidade de Brasília (UnB), premiada três vezes no curso de

Biblioteconomia e duas no curso de Museologia, e a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP/SP), no curso de Biblioteconomia; a Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi vencedora quatro vezes no curso de Gestão da Informação; o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) venceu três vezes; com duas conquistas cada, foram premiados os cursos de Biblioteconomia da Universidade de São Paulo (USP/SP), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e, com premiações no curso de Biblioteconomia e no curso de Gestão da Informação, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Com uma vitória, no curso de Biblioteconomia, estão a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade de São Paulo (USP/RP); e no curso de Museologia, a Universidade Federal de Sergipe (UFS). Alguns docentes também foram premiados em mais de uma ocasião: Denise Fukumi Tsunoda (UFPR), Emeide Nóbrega Duarte (UFPB), Julianne Texeira e Silva (UFPB), Moisés Rockembach (UFRGS), Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos (Unesp), Rita do Carmo Ferreira Laipelt (UFRGS), Silvana Drumond Monteiro (UEL) e Valéria Martin Valls (FESP/SP).

Desta feita, decidimos entrar em contato com discentes e docentes de 67 pesquisas premiadas, haja vista que notamos que, dentre os trabalhos contemplados na edição de 2002, dois dos, então, discentes, hoje já são doutores, e outro, mestre, e que dois estudos da edição de 2012 já haviam sido publicados pela Abecin Editora. Dentre os convidados tivemos o retorno de 58 pesquisadores!

Nesta coletânea estão reunidos 15 trabalhos, com temática atinente à mediação da informação e à gestão do conhecimento.

Com o título *A mulher bibliotecária e o estereótipo de gênero no Brasil*, primeiro capítulo da coletânea, Isadora Cristal Escalante, Patrícia Mallmann Souto Pereira e Luciano Rodrigues de Souza Coutinho apresentam a relação entre gênero e Biblioteconomia, e suas especificidades, com ênfase para o lugar ocupado pelas mulheres bibliotecárias na profissão, desde sua origem, e discutem a construção social do estereótipo de gênero quanto às mulheres bibliotecárias.

Natália Souza Silva e Eráclito Pereira, autores do Capítulo 2 – *Bloco afro Odomode no Vinte de Novembro: celebração e resistência negra nas ruas de Porto Alegre, RS*, analisam o carnaval realizado em Porto Alegre (RS), identificado como patrimônio cultural, diante da trajetória de quase 50 anos do Afro-Sul Odomode que revela a existência de uma cultura carnavalesca presente na história da cidade.

No Capítulo 3 – *Metacuradoria e ações de informação: reflexões sobre o protagonismo de pessoas com deficiência na elaboração de processos museológicos*, Dariane Moreira Resende e Clovis Carvalho Britto apresentam reflexões à respeito da relação entre processos museológicos e a deficiência intelectual e múltipla tendo como estudo o Programa de Qualificação Profissional em Conservação de Bens Culturais da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (APAE-DF) e Universidade de Brasília (UnB).

Com o título *Descobrimos trajetórias: análises, aspectos e idealizadores do 1º Congresso Nacional de Museus de 1956 em*

Ouro Preto, Nathalia Gianini Reys e Ana Lúcia de Abreu Gomes, no quarto capítulo, apresentam a relevância do evento, organizado por um conjunto de instituições brasileiras, coordenadas pelo Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (Icom), e internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (Unesco) e o próprio Icom, em prol de debates e indicação de soluções para os problemas relacionados às atividades dos museus nacionais, inclusive diante da articulação entre agentes e agências do campo e do reconhecimento da área de museus e de seus profissionais no país.

Rennata Maria Marques Batista, Rosanne Maria de Oliveira Silva e Marcos Aurélio Gomes, no Capítulo 5 – *Os equipamentos culturais em União dos Palmares/AL como meio de valorização à cultura afro-brasileira*, discutem a contribuição de centros informacionais, como a Biblioteca Pública, a Casa do Poeta Jorge de Lima, o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, a Casa de Cultura Palmarina e a Sociedade Casa Cultural Maria Mariá de Castro Sarmento (museu), para a expansão da informação, bem como para o desenvolvimento cultural e intelectual de um povo.

No Capítulo 6 – *O triângulo da memória, da ação cultural e da informação na Ciência da Informação*, Almiraci Dantas dos Santos e Maria de Lourdes Lima, discutem o patrimônio imaterial como fonte de informação primária e com incidência direta na formação de uma coletividade em estudo realizado na cidade de Piaçabuçu (AL), escolhida em razão da presença de mestres de guerreiro, de pastoril, de reisado, de artesãos, de rezadores, de contadores de histórias e pifeiros, contingente que compõe o patrimônio imaterial da cidade e passa a ser repositório de um

saber secular repassado a sucessivas gerações, responsáveis por transportar consigo a memória histórico-social e cultural da cidade.

Com o título *Raízes entrelaçadas no tempo: a Magnólia e o Museu Joaquim José Felizardo*, Katia Cilene de Almeida e Ana Celina Figueira da Silva, no Capítulo 7, estudam uma árvore centenária, uma Magnólia, localizada no pátio do Museu Joaquim Felizardo (MJF), situado no bairro Cidade Baixa em Porto Alegre/RS, na intenção de identificar como ela é incorporada nas ações de promoção do patrimônio desenvolvidas pelo MJF.

Pamela Munhoz da Cunha Cassiano, Priscila dos Santos Louro e Carla Regina Mota Alonso Diéguez, autoras do Capítulo 8 – *Quadrinhos e formação do leitor eterno*, discutem a influência da leitura em quadrinhos na formação de leitores e como este hábito se conecta à prática de outras formas de leitura, assim evidenciando um possível leitor contínuo e assíduo e identificam que o hábito leitor é adquirido pela socialização (família, amigos, grupos) e está altamente relacionado a uma construção social.

No Capítulo 9 – *O uso do livro sensorial para a contação de histórias*, Christoffer Moacir Sabatke e Sueli Bortolin destacam a contação de histórias como fio condutor de pesquisa dedicada ao estudo da recepção dos contos de fadas em crianças com deficiência visual e, em busca de recursos que fossem adequados ao público-alvo, principalmente para o momento da contação, estudaram o livro sensorial.

Com o título *A leitura no ambiente prisional feminino*, Francisca Liliana Martins de Sousa e Virgínia Bentes Pinto questionam, no décimo capítulo, se a leitura desenvolvida no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF)

promove benefícios para as internas, posto que, mesmo diante da Lei de Execução Penal (LEP) de 1984, instituída com vistas a nortear as ações desenvolvidas no sistema prisional brasileiro com o intuito de assegurar as garantias e favorecer a valorização social do preso por meio de atividades sociointerativas, como trabalho, educação e atividades culturais, as mulheres enfrentam em muitas instituições prisionais a superlotação e, por conseguinte, a supressão de direitos e garantias a elas assegurados, bem como a invisibilidade por elas enfrentada nas prisões.

Wagner Bernardes Zimmermann e Martha Eddy Krummenauer Kling Bonotto, autores do Capítulo 11 – *Os clássicos nas bibliotecas públicas de Porto Alegre*, avaliam, a partir da consideração de que a biblioteca pública deve fomentar o lazer e a educação para a população e aproximar os indivíduos do patrimônio cultural da humanidade, se as bibliotecas públicas sediadas em Porto Alegre (RS) estão promovendo de alguma forma os clássicos.

No Capítulo 12 – *Documentos públicos e seus aportes para a boa governança municipal: um recorte a partir de municípios da Paraíba*, Lilian de Mendonça Pereira e Julianne Teixeira e Silva dedicam-se a estudar, a partir de questionário aplicado junto aos entes federativos municipais paraibanos e da análise do banco de dados referente ao Índice de Governança Municipal (IGM-CFA), organizado e mantido pelo Conselho Federal de Administração, como os documentos públicos dos municípios do Estado da Paraíba são percebidos pelos seus gestores quanto à importância e como item de apoio às práticas de boa governança.

Com o título *As relações entre a memória organizacional e a gestão do conhecimento na perspectiva dos arquivos: um relato*

de pesquisa, Rayan Aramis de Brito Feitoza e Emeide Nóbrega Duarte, no Capítulo 13, evidenciam as contribuições que os documentos apresentam na integração entre memória organizacional e gestão do conhecimento a partir de um estudo no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do estado da Paraíba - Sebrae/PB.

Cássia Dias Santos e Marta Lígia Pomim Valentim, autoras do Capítulo 14 – *Cultura e comunicação informacional como fatores influenciadores da construção de conhecimento em ambientes empresariais*, destacam que a cultura da organização está vinculada às condutas e aos comportamentos em relação à informação e ao conhecimento no contexto organizacional de tal modo que a cultura e a comunicação informacional influenciam a construção de conhecimento e, por conseguinte, torna-se indispensável para a efetiva gestão do conhecimento.

No último capítulo desta coletânea, com o estudo intitulado *Revisão de literatura sobre as principais técnicas de compartilhamento do conhecimento tácito no contexto da gestão do conhecimento nas empresas*, Josceline Lira e Bruno Tenório Ávila identificam que a formação de equipes de trabalho se mostra crucial para o compartilhamento do conhecimento tácito, visto que promovem a aprendizagem informal, a identificação de habilidades e *know-how* e sua comunicação com os pares e, assim, assumem *status* de conhecimento organizacional.

Esperamos que aproveitem a leitura, do mesmo modo que nós nos orgulhamos em organizar esse material!

Zaira Regina Zafalon, Martha Suzana Cabral Nunes,
Márcia Ivo Braz e Alessandra dos Santos Araújo
Organizadoras

CAPÍTULO 1

A MULHER BIBLIOTECÁRIA E O ESTEREÓTIPO DE GÊNERO NO BRASIL

Isadora Cristal Escalante

Patrícia Mallmann S. P.

Luciano Rodrigues de Souza Coutinho

1 INTRODUÇÃO

A imagem construída historicamente sobre a mulher bibliotecária, que permanece a influenciar o imaginário das pessoas, bem como os impactos que essa projeção tem sobre a forma como a profissão se apresenta, é perspectivada e tratada, precipuamente, a partir de uma lógica que hierarquiza e estigmatiza gêneros e áreas de conhecimento. Essa temática tem sido enfoque de importantes debates e, diante da sua relevância, percebe-se a existência de poucos trabalhos acadêmicos, sobretudo a partir de uma forte associação a diversos estereótipos que marcaram e ainda marcam os dias atuais, tanto na inserção quanto na perspectiva de ascensão dentro da carreira, tanto quando se trata do mercado de trabalho quanto acerca de outros aspectos relevantes na sociedade.

Essa relação desigual que afeta as mulheres não é algo exclusivo às bibliotecárias e à Biblioteconomia, pois como apontam Aguiar e Siqueira (2014, p. 3): “a inferiorização das mulheres se manifesta em diferentes esferas da vida, especialmente nas relações de trabalho”, e estaria ligada a uma construção histórica em que a “[...] tradição patriarcal da família

brasileira sempre destinou à mulher uma condição de subordinação, que só tem sido alterada nas décadas mais recentes”. Porém, para as bibliotecárias e para a Biblioteconomia há certas especificidades que serão discutidas a seguir.

É apresentada a relação entre gênero e Biblioteconomia e suas especificidades, com ênfase para o lugar ocupado pelas mulheres bibliotecárias na profissão, desde sua origem. Em seguida, é discutido o estereótipo de gênero construído socialmente acerca das mulheres bibliotecárias. Por fim, são demonstrados os resultados referentes à pesquisa empírica, que se dedicou a descortinar o cenário visual do estereótipo da bibliotecária, por meio da identificação de imagens pesquisadas por usuários da web.

2 GÊNERO E BIBLIOTECONOMIA: O LUGAR DA MULHER

Nas últimas décadas do século XX, o país passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais que tiveram grande impacto sobre o trabalho feminino. Bruschini e Puppini (2004) apontam mudanças expressivas nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, que alteraram a identidade feminina, sendo agora cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. Importante observar, como lembram Oltromari, Grisci e Eccel (2015), que o trabalho reprodutivo historicamente está ligado ao mundo doméstico e dirigido às mulheres, enquanto aos homens caberia o trabalho produtivo, o qual seria relacionado ao espaço público e que teria maior status. As autoras afirmam ainda que essa divisão foi iniciada a partir do aspecto biológico e foi contestada pelos

movimentos feministas. Ao mesmo tempo, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. Esses fatores explicam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho deste sexo.

As mulheres, embora pouco referenciadas na literatura da área, tiveram grande participação na construção da profissão de Biblioteconomia (SOUSA, 2014). Contudo, a primeira geração de bibliotecários, que possuía um perfil humanista, ligado à cultura e às artes, era dominada por homens; na década de 1930, esse profissional passou a receber uma influência mais técnica, e seu perfil passou a ser feminino (CASTRO, 2000). Ao relacionar o exercício das funções bibliotecárias de acordo com cada sexo na história da profissão, Castro (2000, p. 156) afirma que “[...] aos homens bibliotecários cabiam os cargos de coordenação e, às mulheres bibliotecárias, os de subordinação”, com exceção de algumas mulheres bibliotecárias que foram marcantes.

Interessa observar que os homens bibliotecários eram reconhecidos mais pela sua capacidade intelectual, geralmente grandes literatos, do que pelas suas práticas bibliotecárias (CASTRO, 2000). Nessa mesma perspectiva, Silva e Burin (2018) registram que debater e levantar questões relacionadas ao protagonismo da mulher na Biblioteconomia, assim como na área da Ciência da Informação, é significativo no que tange às suas ações e contribuições, uma vez que:

[...] permite a reflexão quando se trata de uma área predominantemente feminina e que por conta da história da sua constituição e das relações de gêneros estabelecidas, fortaleceu o preconceito

contra a mulher e suas competências. Percebemos isso quando vemos estudos dando destaque a profissionais como Rubens Borba de Moraes e Edson Nery da Fonseca como se apenas esses tivessem contribuído para a Biblioteconomia brasileira (SILVA, BURIN, 2018, p. 228).

Os estudos de Olinto (1997), Forrest (2014) e Silva e Burin (2018) demonstram que a relação da temática de gênero, sobretudo com a Biblioteconomia, necessita de um maior aprofundamento quando se trata da literatura nacional da área. Ainda hoje, parece não ter havido mudanças muito significativas nesse sentido, embora a produção tenha aumentado um pouco nos últimos dez anos.

As mulheres, que somam a maior parte de profissionais da área biblioteconômica – 82% dos profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) em março de 2019 eram mulheres e 18%, homens (MÜLLER; MARTINS, 2019) – e possuem ampla participação na construção da área enquanto ciência e profissão, não somente são estigmatizadas pelo lugar que ocupam na sociedade como também são estereotipadas em suas funções laborais, tendo menos chances de ocupar cargos de chefia (FORREST, 2014). Outras pesquisas, que em sua maioria analisaram contextos regionais da Biblioteconomia (MÜLLER; MARTINS, 2019; FERREIRA, 2019; LOBÃO et al., 2017; FERREIRA; BORGES; BORGES, 2010) também apontam para essa realidade de desvalorização e de sub-representação das mulheres bibliotecárias em cargos considerados de poder e/ou de influência.

Mesmo com a imensa maioria de profissionais de Biblioteconomia no Brasil sendo mulheres, é possível observar que elas não recebem a mesma valorização e confiança que os

homens ao ocuparem os cargos de poder, o que leva a considerar o peso do estereótipo de gênero da mulher bibliotecária na construção e nas oportunidades de avanço na carreira. Olinto (1997) ressalta que o estereótipo contribui para o aspecto estrutural da segregação ocupacional na Biblioteconomia. Ainda é possível observar os grandes impactos do estereótipo não somente na mulher bibliotecária enquanto profissional da informação do século XXI no Brasil, como também no reconhecimento social da profissão.

3 A REPRESENTAÇÃO DO ESTEREÓTIPO DE GÊNERO DAS MULHERES BIBLIOTECÁRIAS: RESULTADOS DAS BUSCAS NA WEB

Estereótipos de gênero são um conjunto de qualidades e características que a sociedade atribui a homens e mulheres. Para Gauche, Verdinelli e Silveira (2013), são esses estereótipos que impulsionam as pessoas a assumirem determinados papéis, tarefas e funções na sociedade, além de comportamentos próprios para cada gênero, isto é, um conjunto de qualidades físicas e características psicológicas que estabelecem uma dicotomia entre o feminino e o masculino. No caso das mulheres bibliotecárias, a representação do aspecto visual e comportamental há tempos permeia o imaginário popular, associando a profissão a mulheres, em primeira instância, uma mulher idosa e, especialmente, com dois adereços principais, como uma espécie de marca registrada: os indefectíveis óculos e o famigerado coque nos cabelos, além de uma postura geralmente adversa e pouco receptiva para os usuários, provavelmente em gesto que indique um enfático pedido de silêncio (WALTER; BAPTISTA, 2007).

Botti (2003, p. 106) define o fetichismo, enquanto conceito erótico, como:

[...] a associação do desejo ardente com a ideia de certas partes da pessoa feminina, ou certos artigos do vestuário feminino, onde o próprio fetiche (em vez da pessoa associada a ele) se torna objeto exclusivo de desejo sexual.

Para o autor, as roupas são fetiches no imaginário popular e ajudam a construir a imagem da mulher fetichizada (BOTTI, 2003). Nesse sentido, o autor compreende que a imagem da mulher bibliotecária fetichizada parte de uma construção criada artificialmente pela sociedade para ser almejada e aceita enquanto objeto de desejo consumível.

A pesquisa empírica foi realizada a partir das ferramentas de busca Google Imagens e Yahoo Imagens, pelo termo “bibliotecária”. Foram selecionados cinco graduandos de universidades federais para a realização das buscas, por meio da técnica de amostragem bola de neve, sendo um de cada região brasileira. Essa medida foi tomada pelo fato de que buscas na web podem apresentar resultados diferentes, conforme o perfil de busca de cada usuário da internet. Foram recebidas para análise todas as imagens recuperadas por cada um dos graduandos na primeira página de cada buscador, totalizando 10 buscas, que foram realizadas entre julho e setembro de 2017. A análise das imagens foi baseada no método de análise temática.

Foi identificado que mais de um terço das imagens encontradas representavam estereótipos de mulheres bibliotecárias. As imagens variaram pouco em cada uma das 10 buscas, com poucas imagens que aparecem em todas as buscas. No entanto, a maioria das imagens que se repetem demonstram

os estereótipos, a exemplo da figura 1, que bastante os caracteriza. As imagens encontradas ilustram os estereótipos mais adotados em relação à mulher bibliotecária, sendo em primeiro lugar o da bibliotecária jovem, sexy e provocativa, que atende a fetichização simbólica imposta à sua figura feminina (estereótipo 1); em segundo lugar, aparece o estereótipo da bibliotecária velha, ranzinza e carrancuda (estereótipo 2), como é possível observar na Figura 1.

Figura 1: Estereótipos de gênero da mulher bibliotecária na web



Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os resultados obtidos no buscador Google Imagens, o estereótipo 1 corresponde a 21,37% das imagens, enquanto o estereótipo 2 corresponde a 13,10%. Dentre os resultados obtidos no buscador Yahoo Imagens, os resultados demonstram que o estereótipo 1 corresponde a 19,27% e o estereótipo 2 corresponde a 18,07%.

É expressivo o resultado encontrado a partir das imagens que, por sua vez, reforçam os estereótipos de gênero da bibliotecária apontados por Walter e Batista (2007) e Botti (2003), respectivamente, que são: a mulher velha, “solteirona” e mau humorada; e a mulher jovem e hipersexualizada. Além disso,

deve-se levar em conta que o número total das imagens resultantes das pesquisas não se restringe somente a um universo de figuras femininas. Caso fosse, o resultado seria mais expressivo. Percebe-se que de qualquer uma das perspectivas há uma supervalorização do corpo e da aparência física para a criação de significado do ser mulher e bibliotecária. O fato de o estereótipo da bibliotecária sexy ser maior do que o da bibliotecária velha e mau humorada nas imagens pode indicar uma sociedade que se mantém machista, pornográfica e que objetifica a mulher, tornando-a cada vez mais passível de ser fetichizada.

No entanto, a imagem da mulher bibliotecária, decorrente de uma visão estereotipada, não corresponde ao fazer profissional dessas mulheres, as quais acabam sendo compelidas e/ou, ainda, forçadas a corresponderem às demandas sociais, construídas a partir de um modelo estigmatizado e distorcido da realidade, o que traz problemas à sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade da informação, de maneira geral. Conforme verificado por Escalante (2017), a partir de entrevistas realizadas com bibliotecárias ligadas à Rede de Bibliotecas de Pesquisa (RBP), os estereótipos são percebidos por elas como fatores que existem durante as suas trajetórias, desde a formação acadêmica em um curso majoritariamente feminino até o cargo atualmente ocupado, em que a maioria feminina não se traduz na mesma proporção de mulheres ocupando os cargos de chefia. Entretanto, os estereótipos não são percebidos por muitas das bibliotecárias como fatores que tenham afetado sua carreira, posto que estes estereótipos não correspondem ao fazer profissional dessas mulheres, as quais, é importante ressaltar, alcançaram a chefia de bibliotecas de pesquisa em renomadas

instituições de ciência, tecnologia, inovação e comunicação do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Biblioteconomia está regulamentada como profissão no Brasil há pouco mais de cinquenta anos e está institucionalizada como área do conhecimento há mais de cem anos, porém precisa investir mais em debater a questão de gênero e a sua relação com o campo científico e a identidade profissional. A profissão biblioteconômica está ainda associada a uma imagem estereotipada, resultante do imaginário social acerca da profissão e do papel da mulher na sociedade. O estereótipo de gênero, no caso da Biblioteconomia, além de atuar como marcador social contributivo para a desvalorização da profissão, também influencia a hierarquia de gênero na divisão sexual do trabalho por estar diretamente ligado à atribuição de papéis sexuais.

Descrições estereotipadas, discriminatórias e que demarcam características de gênero sempre foram atribuídas às bibliotecárias e se adaptam aos novos tempos, permanecendo a influenciar os indivíduos na construção da imagem dessa profissional. O estereótipo de gênero não só existe, como persiste e permeia a vida das mulheres bibliotecárias, embora nem sempre seja por elas percebido.

Destarte, os resultados indicam a necessidade de incluir a discussão de gênero de forma contínua na Biblioteconomia. Em vista disso, sugere-se que os cursos insiram disciplinas sobre esta temática em seus currículos, a fim de que, desde a graduação, sejam levantadas e debatidas questões relacionadas a fatores que interferem na desvalorização da profissão e a revisão de papéis

da bibliotecária como sujeito.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. S.; SIQUEIRA, M. V. S. Diversidade cultural no trabalho: os desafios em ser mulher em uma organização financeira. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 15 f. Disponível em: www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR-B1663.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

BOTTI, M. M. V. Fotografia e fetiche: um olhar sobre a imagem da mulher. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 103-131, 2003.

BRUSCHINI, M. C.; PUPPIN, A. B. Trabalho das mulheres executivas no Brasil no final do século XX. *Cadernos de Pesquisa*, Campinas, no. 121, v.34, jan/abr 2004, pp. 105-138. Disponível em: http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-mercado-de-trabalho-pr/trabalho_de_mulheres_execut.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

CASTRO, C. A. *História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica*. Brasília: Thesaurus, 2000.

D'AMORIM, M. A. Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade: estudos sobre jovens brasileiros. *Temas em psicologia*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 1-14, 1997.

ESCALANTE, I. C. *O impacto causado pelo estereótipo de gênero sobre a mulher bibliotecária do século XXI no Brasil*. 2017. 159 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) – Curso de Biblioteconomia e Gestão

de Unidades de Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

FERREIRA, M. M. Bibliotecários e relações de gênero no Brasil e Portugal. *ConCl: Conv. Ciênc. Inform.*, v. 2, n. 3, p. 299-322, set./dez. 2019.

FERREIRA, M. M.; BORGES, E. P.; BORGES, L. C. Mercado de trabalho e a desigualdade de gênero na profissão da/o bibliotecária/o. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO, E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33.*, 2010, João Pessoa. *Anais eletrônicos...* João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/viewFile/9637/5227>: Acesso em: 20 mar. 2021.

FORREST, N. P. R. *Gênero e relações de poder na Biblioteconomia: FCI e BCE. 1966 – 2014.* 2014. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2014.

GAUCHE, S.; VERDINELLI, M. A.; SILVEIRA, A. composição das equipes de gestão nas universidades públicas brasileiras: segregação de gênero horizontal e/ou vertical e presença de homosociabilidade. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 4.*, 2013, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF, 2013.

LOBÃO, I. S. L. et al. Biblioteconomia: uma questão de gênero?. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo*, v. 13, p. 2037-2050, dez. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/998>. Acesso em: 25

mar. 2021.

MULLER, L. K. P.; MARTINS, C. W. S. Uma profissão feminina, mas não feminista? representatividade de gênero na gestão dos conselhos regionais de biblioteconomia no Brasil. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 15, p. 92-111, 2019. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127489>. Acesso em: 25 mar. 2021.

OLINTO, G. Biblioteconomia como profissão feminina. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18., 1997, São Luís. *Anais...* São Luis: CBBD, 1997.

OLTRAMARI, A. P.; GRISCI, C. L. I.; ECCEL, C. S. Carreira Bancária, Gênero e Divisão do Trabalho Familiar. *In*: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 4., 2013, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: EnGPR, 2013.

SILVA, A. S. da; BURIN, C. K. A importância do letramento político: analisando o protagonismo das bibliotecárias à frente das entidades de classe. *In*: SILVA, F. C. G. da; ROMEIRO, N. L. (orgs.). *O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis: ACB, 2018.

SOUSA, B. A. de. *O Gênero na Biblioteconomia: percepção de bibliotecárias/os*. 2014. 270 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

WALTER, M. T. M. T.; BAPTISTA, S. G. A força dos estereótipos na construção da imagem profissional dos bibliotecários.

Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 27-38, set./dez. 2007. Disponível em:

<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/962/158>

3. Acesso em: 23 mar. 2021

CAPÍTULO 2

BLOCO AFRO QDQMODE NO VINTE DE NOVEMBRO: CELEBRAÇÃO E RESISTÊNCIA NEGRA NAS RUAS DE PORTO ALEGRE, RS

Natália Souza Silva

Eráclito Pereira

1 INTRODUÇÃO

Muitos são os carnavais celebrados no Brasil. A festa expressa diferentes tradições em múltiplas formas de manifestação, celebradas do Norte ao Sul, desde os litorais até os interiores de um país continental e culturalmente diverso. Esta pesquisa analisa o carnaval realizado em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, compreendendo-o como patrimônio cultural.

É incomum relacionar a região Sul à tradição de carnaval. Entretanto a trajetória de quase 50 anos do Afro-Sul QdQmode revela a existência de uma cultura carnavalesca presente na história da cidade. Desde o fim das atividades da Escola de Samba Garotos da Orgia o Grupo Afro-Sul de música e dança perpetuaram sua herança carnavalesca através do Bloco Afro QdQmode. Criado em 1999, o Bloco ocupou às ruas da cidade até 2016, quando sofreu um embargo da administração municipal. Neste mesmo ano o carnaval passou por diversas restrições impostas pelo poder público, aqui e em outras cidades do Brasil.

Diante do cenário político de desvalorização do carnaval como manifestação popular, negra e periférica, o Bloco Afro

Qdõmõde é entendido como integrante do patrimônio cultural negro da cidade. Buscou-se investigar a importância do Bloco Afro Qdõmõde para o carnaval de Porto Alegre, e os significados de ocupar às ruas na data do Vinte de Novembro, e não nos dias oficiais de carnaval.

Inserido no campo da Sociomuseologia, este estudo amplia a noção de patrimônio cultural considerando as disputas identitárias em debate na sociedade brasileira contemporânea. Nessa perspectiva foi utilizada a metodologia da observação participante, seguida de entrevista semiestruturada, tendo em vista a valorização da oralidade dos mestres de saberes locais.

2 PATRIMÔNIOS CULTURAIS NEGROS DE PORTO ALEGRE

Sobre as cidades gaúchas predominam um imaginário cristalizado, branco e europeizado. Ao andar pela cidade outra realidade é percebida. A Porto Alegre negra é evidente e condizente com a sua construção histórica, porém, negros e negras foram ausentes dos discursos oficiais, produto de escolhas que elaboraram a identidade gaúcha.

Nos acervos museológicos e exposições ainda prevalece a visão estereotipada e ideologizada sobre a cidade restringindo as existências negras a um só período histórico, o escravista (BITTENCOURT, 2013; ESCOBAR, 2014). Contudo, a retórica de ausências é combatida com a atualização positivada das contribuições negras nesta cidade. Os testemunhos orais e fotográficos revelam a presença e a atuação negra em Porto Alegre, as famílias negras preservam verdadeiros acervos particulares (SANTOS, 2005; 2010). Ausentes nas instituições de

memória, mas, capazes de evocar outras narrativas sobre a cidade.

A história do Instituto Sociocultural Afro-Sul Qdõmõde evidencia a tradição do carnaval como afirmação política e de celebração da negritude. O território onde o Instituto realiza suas ações sociais e culturais é compreendido como lugar de práticas, memórias e saberes identificados com a ancestralidade negra. Elementos que justificam a sua reivindicação como patrimônio cultural imaterial de Porto Alegre (MARTINS, 2016).

A festa de origens europeias se popularizou, e o carnaval de rua de Porto Alegre ganhou traço étnico negro (KRAWCZYK; et al, 1992; LAZZARI, 1998), entre 1930 e 1940 os territórios negros de Porto Alegre já mantinham identidade com o carnaval (GERMANO, 1999). Repleto de coretos, blocos e cordões que desfilavam espontaneamente pelas ruas (SANTOS, 2005) mas, nos anos 1950 o projeto de institucionalização do carnaval foi iniciado. Idealizado como símbolo da identidade nacional, o carnaval foi propaganda do discurso de democracia racial, na intenção de conferir unidade cultural à nação (ROSA, 2008). Na década seguinte o modelo de escolas de samba formatou a estrutura, os ritmos e condutas conforme um padrão nacional oriundo da região sudeste. Aos poucos o carnaval perdeu tons de cor local para entrar na indústria do espetáculo (CATTANI, 2015).

A trajetória do carnaval em Porto Alegre confunde-se com os rumos da população negra, afastada do centro para as margens da cidade nos anos 1970. Na década de 1990 o debate sobre a construção de um espaço específico para os desfiles dividiu a opinião pública e inseriu o carnaval no campo de disputas do imaginário social (GERMANO, 2010). A discussão ganhou contornos racistas. Opôs foliões e carnavalescos a favor da

permanência das festividades no centro da cidade, seu berço. Contrários e clamando pelo afastamento esteve a nova população do bairro gentrificado após a expulsão das populações negras.

A transferência do local oficial dos desfiles, em 2004, resultou no crescente esvaziamento da festa. A diminuição dos investimentos somado às dificuldades no deslocamento do público e das escolas de samba provocaram a depreciação do carnaval porto-alegrense. Por outro lado, acabou por gerar o ressurgimento do carnaval de rua. O Bloco Afro Qdômode surgiu neste contexto para fomentar a criação de novos blocos nas periferias.

Importantes espaços de socialização e solidariedade, os territórios negros configuram-se como lugares de origem (VIEIRA, 2014). A ocupação dos bairros centrais por blocos carnavalescos a partir dos anos 2000 revitalizou estes territórios e destacou as heranças negras. As performances do Bloco Afro Qdômode exaltaram a negritude afro-gaúcha e as suas raízes africanas e afro-brasileiras. Logo, o dia Vinte de Novembro foi estabelecido como data de ir às ruas.

As reflexões e as lutas políticas que gestaram a celebração da Consciência Negra partiu do Movimento Negro com atuação em Porto Alegre. A dedicação do poeta Oliveira Silveira e do Grupo Palmares promoveu a revisão da história brasileira a fim de destacar e valorizar o protagonismo do povo negro. A simbologia do dia treze de maio foi reavaliada e buscou-se outra referência capaz de representar a história de luta e resistência da comunidade negra. O dia Vinte de Novembro, provável data do assassinato de Zumbi dos Palmares, evidencia o protagonismo negro e simboliza a liberdade e a dignidade conquistada na ação. O Grupo Palmares foi pioneiro na defesa de substituir as

comemorações do Treze de Maio para o Vinte de Novembro (CAMPOS, 2006). O alerta dado pelo Grupo Palmares foi acolhido e consolidado pelo Movimento Negro Unificado (GONZALEZ, apud SILVEIRA, 2003).

O Grupo Palmares iniciou suas atividades em 1971 no território negro da antiga Esquina do Zaire, ocupada por precursores do Movimento Negro, carnavalescos e adolescentes negros (BITTENCOURT JUNIOR, 2005). No período de intensa repressão aos movimentos sociais o Grupo Palmares assumiu uma postura subversiva reunindo intelectuais e militantes negros em torno da identidade étnica e confrontando a concepção de democracia racial que estruturava a nação (CAMPOS, 2006; ESCOBAR, 2014). A ação cultural dos coletivos negros surgidos neste período, tensionaram no campo simbólico a ideologia hegemônica e provocaram mudanças sociais e políticas irreversíveis.

Este cenário de contestação e renovação das organizações negras criou também o Grupo Afro-Sul de música e dança. Em 1974, jovens negros reuniram-se pela primeira vez para produzir músicas e coreografias baseadas no estudo das culturas africana e afro-brasileira. Os debates e conceitos apresentados por Oliveira Silveira e o Grupo Palmares influenciaram a atuação do Afro-Sul. Tal como o Grupo Palmares, o Grupo Afro-Sul utilizou-se dos recursos estéticos e artísticos para renovar a luta antirracista, durante os anos de chumbo, através da apreciação da identidade negra.

A contribuição de Oliveira Silveira e do Grupo Palmares na instituição do Dia Nacional da Consciência Negra, é reconhecida e valorizada entre a militância negra, mas não tem o devido reconhecimento nacional e regional. Não aparece nas narrativas

oficiais como referência cultural gaúcha e não figura no calendário de feriados locais, mesmo que Porto Alegre seja o berço da sua criação.

2.1 Patrimônio cultural em disputa

Os conceitos que apoiaram a pesquisa interseccionam as reflexões sobre o patrimônio cultural e a cidade. As manifestações culturais que nela ocorrem integram o conjunto de bens culturais, encarregados de difundir a memória social dos grupos sociais e das narrativas sobre o passado.

A partir da Constituição Federal de 1988 a noção de patrimônio cultural foi ampliada para melhor representar a diversidade social brasileira. A instituição do patrimônio cultural imaterial (BRASIL, 2013) permitiu a salvaguarda de bens representativos da cultura popular calcados na memória coletiva e preservados ao longo de gerações por meio da oralidade, dos rituais, crenças e celebrações (HALBWACHS, 2006). O Bloco Afro Qḍom̄de é percebido como manifestação do patrimônio imaterial de Porto Alegre, visto que é veículo para a emergência da memória social não consolidada (NORA, 1993).

O território do Afro-Sul Qḍom̄de configura-se como patrimônio imaterial representativo da comunidade negra em Porto Alegre, espaço de celebração, resistência e construção de identidades (MARTINS, 2016). As expressivas manifestações culturais que aí afloram, corroboram com a conceituação de lugares de memória, à medida em que despertam a consciência de preservação da memória diante do sentimento de que sem vigilância a história pode varrê-la (NORA, 1993).

O patrimônio cultural está no centro das disputas sobre a narrativa histórica e o imaginário da cidade. Diante da

seletividade dos processos de salvaguarda do patrimônio os vestígios que amparam a memória social sofrem o julgo da História unívoca e unidirecional que apaga e silencia narrativas do passado que escapam ao fio condutor da história oficial (GIOVANAZ, 2007).

Com base no conceito de imaginário social como um “sistema de ideias e imagens de representação coletiva”, socialmente criado em todas as épocas, para conferir sentido ao mundo (PESAVENTO, 2012, p. 43), compreende-se que neste processo se entrelaçam as dinâmicas da memória e do patrimônio. A cidade é modelada na escolha do que é preservado no espaço construído, onde são identificados pontos de ancoragem da memória reconhecidos coletivamente (PESAVENTO, 2012).

Contrapondo a narrativa unívoca firmada no privilégio da memória preservada por meio dos bens materiais e edificados, os bens culturais intangíveis facilitam a difusão de outro imaginário de Porto Alegre. As memórias das comunidades outrora esquecidas à margem da história oficial, quando evidenciadas reconstroem as identidades e reestabelecem o sentido de continuidade. A evocação de outros suportes de memória, ancoram narrativas subterrâneas, necessárias para que a pluralidade de influências culturais que formaram a cidade possa emergir.

Assim, um patrimônio cultural negro gaúcho aparece. O carnaval de Porto Alegre, o ativismo do Grupo Palmares e a trajetória do Afro-Sul Qdômõde configuram bens culturais representativos à comunidade negra. Reafirmam a existência e relevância de um patrimônio específico do segmento negro, que integra a identidade regional e nacional ao mesmo tempo que

rompe com a construção de um imaginário monolítico apoiado em apenas uma matriz cultural. A identidade negra e gaúcha nos sujeitos diaspóricos é híbrida e negociada a todo o tempo, a experiência da diáspora rompe com modelos fixos de identidade cultural (ESCOBAR, 2014).

2.2 Narrar, celebrar e resistir

A lembrança foi o objeto essencial deste estudo, a memória considerada um produto da interação social e produzida por meio dos quadros preexistentes acionados no grupo, de forma a reproduzir a consciência coletiva da memória (HALBWACHS, 2006). Mestre e Mestra Griôs recordaram e fizeram reflexões sobre a trajetória do Grupo, passagens da história não encontradas nos livros, testemunhos da história de vida de cada um, de amigos e familiares, também parte da história da cidade e do país em que vivem. Portanto, os depoimentos oferecidos foram interpretados como documento, tornando as narrativas objeto de análise (ALBERTI, 2012).

As narrativas elaboradas por mestra e mestre de saberes, tem como fio condutor a celebração e a resistência negra expressas nas suas atividades e relações com o carnaval local. Iara Deodoro e Paulo Romeu são difusores da memória coletiva, fundadores do Grupo Afro-Sul de música e dança e do Bloco Afro Qdõmõde, administram o Instituto Sociocultural desde que assumiram a quadra da extinta escola de samba Garotos da Orgia dando-lhe outro caráter. A participação no carnaval competitivo foi substituída pela ação social, realizada na comunidade do entorno durante o ano todo. Oferecendo às crianças e adolescentes atividades, cujo objetivo é fortalecer a autoestima através da valorização da cultura e identidade afro-gaúcha.

O Bloco Afro Qdõmõde foi criado para dar continuidade à brincadeira do carnaval, é herança da Garotos. Brincando o carnaval e promovendo a cultura, reforçando o compromisso com a formação das futuras gerações.

O evento embargado em 2016 aconteceria em um território negro, o Areal da Baronesa, quilombo urbano reconhecido. No entanto, Paulo Romeu destaca a ação do poder público como demonstração do racismo institucional, que persegue as expressões culturais negras e periféricas. O carnaval do Bloco Afro Qdõmõde atualiza os referenciais culturais negros em Porto Alegre, reafirmando a cultura do carnaval e dando evidência ao Vinte de Novembro. O Bloco tem essa importância, que a administração municipal mostrou desconhecer.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o Bloco Afro Qdõmõde permitiu-nos compreendê-lo enquanto expressão da cultura afro-gaúcha, pois, carrega em sua trajetória os signos que retomam a identidade cultural e ética de ser negro no Rio Grande do Sul. Analisar a trajetória do Bloco propiciou um inventário das raízes culturais negras em Porto Alegre manifestadas através da música e da dança, elementos destacados como patrimônio cultural genuíno.

A pesquisa procurou, acima de tudo, contribuir para a salvaguarda da memória do Instituto Sociocultural Afro-Sul Qdõmõde ao documentar a sua história sob a ótica do patrimônio cultural de um fragmento da história de Porto Alegre. Por outro lado, o trabalho também acrescentou ao campo de estudos museológicos ao tensionar o debate acerca das disputas que envolvem o patrimônio cultural e a cidade. Neste sentido, esta

reflexão é importante para que não haja mais espaço para reprodução de técnicas de branqueamento cultural, que se impuseram por muito tempo negando o recorte étnico negro existente aqui.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. *História Oral*, Cidade, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul. 2012. p. 159-166.

BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr Carvalho. Territórios Negros. In.: SANTOS, Irene (org.). *Negro em Preto e Branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre*. Porto Alegre: Do Autor, 2005. p. 35-57.

_____. As representações do negro nos museus do Rio Grande do Sul são marcadas pela invisibilidade simbólica: Do “resgate” afro-brasileiro às pesquisas histórico-antropológicas e às visibilidades negras na museologia. In.: MATTOS, Jane Rocha de. (Org.). *Museus e africanidades*. Porto Alegre: Edijuc, 2013. p. 13-54.

BRASIL. Ministério da Cultura. Decreto No 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. In.: *Legislação Sobre Patrimônio Cultural*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. p. 234-236.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. *O Grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CATTANI, Helena Cancela. *G.R.E.S. Porto Alegre: o processo de cariocização do carnaval de Porto Alegre (1962-1973)*. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ESCOBAR, Geanine Vargas. *Memória da Militância Negra durante a Ditadura Militar no Brasil e a Luta Antirracista através do Acervo Fotográfico de Oliveira Silveira (1971-1988)*. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

GERMANO, Iris Graciela. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. 1999. 275 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____. Carnavais de Porto Alegre: etnicidade e territorialidades negras no Sul do Brasil. In.: SILVA, G. F.; SANTOS, J. A.; CARNEIRO, L. C. C. (orgs.). In.: *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento [recurso eletrônico]*. 2. ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 100-121.

GIOVANAZ, Marlise. Pedras e emoções: os percursos do patrimônio. *Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004848&dd1=7a191>. Acesso em: 1 jul. 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ªed. São Paulo: Centauro, 2006. 222 p.

KRAWCZYK, F.; GERMANO, I.; POSSAMAI, Z.. *Carnavais de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. 66 p.

LAZZARI, Alexandre. *“Certas coisas não são para que o povo as faça”*: carnaval em Porto Alegre 1870 – 1915. 1998. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 1998.

MARTINS, Camila Cardoso Coronel. *MEMÓRIA E NEGRITUDE: O grupo AFRO-SUL/ODOMODE como referência da cultura da cultura imaterial de Porto Alegre*. 2016. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História 10: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, São Paulo*, n. 10, dez. 1993, p.7-28.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 3a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 132 p

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940*. 2008. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SANTOS, Irene (org.). *Negro em Preto e Branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre*. Porto Alegre: Do Autor, 2005. 184 p.

SANTOS, I.; SILVA, C.; FIALHO, D. E. P.; BARCELLOS, V. D.; BETTIOL, Zoravia. *Colonos e Quilombolas: Memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*. Porto Alegre: s.n., 2010.128 p.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de Novembro: história e conteúdo. In.: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R.. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p.21-42.

VIEIRA, Daniele Machado. Percursos negros em Porto Alegre: ressignificando espaços, reconstruindo geografias. *Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Vitória/ES: 2014.

CAPÍTULO 3

METACURADORIA E AÇÕES DE INFORMAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O PROTAGONISMO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ELABORAÇÃO DE PROCESSOS MUSEOLÓGICOS

Darlane Moreira Resende

Clovis Carvalho Britto

1 INTRODUÇÃO

Este texto apresenta reflexões à respeito da relação entre processos museológicos e deficiência intelectual e múltipla tendo como estudo o Programa de Qualificação Profissional em Conservação de Bens Culturais da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (APAE-DF) e Universidade de Brasília (UnB).

De acordo com o parágrafo único do Estatuto de Museus, Lei n.º 11.904 de 14 de janeiro de 2009, “enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades” (BRASIL, 2009). Os processos museológicos consistem no conjunto de ações de pesquisa, preservação e comunicação que é exercido em prol de bens culturais em um determinado ambiente, aliados estes à um universo patrimonial específico (SANTOS, 2002; RECHENA, 2003).

Originalmente a pesquisa evidenciou a imaginação museal (CHAGAS, 2003) de pessoas com deficiência intelectual e múltipla a partir das ações museológicas desenvolvidas no contexto do projeto da APAE-DF (RESENDE, 2019). Para tanto, é necessário destacar que pessoa com deficiência é o termo adotado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e referendado em leis como a Portaria da Secretaria Especial de Direitos Humanos nº 2.344, de 3 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010). A expressão deficiência intelectual é utilizada para designar pessoas com “limitações expressas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo” (SANTOS, 2017, p.72). Já a deficiência múltipla refere-se à associação de duas ou mais deficiências.

É nesse universo que encontramos a APAE que trabalha para / com pessoas com deficiência, especificamente deficiência intelectual e múltipla. Possui a missão de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária. Nessa associação surgiu o Programa de Qualificação Profissional em Conservação de Bens Culturais.

É necessário ressaltar que os direitos das pessoas com deficiência, assim como os deveres dos museus frente à esse público, estão expressos na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)” (BRASIL, 2015), e na Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que “Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências” (BRASIL, 2009).

Aqui nosso intuito é evidenciar os processos museológicos realizados por pessoas com deficiência, reconhecendo essa

prática na perspectiva apresentada por Rafaela Lima e Luciana Köptcke (2018) quando aproximaram a curadoria de exposições em diálogo com os conceitos de sistema de informação e ações de informação conforme as análises de Maria Nélida González de Gomez (1990; 2009). Mais especificamente dialogamos com leituras que evidenciam práticas museológicas colaborativas, à maneira que Marijara Queiroz (2016) definiu como metacuradoria: “o exercício crítico, a articulação de narrativas plurais e a relação dialógica entre o público e o trabalho ou tema da exposição” (p. 196).

2 O PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS: METACURADORIA E AÇÕES DE INFORMAÇÃO

A APAE Brasil ou FENAPAES (Federação Nacional das Apaes), é a maior rede de apoio às pessoas com deficiência intelectual ou deficiência múltipla do mundo com 24 Federações das APAES nos estados e mais de 2.200 unidades espalhadas pelo Brasil. A APAE-DF é uma entidade privada sem fins lucrativos, com sede na Asa Norte e unidades em Sobradinho, Ceilândia e Guará, que atende pessoas com deficiência intelectual e múltipla acima de quatorze anos. Atualmente possui convênio com a Secretaria de Educação do Distrito Federal que cede professores para as atividades da organização e também com a Secretaria de Desenvolvimento Social que contribui com parte das despesas de aprendizes com baixa renda (RESENDE, 2019).

A APAE-DF foi fundada no dia 20 de agosto de 1964 e nas duas primeiras décadas de existência suas atividades desenvolveram-se em torno de reuniões itinerantes para troca de

experiência e informações entre as famílias e na luta pela garantia de direitos. Em 1989, a professora Maria Helena Alcântara de Oliveira, diretora pedagógica da APAE-DF, juntamente com outras profissionais do ensino especial, perceberam uma lacuna para os jovens e adultos deste grupo que, ao saírem da educação regular, continuavam dependentes de suas famílias. Para tanto, elas desenvolveram o primeiro programa de atendimento direto e contínuo da associação, o Programa de Educação Profissional e Inclusão Laboral da APAE-DF.

O objetivo de conceder oportunidades profissionais para pessoas com deficiência ganhou mais força em 2006, quando a APAE-DF estabeleceu uma parceria com a UnB, originando o pioneiro Programa de Qualificação Profissional em Conservação de Bens Culturais. Segundo o depoimento da professora Ainã Bonfim, em entrevista ao canal da AGU Brasil na plataforma Youtube, a professora Maria Helena teve a ideia do curso ao observar uma cooperativa carioca de profissionais que trabalhava com conservação e restauração e dispunha de pessoas com deficiência intelectual em sua equipe (RESENDE, 2019).

A Biblioteca Central (BCE) da UnB, por sua vez, além de ceder o espaço para o curso, também atua como gestora do projeto na pessoa da coordenadora Anita Cristina Ferreira de Souza. O curso acontece no subsolo do prédio da biblioteca, no Setor de Conservação e Restauro onde “as atividades utilizam, diariamente, partes do acervo corrente da Universidade e,

periodicamente, os acervos especiais¹² para desenvolver e treinar as técnicas acerca da higienização e conservação. Com o sucesso do curso desenvolvido na BCE, atualmente a qualificação também acontece em mais dois espaços: no Arquivo Nacional com apoio da Imprensa Nacional e no Laboratório da sede APAE-DF. Segundo Cares (2016), o projeto objetiva:

[...] promover a qualificação profissional de pessoas com deficiência intelectual diretamente na área de higienização, conservação e pequenos reparos de livros e documentos impressos. O foco final é viabilizar a contratação dos profissionais já qualificados (ex-aprendizes do programa) em equipes apoiadas de prestação de serviços. Por meio desse serviço, é oferecido às instituições governamentais em Brasília a higienização e conservação de acervos bibliográficos e arquivísticos. O trabalho é executado por uma equipe de pessoas com deficiência intelectual qualificadas, que não possuam alergias e que tenham capacidade de executar as tarefas solicitadas, com a supervisão e orientação permanente de um instrutor (CARES, 2016, p. 32).

O curso tem a duração mínima de um ano e média de dois anos, e conta com professores da rede pública. Atualmente a professora Ainã Bonfim formada em Arte Visuais é a responsável pelo projeto na BCE. A turma durante o curso é dividida em dois

¹ O acervo corrente abarca materiais bibliográficos ou não, que estão em constante circulação e disposição do usuário para empréstimo, reserva e consulta local, não possuindo acesso restrito (ORTIZ, 2015). Já o acervo especial é formado por coleções em que seus itens possuem algum fator singular, raridade, formato, assunto, algum quesito especial e por isso são diferentes do acervo geral e demandam tratamento diferenciado (CARVALHO, 2015). Estas por sua vez possuem exigência e restrições quanto ao acesso.

² Texto curatorial da exposição: “Mãos que cuidam: enlaces entre pessoas e acervos”, 2016.

grupos que fazem uma rotatividade: uma parcela dos alunos atua no Arquivo Nacional, de segunda à quarta-feira das 8 às 16 horas, enquanto a outra parcela permanece na BCE de segunda à quinta-feira, no mesmo horário. A rotatividade permite aos alunos o trabalho com os diferentes acervos: na BCE o trabalho é realizado com livros e no Arquivo Nacional com documentação, sendo capacitados para a conservação de acervos bibliográficos e documentais. Os instrutores que acompanham as turmas são formados juntamente com os aprendizes. O currículo do curso está sempre se adaptando e aborda questões teóricas com o discurso adaptado para o entendimento e apropriação das informações pelos aprendizes, embora o maior foco seja no âmbito das questões práticas.

A primeira formação foi ministrada pelos técnicos da BCE e do Centro de Documentação (CEDOC/UnB) para os aprendizes e para os professores do projeto. Após essa formação, as qualificações das demais turmas foram ministradas pelos professores da APAE-DF.

Em 2014, na sede da associação, foi inaugurado o Laboratório de Conservação de Bens Culturais, instalado para auxiliar os cursos desenvolvidos na BCE, no Arquivo Nacional e na própria sede quanto à manutenção das técnicas já ensinadas, assim como de novas técnicas. Quanto às contratações, cada instituição contrata números diferentes de profissionais e também de apoiadores. Ao observar que a contratação das equipes expandiu-se por várias instituições no Distrito Federal constatamos que o projeto está sendo reconhecido e validado através da inclusão de profissionais com deficiência no mercado de trabalho.

Os aprendizes e a equipe envolvida adentram ao universo museal por meio da experiência da higienização e reparos, das ações educativas como rodas de conversas, oficinas, mediações e visitação a espaços museológicos. Como exemplo dessa atuação analisaremos a exposição fotográfica “Mãos que cuidam: enlaces entre pessoas e acervos” que:

[...] pretende compartilhar vivências proveitosas de processos inclusivos que entrelaçam histórias de diversas pessoas. Algumas delas - as que estão sob os holofotes - trazem em suas trajetórias a marca de um diagnóstico e os desafios dele decorrentes. Os demais participantes, atuando nos bastidores, carregam a tentativa de construir uma sociedade inclusiva na posição de coadjuvantes. Todos sabem que é preciso oferecer condições para que os principais interessados sejam protagonistas, tenham voz e vez.³

A exposição aconteceu na BCE, em dois ambientes: no subsolo e na Sala de Exposições, aberta ao público do dia 6 de outubro ao dia 21 do mesmo mês no ano de 2016. No dia da abertura, antes da inauguração da exposição, ocorreu no auditório da reitoria da UnB a certificação de treze aprendizes.

Os aprendizes colocaram em prática e trabalharam com o público da comunidade da Universidade de Brasília seus anseios, sua presença, participação e contribuição nesta comunidade universitária. Por meio de uma exposição fotográfica e de um conjunto de ações educativas, pessoas com deficiência intelectual e múltipla conquistaram espaços para a promoção de discussões e reflexões a partir do curso de qualificação. Nosso argumento é

³ Trecho do texto curatorial da exposição “Mãos que cuidam: enlaces entre pessoas e acervos”, 2016.

que essa experiência delineou aquilo que Marijara Queiroz (2016) definiu como metacuradoria: uma “tendência participativa na tomada das decisões, a construção de pensamento processual, narrativas plurais e autoria coletiva” (p. 210-211) propiciando um ambiente de mediação que possibilita “releituras e recriações metalinguísticas” (p. 211) no campo das práticas museais.

A concepção da exposição surgiu em virtude da comemoração dos dez anos do projeto, estimulada pela parceria entre a APAE-DF e o Instituto de Psicologia da UnB, mais especificamente o Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP), através de um projeto de extensão coordenado pela professora Gabriela Mieto. Os encontros entre os extensionistas de psicologia e os aprendizes da APAE ocorreram tendo como dinâmicas rodas de conversa e atendimento terapêutico.

O projeto de extensão foi importante para as ações do curso e para a exposição. De acordo com um dos próprios aprendizes, os encontros contribuíram de várias formas: “Ajuda a conviver melhor uns com os outros e com a gente mesmo. É um bom momento para tratar as pessoas sem preconceito e racismo”, concluindo que “eles são gente muito boa porque falam do que gostamos no nosso dia a dia”⁴. As questões trabalhadas aproximaram o grupo e permitiram que as necessidades dos aprendizes fossem percebidas e trabalhadas pelos futuros profissionais de psicologia. Foi também a partir desses encontros que os anseios desse grupo foram compreendidos, culminando na exposição.

A mostra contou com uma equipe interdisciplinar composta pelos aprendizes e professores da APAE-DF, estagiários

⁴ Relato extraído do texto curatorial da exposição.

e estudantes, servidores, fotógrafos, museólogos, entre outros, objetivando uma construção colaborativa. Contribuiu para o êxito da proposta a criação de um projeto de extensão específico para a exposição, integrando os estagiários que já atuavam com o atendimento terapêutico. O projeto reuniu estudantes de Museologia e de Artes, profissionais para a Equipe de Fotografia, a empresa MUSE1 que ficou responsável pela produção e assistência museológica da exposição contribuindo com dois museólogos formados pela UnB, Thomas Nizio e Ingrid Orlandi, entre outros participantes que integraram as equipes de Comunicação e Imagem e a Equipe do Programa Educativo e Monitoria. Marli Pires Maciel e Mônica Kanegae, professoras vinculadas a APAE-DF, e Gabriela Mieto, professora do Instituto de Psicologia da UnB, foram responsáveis pelo projeto, estimulando a proposta metacuratorial.

A exposição proporcionou uma programação educativa para um público diverso com as seguintes ações: rodas de conversa acerca das contribuições profissionais e experiência do trabalho inclusivo; oficina de fotocolagem; roda de conversa com os aprendizes trazendo a experiência profissional em bibliotecas; oficina inclusiva de fotografia e discussões sobre exposições colaborativas.

Nesse contexto é possível reconhecer as ações realizadas (o curso de conservação, o projeto expositivo, as ações educativas, a visitação) como práticas de metacuradoria, ações de informação nos moldes apresentados por Maria Nélide González de Gomez (2009). Para a autora, essas ações resultariam da articulação de um estrato semântico-pragmático, de um dispositivo operacional ou tecnológico e de um estrato

regulatório manifestos em uma potência narrativa, de sociabilidade e estético-expressiva:

A ação de informação seria assim aquela realizada por atores sociais em suas práticas e atividades, ancoradas culturalmente numa forma de vida e geradas em comunidades epistêmicas ou configurações coletivas de relações intersubjetivas. No contexto sócio-cultural, uma ação de informação poderá orientar-se preferencialmente em direção a processos de objetivação (uso representativo da linguagem) ou oferecer garantias performáticas à busca de entendimento mútuo (uso comunicativo da linguagem). (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2009, p. 27).

Não é sem motivos que Rafaela Lima e Luciana Koptcke (2018) reconhecem, embasadas em González de Gomez, o museu (e aqui ampliamos para os processos museológicos) como “domínio plural de ações de informação e de ‘intervenções’ intencionais; e o público como fonte de práticas sociais específicas” (p. 230).

Torna-se necessário, assim, problematizar o modo como as ações de metacuradoria impactam o domínio plural de ações de informação, visando “otimizar por meio do controle sistêmico de diferentes variáveis do processo (geração, coleta, armazenagem, organização, representação, recuperação, disseminação).” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1990, p. 118). Além disso, é fundamental discutir as singularidades dessas ações, evidenciando, por exemplo, o protagonismo de pessoas com deficiência na elaboração de processos museológicos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de pessoas com deficiência física ou intelectual é um direito que deve ser assegurado. Na Política Nacional de Museus (PNM), de 2003, o tema é trabalhado no Eixo 2: Democratização e Acesso aos Bens Culturais. Dentre as ações desse eixo destaca-se a criação de programas destinados a inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea, o acesso à produção científica museológica e a democratização do acesso aos museus. As legislações e políticas públicas acerca da deficiência, assim como a acessibilidade nos museus e na Museologia, reforçam a importância de investigar o protagonismo de pessoas com deficiência intelectual e múltipla na realização de processos museológicos.

No âmbito da inclusão social e profissional de pessoas com deficiência apresentamos algumas reflexões tendo como investigação o Curso de Qualificação em Conservação de Bens Culturais da APAE-DF e UnB. Esta experiência proporcionou, por meio de ações museológicas, instrumentos para a inclusão, assim como espaços para que seus direitos fossem garantidos e evidenciados.

Acreditamos que essas reflexões iniciais sobre a relação entre metacuradoria e ações de informação consistem em profícuo itinerário investigativo que conecta de modo interdisciplinar diversas áreas do conhecimento integrantes do campo da informação (MARQUES, 2013). No caso em tela, elas contribuem para a compreensão do modo como essas ações promovem a inclusão das pessoas com deficiência intelectual e múltipla e a profícuo relação de áreas do conhecimento como a

Museologia, a Biblioteconomia, a Conservação e a Ciência da Informação nas interfaces com os Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. Portaria nº 2.344, de 3 de novembro de 2010. Secretaria de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/21770156/pg-4-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-05-11-2010>. Acesso em: 25 fev. 2021.

CARES, Bruna de Oliveira. *Inclusão social na conservação de acervos: Projeto de Higienização, Conservação e Pequenos Reparos de Bens Culturais – UNB/BCE e APAE-DF. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.*

CARVALHO, Tereza Cristina Oliveira Nonatto de. UNICAMP: coleções especiais e obras raras. *In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (org.). Acervos especiais: memórias e diálogos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 89-100.*

CHAGAS, Mario de Souza. *Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro.*

2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As ciências sociais e as questões da informação. *Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 14, p. 18- 37, 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O objeto de estudo da ciência da informação: paradoxos e desafios. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 117-122, 1990.

LIMA, Rafaela Gomes Gueiros Rodrigues de; KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. A relação entre Ciência da Informação, curadoria de exposições e educação em museus: uma reflexão. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 218-234, 2018.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. O campo da Informação. In: CUEVAS-CERVERÓ, Aurora; SIMEÃO, Elmira (org.). *Investigación en información, documentación y sociedad. Diálogos entre Brasil y España*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2013. p. 583-559.

ORTIZ, Márcia Andrea Dias. *Práticas de conservação preventiva na Biblioteca Central do Sistema de Bibliotecas (SiB) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Instituto de Ciências Humanas e de Informação, Universidade Federal do Rio Grande, 2015.

QUEIROZ, Marijara de Souza. (Meta) Curadoria em processos de Museologia Social. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 5, n. 10, p. 196-212, 2016.

RECHENA, Aida. *Processos museológicos locais: panorama museológico da Beira Interior Sul*. 2003. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Departamento de Arquitetura, Urbanismo e

Artes, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2003.

RESENDE, Dariane Moreira. *Um “museu” inexplorado? A imaginação museal de pessoas com deficiência intelectual e múltipla no Programa de Qualificação Profissional em Conservação de Bens Culturais da APAE-DF e da Universidade de Brasília*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Processo museológico: critérios de exclusão*. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 18, n. 18, p. 75-91, 2002.

SANTOS, Rogério Alves dos. *A voz dos estudantes com deficiência intelectual: rebatimentos dos tempos de escola na construção identitária*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

CAPÍTULO 4

DESCOBRINDO TRAJETÓRIAS: ANÁLISES, ASPECTOS E IDEALIZADORES DO 1º CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS DE 1956 EM OURO PRETO

Nathalia Gianini Reys

Ana Lúcia de Abreu Gomes

1 INTRODUÇÃO

O ano era 1956 e de 23 a 27 de julho cerca de 150 profissionais que atuavam nos museus e no patrimônio (diretores de instituições, conservadores e técnicos) vindo dos mais diversos estados brasileiros, se reuniram no 1º Congresso Nacional de Museus para debater e indicar soluções para os problemas relacionados às atividades dos museus nacionais.

Distando 65 anos desse acontecimento, acreditamos que podemos interpretá-lo de maneira estratégica no sentido da articulação entre agentes e agências do campo e do reconhecimento da área de museus e de seus profissionais no país. Concorreu para o sucesso dessa estratégia de articulação e reconhecimento, o crescimento do número de museus no Brasil e a criação de um organismo internacional – o Conselho Internacional de Museus (Icom).

O evento foi organizado por um conjunto de instituições brasileiras e internacionais: pela Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (Unesco) e pelo Conselho

Internacional de Museus (Icom). As agências brasileiras foram coordenadas pelo Comitê Brasileiro do Icom.

2 DESENVOLVIMENTO DO REFERENCIAL TEÓRICO

O pressuposto do qual partimos para observar o 1º Congresso Nacional de Museus como uma estratégia de articulação e reconhecimento é que homens e mulheres no decurso de suas atividades cotidianas e profissionais constroem relações que podem tender tanto à conservação de certas estruturas quanto à mudança (BOURDIEU, 2007). Entendemos também que para compreendermos o papel institucional dos museus, precisamos observá-los na relação com outras instituições, com outras agências que tratavam dos museus e do patrimônio cultural (FARIA, 1995).

Inicialmente, identificamos uma ausência de bibliografia específica sobre os congressos nacionais de museus ocorridos no Brasil na segunda metade do século XX, inclusive o 1º Congresso. Lopes destaca a necessidade de nos debruçarmos sobre objetos de pesquisa que possam contribuir para o adensamento de uma história dos museus e da Museologia no Brasil (LOPES, 2020, p.10).

Dessa maneira, partindo dessa lacuna identificada na literatura acadêmica existente, recorreremos aos periódicos para obter as informações de que não dispúnhamos. Neste sentido, podemos classificar essa pesquisa como exploratória. Buscamos cruzar então as informações encontradas em alguns dos periódicos da época com a literatura acadêmica e com alguns

poucos documentos textuais e fotográficos⁵.

Os jornais nos permitiram acompanhar, por meio de suas matérias e reportagens, as ações de nossos agentes no que se refere à organização, execução e avaliação do 1º Congresso Nacional de Museus. Nesse sentido, nossa aproximação do Congresso por meio dos jornais foi feita com a clareza de que, como toda e qualquer documento que escolhemos como fonte, este deve ser analisado a partir dos pressupostos de sua parcialidade e seletividade (OSCAR; OLIVEIRA, 2013).

Nos chamou muita atenção o destaque dado pelos jornais ao 1º Congresso Nacional de Museus. A partir da pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, identificamos 18 jornais cariocas que noticiaram o Congresso (REYS, 2018, p. 38). Não foi possível analisar todas as matérias noticiadas, devido ao extenso volume que elas apresentam. Nesse sentido foram escolhidas as matérias cujo conteúdo revelam informações mais relevantes ou que privilegiam o uso de fotografias. No caso, selecionamos o Correio da Manhã (RJ) e o Diário de Notícias (RJ)⁶.

Tanto o Correio da Manhã quanto o Diário de Notícias consultados, dedicam um Suplemento Literário – caso do Correio da Manhã – e uma Segunda Seção – caso do Diário de Notícias. Esses cadernos podem ser classificados como “jornalismo cultural” por mais “incômoda” que essa expressão possa parecer. Conforme assevera Piza “(...) a cultura está em tudo, é de sua

⁵ Destacamos aqui a documentação existente no Núcleo de Memória da Museologia (NumMus) da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) coordenado pelo Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá.

⁶ O Diário de Notícias apresentou 48 notícias seguido do Jornal do Brasil. Contudo, não foi possível realizar as análises e disponibilizá-las no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) devido à lei de Direitos Autorais.

essência misturar assuntos e atravessar linguagens.” (PIZA, 2013, p.7)

2.1 O 1º Congresso Nacional de Museus

Os jornais nos informam que o 1º Congresso Nacional de Museus foi organizado pelo Comitê Brasileiro do Icom que à época era composto por agentes que atuavam no campo dos museus e do patrimônio cultural há muitos anos. O presidente do Comitê Brasileiro do Icom à época era Rodrigo Melo Franco de Andrade, Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan).

O Jornal Diário de Notícias de 19 de dezembro de 1954, destacava as primeiras providências para a organização do evento. Nessa reportagem há uma informação sobre um questionário que o Comitê Brasileiro do Icom havia encaminhado a 117 museus. O resultado da pesquisa demonstrou aspectos importantes para compreender e diagnosticar o cenário de museus no Brasil dos anos 1950. O formulário dizia respeito, dentre outros assuntos, à visitação e objetivo de museus em diferentes estados e municípios. A vice-presidência do Comitê Brasileiro do Icom era ocupada por três diretores de museus: Heloisa Alberto Torres (Museu Nacional)⁷, Gustavo Barroso (Museu Histórico Nacional) e Oswaldo Teixeira (Museu Nacional de Belas Artes). Para que o evento se realizasse foi constituída uma Comissão Organizadora formada por José Valadares (Museu

⁷ Por ocasião do 1º Congresso Nacional de Museus, Heloísa Alberto Torres havia deixado a direção do Museu Nacional. O período de direção de Heloísa Alberto Torres compreendeu os anos de 1938 a 1955. Na Comissão incluíram-se também, representantes da prefeitura de Ouro Preto, da Estrada de Ferro Central do Brasil, da Diretoria da Educação e Cultura, M.E.C e outras instituições interessadas.

da Bahia), Dante Laytano (Museu Júlio de Castilhos), José Maria de Albuquerque (Museu do Recife), Américo Jacobina Lacombe (Casa Rui Barbosa).

Em 30 de outubro de 1955, o Suplemento Literário do Diário de Notícias, em sua página 5, noticia que coube à Comissão Organizadora a seleção dos membros da Comissão Executiva (composta por um presidente, um secretário tesoureiro) eleita dentre os membros ativos na sessão de abertura do Congresso e das Comissões Técnicas. Estas comissões foram nomeadas pela Comissão Organizadora e tinham como principal atribuição a avaliação dos trabalhos inscritos para a apresentação durante o Congresso. Havia também a Comissão de Publicação dos Anais do Congresso. Igualmente, coube à Comissão Organizadora propor os temas a serem debatidos durante o Congresso (REYS, 2018, p. 57 e p. 80).

Segundo essa mesma reportagem qualquer participante do Congresso poderia submeter trabalhos desde que estivessem em consonância com os temas propostos. Os trabalhos deveriam ser originais e inéditos, sendo apresentados em no máximo 30 laudas datilografadas. Quanto ao prazo, os interessados deveriam apresentar o material em até no máximo os 30 dias anteriores ao início do Congresso.

Outra informação muito importante dessa reportagem é que haveria a publicação dos Anais do Congresso. A distribuição seria gratuita durante o evento (REYS, 2018, p.57).

Em relação ao temário do Congresso, o Suplemento Literário do Diário de Notícias do dia 20 de novembro de 1955 traz reportagem assinada por Mário Barata que dá destaque aos 10 itens que compuseram os debates conforme discriminado a

seguir: I. Caráter, âmbito e objetivos dos museus. II. Instituições brasileiras atuais. III. Legislação. IV. Sede e instalação. V. Acervo. VI. Estudos e pesquisas. VII. Divulgação. VIII. Pessoal. IX. Organização técnico-administrativa das instituições. X. Cooperação.

A abrangência do temário demonstra que não eram poucos os desafios do setor. Na página 01 da Segunda Seção do Diário de Notícias de 27 de abril de 1956, a reportagem detalha o temário aprovado para o evento. No item sobre legislação, por exemplo, haveria o debate sobre as legislações federais, estaduais e municipais atinentes aos museus. Igualmente seriam discutidas as convenções internacionais e suas implicações para o Brasil. Estatutos e regimentos de museus particulares também seriam observados além do debate acerca da legislação e regulamentação a constituir. Em relação ao acervo seriam debatidos os problemas e experiências relacionados a coleções em exposição, coleções constituídas para documentação e estudo, coleções para intercâmbio, compras, doações, permutas, legados, empréstimos, dentre outros. O temário sobre a questão dos recursos humanos debateria as questões relacionadas ao pessoal técnico de nível superior e pessoal técnico auxiliar, a questão dos curadores e do pessoal de natureza administrativa (REYS, 2018, p. 75-77)

Quanto aos participantes do Congresso, segundo a coluna Vida das Artes publicada na Segunda Seção do Diário de Notícias à página 02 e assinada por Mário Barata em 20 de março de 1956, esses foram divididos em três categorias: membros ativos, convidados especiais e observadores. Na categoria de membros ativos tínhamos os conservadores e técnicos dos museus públicos (das três esferas da administração) e privados, os diretores e

funcionários administrativos dos museus (públicos e privados) e os membros associados do Comitê Brasileiro do Icom. Foram considerados convidados especiais os representantes estrangeiros vinculados ao Icom e representantes de entidades nacionais que, na avaliação da Comissão Organizadora do Congresso, pudessem contribuir com as discussões propostas. Por fim, os membros observadores seriam os demais interessados que tivessem sua inscrição aprovada igualmente pela Comissão Organizadora do evento (REYS, 2018, p. 67). Para os membros ativos e os observadores havia a cobrança de uma taxa de inscrição no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros).

Em maio de 1956, o Diário de Notícias faz dois destaques: a iminência do prazo para a entrega dos trabalhos por parte dos inscritos e a substituição do Presidente do Comitê Brasileiro do Icom – Rodrigo Melo Franco de Andrade – afastado por motivos de saúde por Heloisa Alberto Torres, ex-diretora do Museu Nacional.

É destaque também no jornal Correio da Manhã de 20 de junho de 1956 o ordenamento de despesas aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) da verba de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) à Organização Nacional do Icom para as despesas com o 1º Congresso Nacional de Museus (REYS, 2018, p. 46). Outra matéria do Diário de Notícias, de 28 de março de 1956, evidência o alcance do Congresso, que recebeu o apoio do Governo Federal e de intelectuais da época como Sérgio Buarque de Hollanda.

2.2 “Um novo ciclo para a museografia nacional”

Assim Mário Barata em sua coluna “Vida das Artes” do *Diário de Notícias* anuncia um tempo novo para a museografia

brasileira. Sim, o 1º Congresso Nacional de Museus instaurava um novo tempo para essas instituições. (BARATA, 1956, p.02).

Segundo essa mesma reportagem o Congresso foi inaugurado com 150 participantes. Nessa reportagem, Mário Barata destaca a presença de arquitetos que debateriam as questões concernentes ao tema 4, qual seja, sede e instalações. Ressalta que este tema também recebeu uma exposição com trabalhos dos arquitetos Oscar Niemeyer, Aldary Toledo, Lina Bo Bardi dentre outros.

Os jornais Diário de Notícias e Correio da Manhã destacaram igualmente as publicações lançadas durante o Congresso. As citadas pelos jornais foram “Museus: sua importância na educação do povo” de autoria de Florisvaldo dos Santos Trigueiros (REYS, 2018, p. 88) e o “Introdução à Museografia Brasileira. Guia comentado dos museus brasileiros” em três volumes, de autoria do Professor Carlos José da Costa Pereira e do jornalista José Mario Alves da Silva (REYS, 2018, p. 47). A reportagem do Correio da Manhã, à página 12 de 14 de julho de 1956 destaca o ineditismo e o detalhamento da publicação. Segundo o jornal, além de fotografias, plantas e croquis de exposição, as informações sobre as instituições museais brasileiras eram bem detalhadas. Distribuídas entre os três volumes havia informações como o nome e endereço da instituição, horário de funcionamento, diretor responsável, normativa de criação do museu, o histórico institucional, a classificação tipológica da instituição, as exposições, o acervo, guias e catálogos existentes, informações sobre a existência de biblioteca, arquivo, fototeca, discoteca, filmoteca, publicações, cursos e conferências ofertados, informações sobre laboratórios, sobre os recursos humanos (conservadores e técnicos),

informações sobre o prédio e dados sobre a relação da instituição com a cidade ou região (REYS, 2018, p.47).

O Correio da Manhã de 20 de julho de 1956, página 13, traz a informação que o Congresso também objetivava tratar da fundação da Associação Brasileira de Museus e de Associações Regionais nos estados. Para além de facilitar o diagnóstico das instituições museais, essa informação nos possibilitou refletir sobre o Congresso como uma estratégia de reconhecimento e articulação do setor e de seus profissionais.

Ao longo da pesquisa nos jornais, identificamos um desdobramento do processo de organização do Congresso que, acreditamos, foi inesperado. O Jornal Diário de Notícias promoveu uma campanha em suas páginas em prol das visitas guiadas em museus. O Diário de Notícias publicou entrevista com a museóloga Lygia Martins Costa sobre o tema (REYS, 2018, p. 83). Rodrigo Melo Franco de Andrade, mesmo afastado da organização do evento por motivos de saúde, deu seu depoimento sobre a campanha lançada pelo Diário de Notícias, considerando a formação de monitores para os museus como uma iniciativa de utilidade pública (REYS, 2018, p. 87).

No encerramento do evento, dentre uma série de decisões tomadas, consta a realização de um 2º Congresso Nacional de Museus previsto para ocorrer no Rio de Janeiro em 1959. A Comissão de Museus de Artes propôs para o desenvolvimento do arquivo fotográfico da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), o trabalho apresentado no Congresso por Paulo César Vincent da Fonseca, intitulado “Plano para a formação de um Arquivo Central de Documentação Iconográfica Nacional”. Wolfgang Pfeiffer – diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo – teve igualmente seu trabalho aprovado pela

Comissão dos Museus de Arte. O trabalho intitulava-se “Museu e Educação Visual”. Outro trabalho aprovado pela Comissão de Artes, de autoria de Lourival Gomes Machado intitulava-se “O Filme sobre Arte nos Museus”. A plenária final do Congresso também aprovou a proposta de constituição do Museu de Ciências do Centro de Pesquisas Físicas (REYS, 2018, p. 89 – 96)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O 1º Congresso Nacional de Museus aconteceu entre os dias 23 e 27 de julho de 1956 na cidade de Ouro Preto em Minas Gerais. O interesse pelas atividades dos museus brasileiros e a preocupação com o número crescente de novas instituições levou a Unesco e o Icom, juntamente com a Organização Nacional do Icom (Onicom, hoje, Icom-BR) a pensarem em ações e medidas que pudessem desenvolver e aprimorar o campo.

Acreditamos que a pesquisa feita em alguns periódicos cariocas demonstrou a importância do 1º Congresso Nacional de Museus para a construção do conhecimento acerca dos museus e da Museologia brasileira. O papel do Congresso no reconhecimento e articulação do setor é inquestionável. Entretanto, como destacamos, é uma temática que requer muita pesquisa. Na tentativa de obter mais informações sobre o evento consultamos a base de dados do Museu Histórico Nacional (MHN) e identificamos que houve apresentações de outros profissionais, como o do conservador do MHN, Clóvis Bornay. Sua apresentação intitulava-se “O Museu fala à Infância”, em que tratou do tema das visitas guiadas; Dulce Ludolf apresentou o tema “Novas Diretrizes dos Museus”, que foi aprovado pela Comissão Julgadora; identificamos também a palestra ministrada por Regina Real, intitulada “A Importância da Museologia: Os Museus

Regionais”. Outras pautas foram discutidas, como o objetivo dos Museus de Ciência, representado pela Comissão de Ciência com membros de São Paulo e do Rio de Janeiro.

As informações demonstram que o Congresso aglutinou técnicos de museus de história, de artes e de ciências naturais, educadores, naturalistas e antropólogos. Esses museus foram representados por diversos profissionais que estiveram presentes em Ouro Preto para a ocasião. Segundo Adelia Ribeiro, o Congresso foi "o primeiro encontro brasileiro a congregar centenas de museólogos de todo o território nacional" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 117). Desta forma, elucidamos que o Congresso Nacional de Museus também representou uma oportunidade de convivência e troca entre profissionais de campos de atuação diferenciados, o que sustenta o conhecimento atual sobre a *transdisciplinaridade* da Museologia como área científica.

O 1º Congresso Nacional de Museus atendeu às expectativas no que concerne a sua organização e realização, sendo um dos mais importantes encontros do país. Foi o primeiro a discutir problemáticas fora dos museus das capitais, incluindo museus regionais. Reuniu diversos profissionais que atuavam em museus e, nesse sentido, o consideramos uma estratégia bem sucedida de articulação e reconhecimento.

REFERÊNCIAS

BARATA, Mario. Inaugurou-se o Primeiro Congresso Nacional de Museus. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 23/07/1956. Segunda Seção.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FARIA, Luiz de Castro. “Nacionalismo e nacionalismos: dualidade e polimorfia” *In: CHUVA, Marcia (Org.). A invenção do patrimônio*. Brasília, DF: MinC/Iphan, 1995.

LOPES, Maria Margaret. Sobre Fragmentos do Conhecimento Museológico no Nordeste brasileiro: uma entre muitas outras possíveis introduções. *In: BRITTO, Clovis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes. Estilhaços da Memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil*. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador: UFBA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39425>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. *Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos: pioneiras na formação das ciências sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 2015.

OSCAR, Luísa Cecília Belotti; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. *Periódicos e imprensa como fontes para o estudo da educação dos sentidos em Minas Gerais: o tempo livre como possibilidade de formação (entre as décadas finais do século XIX e as décadas iniciais do século XX)*. *In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 7., 2013, Cuiabá. Anais do [...]*. Cuiabá: Cbhe, 2013. p. 1 - 15.

PIZA, Daniel. *Jornalismo Cultural*. São Paulo: Contexto, 2013.

REYS, Nathalia Gianini. *Descobrendo trajetórias: análises, aspectos e idealizadores do 1º Congresso Nacional de Museus de 1956 em Ouro Preto*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Museologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CAPÍTULO 5

OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS EM UNIÃO DOS PALMARES/AL COMO MEIO DE VALORIZAÇÃO À CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Rennata Maria Marques Tenório

Rosanne Maria de Oliveira Silva

Marcos Aurélio Gomes

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a informação assume uma função relevante perante o desenvolvimento da sociedade, na qual o conhecimento passa a ser um fator preponderante para que a humanidade encontre respostas para os mais diversos problemas do cotidiano. Neste sentido, acredita-se que a Biblioteca Pública desde sua origem busca exercer um papel significativo para a sociedade, tendo em vista que disponibiliza informações relacionadas às várias áreas do conhecimento, tornando-se uma forte aliada na disseminação da informação para suprir as necessidades de informação da sociedade na qual encontra-se inserida.

O estudo abordado busca enfatizar a Biblioteca Pública, contudo, atreladas à mesma encontram-se outras instituições que lidam com a cultura e informação, que doravante denominaremos de equipamentos culturais, sendo esses: a Casa do Poeta Jorge de Lima, o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, a Casa de Cultura Palmarina e a Sociedade Casa Cultural Maria Mariá de Castro Sarmiento (museu), todos esses

considerados Centros Informacionais que, de certa forma, contribuem para a expansão da informação, bem como para o desenvolvimento cultural e intelectual de um povo.

Perante a natureza da Biblioteca Pública e dos equipamentos culturais, compete não só reconhecer seu potencial em fazer uma interação da sociedade com sua cultura local, mas também pôr em prática ações que viabilizem essa interação.

2 DESENVOLVIMENTO DO REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico da Biblioteca Pública

Em virtude da Revolução Industrial, em 1850 surgiu na Inglaterra a primeira lei para implantação da Biblioteca Pública, potencializando a necessidade de obter informação para melhor manuseio de máquinas por parte da população, bem como a preservação das mesmas. Essa afirmação permite entender com clareza que as mudanças ocorridas na época exigiam que a prática da leitura fosse algo produtivo para o acompanhamento dessas transformações, fazendo da informação um atributo para a educação (NOGUEIRA, 1983).

Ainda nesse contexto da origem da Biblioteca Pública, outro motivo fundamental para o acontecimento seria a educação gratuita, em que os pais atribuíam ao Estado a responsabilidade de garantir a seus filhos o acesso à informação que desse suporte às atividades pedagógicas. Partindo dessa afirmativa, percebe-se que a educação exerce um papel importante para o desenvolvimento de todo e qualquer indivíduo. Assim, concorda-se que

[...] o motivo primordial para o aparecimento da Biblioteca Pública foi a reivindicação da população por acesso à educação gratuita. Inflada pela revolução francesa, e buscando formas de ascender socialmente, a população começa, nessa época, a exigir que o Estado ofereça condições para acesso de seus filhos à educação (ALMEIDA JÚNIOR, 2003, p. 66).

Entretanto, faz necessário levantar a ideia de que a Biblioteca Pública, ao ser de responsabilidade do Estado, contribuía para que os valores sociais existentes fossem assegurados, refletindo as necessidades das classes dominantes, caminhando, desse modo, contra os interesses da população. Neste sentido, a

Biblioteca Pública, historicamente, manteve-se, com maior intensidade, ao lado dos interesses das classes dominantes, tomando para si - talvez sem consciência clara dessa atitude - a responsabilidade de reproduzir aqueles interesses, em detrimento da população e colocando em risco sua imagem e função social junto a esse segmento da sociedade (ALMEIDA JÚNIOR, 1997 a, p.23).

Diante disso, pode-se inferir que o surgimento da Biblioteca Pública não reflete apenas os anseios da população por acesso à educação em virtude de um desenvolvimento industrial, bem como de garantia de educação para o ensino básico. Mas também conduzia benefícios às classes dominantes ao propiciar ordem na sociedade.

Assim sendo, a origem da Biblioteca Pública foi proveniente da modificação na sociedade, em que sua história acompanhou as mudanças da época, tendo uma visão de que as

causas de sua procedência estão ligadas a vários fatores, que de certa forma não devem ser considerados isoladamente.

2.1.1 Importância – Biblioteca Pública

A Biblioteca Pública precisa revelar seu valor para com a sociedade, portanto, cabe esclarecer a relevância dessa instituição para o indivíduo, perpassando a reflexão de que ela pode contribuir para uma sociedade mais justa.

A realidade que permite apresentar a Biblioteca Pública como importante fica evidente por meio da consideração de Brambila (2005), ao revelar que esse centro informacional contribui no resguardo da história territorializada, em que conhecimentos voltados ao hábito e crenças, bem como às formas de enxergar sua realidade, em anseios social, ético ou religioso, sejam compreendidos pelo indivíduo. Esclarecendo o aspecto de que a Biblioteca Pública como guardiã do patrimônio cultural e histórico permite que a sociedade torne-se conhecedora da sua formação histórica.

Seguindo a linha de importância da Biblioteca Pública, cabe expor o pensamento de Correia (2005, p. 1, grifo nosso) em que “[...] **as Bibliotecas Públicas são importantes** para o desenvolvimento do indivíduo como cidadão”.

Dessa forma, fica exposto o valor desse centro de informação, cuja existência deve estabelecer para o indivíduo sua inclusão social, tornando esse cidadão mais consciente, descrevendo aqui que a informação possibilita o exercício da cidadania, em que “[...] somente os bem-informados têm conhecimento sobre seus deveres e direitos de cidadãos para, a partir daí, tomarem decisões e agirem dentro do espírito de cidadania (ou não)”. (BARROS, s.d, p.1).

As ideias supracitadas revelam os benefícios que a Biblioteca Pública pode proporcionar, e para tanto exprime seu valor, reforçando, dessa forma, sua importância para o indivíduo e, conseqüentemente, para a sociedade.

2.1.2 Funções – Biblioteca Pública

Em virtude de uma democratização da informação, cabe analisar as quatro funções da Biblioteca Pública como uma instituição em benefício do desenvolvimento sociocultural da sociedade.

A ideia de que o surgimento da Biblioteca Pública foi desencadeado pela necessidade de acesso à educação gratuita reflete considerar a sua primeira função, que seria a educacional. Tal função está relacionada ao que foi antes exposto, repassando aqui uma visão de que, dentre os fatores que concretizam o aparecimento desse centro de informações, surgiu a exigência por acesso à educação.

Neste contexto de educação como umas das funções da Biblioteca Pública, Almeida Júnior (2003, p. 70) afirma que a mesma “[...] deveria nortear sua função para educação informal, para a educação continuada. Mas, por ser obrigada a fazer às vezes [papel] da biblioteca escolar, não sobra tempo e interesse para ações no âmbito da educação continuada”.

Cabe acrescentar que a educação não formal e informal devem ser enquadradas nesse centro de informação. Vale ressaltar que “[...] nos últimos anos, tornou-se evidente que a educação formal, isoladamente, não satisfaz às exigências da sociedade moderna” (ARAÚJO, 1985, p.108). Assim, utilizar outros espaços presentes na comunidade é necessário (arquivos, bibliotecas, centros culturais, museus, teatros) para que os

indivíduos aprendam na sociedade na qual o conhecimento é percebido como “capital” para o desenvolvimento econômico e social.

A segunda função atribuída à Biblioteca Pública seria a cultural, vista como qualquer meio que exprima a arte, mediando aqui informações em benefício da cultura.

A biblioteca, em relação à cultura, deverá atrair para si uma preocupação com os bens culturais da comunidade na qual está inserida, isso com aspectos voltados ao ato de preservação e divulgação desses bens culturais, fazendo um resgate da memória cultural. Desse modo, a biblioteca pode possibilitar um importante espaço de cultura para a comunidade, proporcionando ao indivíduo não apenas conhecer a arte, mas também participar e admirar os bens culturais favorecendo o incentivo à cultura.

A terceira função seria a recreativa ou de lazer. Nessa função a leitura surge como meio de propor ao leitor um entretenimento, onde ele está livre para fazer escolhas frente à literaturas que permitam certa descontração.

Essa função permite analisar que, ao conquistar leitores diante de uma literatura sem comprometimento, caminharemos para despertar agrado a outros gêneros literários, fazendo com que a leitura seja uma rotina naqueles que não apresentam esse hábito, bem como conservar os que já cultivaram esse benéfico atributo que é a leitura.

A quarta função atribuída à Biblioteca Pública seria a informacional. Nessa, a informação deve ser uma fonte segura, veloz e eficiente. Não apenas direcionada à educação formal, e sim propiciando a informação num contexto mais amplo, não

estando limitada ao suporte tradicional, como é o livro. Ressaltando que muitas das necessidades dos usuários abarcam as mais diversas questões, destacando aqui as informações utilitárias, informações para cidadania, entre outras.

Assim sendo, a Biblioteca Pública deve desempenhar essa função com informações que atendam à demanda de seus usuários. Nesse sentido, essa instituição deve oferecer informação utilitária que passaria a dar suporte às necessidades da comunidade com intuito de sanar dúvidas do cotidiano, oferecendo informações de ordem prática, com assuntos ligados à educação, emprego, direitos humanos, saúde, entre outros.

2.1.3 Problemas – Biblioteca Pública

A reflexão de que a Biblioteca Pública apresenta uma problemática quanto à sua funcionalidade conduz ao questionamento de que vários fatores influenciam na atuação dessa instituição, portanto, cabe esclarecer quais são esses fatores.

Quando detectada a falta de Bibliotecário(a) atuando nesse centro de informação, percebe-se a indagação de que a Biblioteca Pública transmite falhas na sua atuação, ficando fácil concordar com a posição da Stefanov (2010), ao declarar numa entrevista publicada pela PublishNews que “biblioteca tem que ter bibliotecário”. Isso passa a reflexão de que políticas públicas voltadas para a leitura não darão certo enquanto ainda existir no país a falta desse(a) profissional atuando na Biblioteca Pública.

Trilhando os problemas enfrentados pela Biblioteca Pública, cabe discutir sobre a formação do acervo, em que a desatualização do mesmo deve ser algo a ser analisado. Nessa direção,

A trajetória das bibliotecas, no Brasil, ao longo de sua história e salvo algumas exceções, tem sido problemática, tanto do ponto de vista dos usuários – submetidos às limitações resultantes da fragilidade das suas coleções e dos serviços oferecidos –, como do ponto de vista dos seus mantenedores, os quais, malgrado algumas boas intenções e iniciativas, desconhecem a natureza, a função e a necessária infraestrutura para mantê-las (LUBISCO; ROSA; SANTOS, 2005, p.3-4).

Outro aspecto que também pode ser visto como um problema na atuação dessa instituição seria a falta da biblioteca escolar, que acaba por destinar a Biblioteca Pública para o atendimento da classe estudantil do ensino fundamental e médio frente a suas pesquisas escolares, e o direcionamento voltado a esse público “prejudica” na atuação dessa instituição. Essa perspectiva retrata a problemática de que, conforme Tsupal (1987, p. 155), “[...] a Biblioteca Pública, no Brasil, está substituindo a biblioteca escolar, da rede oficial, reduzindo, assim, as possibilidades de expandir os serviços pertinentes, circunstância que, entretanto, a Biblioteca Pública deve enfrentar e criar mecanismos”.

2.2 Biblioteca Pública e Comunidade

A Biblioteca Pública necessita exercer um papel interativo com a comunidade na qual está inserida, pois, a partir dessa interação, a biblioteca poderá alcançar resultados positivos. Assim sendo, é interessante que a Biblioteca Pública mantenha ligação com órgãos comunitários, buscando entender qual é a necessidade de informação da comunidade. É de vital importância que haja um estudo detalhado dessa comunidade, para que só então a Biblioteca Pública possa contribuir para o desenvolvimento intelectual e cultural de seus usuários. Como

afirma Suaiden (1995, p.12), “[...] a informação é o principal fator de interação entre a biblioteca pública e a comunidade e é a difusão da informação que propicia o enriquecimento da comunidade”.

A comunidade deve sentir-se satisfeita com os serviços prestados pela Biblioteca Pública, pois de nada adiantará se ela não atingir suas expectativas. Para isso, torna-se necessário que as autoridades se conscientizem de que a Biblioteca Pública pode e deve ser um ponto de cultura para essa população. Ainda de acordo com Suaiden (1995, p. 33), “[...] esse problema não será resolvido somente com grandes recursos, a não ser que estes sejam aplicados com um planejamento adequado [...]”. É evidente que a manutenção do acervo só vem a contribuir para a eficiência da biblioteca e é aí que entra o(a) Bibliotecário(a), com sua formação, capacidade, comprometimento, habilidade para detectar possíveis obstáculos que, de alguma forma, afastam o usuário. Mesmo com boa vontade, o(a) Bibliotecário(a) não trabalha sozinho, pois, para que suas atividades sejam efetivas, é necessário ter apoio. “Da atuação do bibliotecário em benefício da comunidade dependerá a conscientização das autoridades [...]” (SUAIDEN, 1995, p. 34). Em outras palavras, a intencionalidade política e social como um dos pré-requisitos, como afirma Lemos (2005), para que a biblioteca exista como instituição social.

2.3 Identidade Cultural

Em poucas palavras, o conceito de cultura acaba sendo bastante vasto, pois abrange diversos aspectos. De acordo com Coelho Neto (1989, p. 21), “cultura é o que move o indivíduo, o grupo, para longe da indiferença, da indistinção; é uma construção, que só pode proceder pela diferenciação”.

Em se tratando de identidade cultural, ela abrange tão somente o indivíduo no sentido de que possui a capacidade de raciocinar, mantendo-se centrado naquilo que realmente deseja fazer, “[...] a identidade é formada na 'interação' entre o eu e a sociedade” (HALL, 2000, p.11). O ser humano é adaptável ao meio em que vive, a partir daí, pode-se dizer que a probabilidade de se adquirir várias identidades é grande, ocasionando muitas vezes contradição no que diz respeito à contextualização da mesma.

Apesar de toda a expansão cultural em variados grupos e comunidades, é necessário estabelecer a própria identidade destes, pois, ainda que participem de outras culturas, ou até mesmo introduzam novos valores e costumes, mas, se possuírem uma identidade cultural fortalecida, reconhecida e respeitada, conseqüentemente, não se perderá a essência de seu povo.

2.3.1 Ação Cultural

A ação cultural abrange inúmeras atividades, diante disso o(a) Bibliotecário(a) poderá expandir tal ação com o intuito de atender não somente aos usuários da biblioteca, como também à população em geral, pois tais atividades poderão ser realizadas em múltiplos espaços, como: praças, museus, centros comunitários, entre outros. Ainda que tais equipamentos estejam inseridos em um bairro da periferia, uma capital, ou uma cidade do interior de qualquer estado.

Para Barros (2003, p. 82-83) “[...] a ação cultural, além de permitir que o usuário seja o sujeito de suas escolhas culturais, permite-lhe posteriormente satisfazer as necessidades delas decorrentes, por meios livres e criativos”.

A Biblioteca Pública, por ser uma instituição que abrange um público diversificado, necessita promover a ação cultural,

tendo em vista que se tornará ainda mais frequentada e, conseqüentemente, exercerá um papel mais dinâmico perante seus usuários. Tais usuários buscam, de alguma forma, suprir suas necessidades culturais, portanto, enxergam a Biblioteca Pública como um meio de pôr em prática determinada cultura. Para o autor:

Entretanto, quando uma biblioteca se abre para a ação cultural, ela tem condições de se voltar para o não-público, num trabalho permanente de tentativa de minimizar esse tipo de problema social, que não pode deixar de merecer atenção e a reação das instituições, por caracterizar a falta de acesso à informação e conseqüentemente ser impeditivo do desenvolvimento e da cidadania (BARROS, 2003, p. 85).

Diante dessa afirmação, percebe-se que a ação cultural tende a fortalecer o indivíduo como cidadão, pois o mesmo poderá exercer um papel diferenciado, dinâmico e criativo perante a sociedade.

2.3.2 Cultura Afro-Brasileira

No tocante à cultura afro-brasileira, percebe-se que é bastante abrangente, pois trata-se de uma junção de manifestações culturais com enorme influência da cultura africana, tendo em vista que o Brasil foi um importante ponto de chegada dos negros africanos escravizados no período colonial. Nesse sentido, Freyre (1984, p. 17) diz que:

A sociedade colonial no Brasil, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar, não em grupos a esmo e instáveis; em casas grandes de taipa ou de pedra e cal, não em palhoças de aventureiros.

A cultura afro-brasileira pode ser vista em variados aspectos que vão desde a música popular, a religião, a culinária, o folclore, as festividades populares, as vestimentas, a dança, a arte, entre outros. Podemos salientar a culinária como um dos aspectos mais significativos, pois o negro escravizado teve domínio sobre a cozinha colonial, fortalecendo seus costumes alimentares quando do preparo dos pratos.

Ainda que não muito valorizada, a cultura afro-brasileira resiste até os dias atuais buscando alcançar o seu espaço na sociedade. Tal sociedade, muitas vezes, julga os valores e costumes europeus os mais “adequados e propícios de serem adotados”, com a concepção equivocada de que o negro foi e sempre será um ser inferior.

Diante disso, vários estados brasileiros, como Alagoas, Minas Gerais, Maranhão, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco, trazem fortes traços da cultura africana, e principalmente o Município de União dos Palmares/AL.

Como relata Barbosa (1999, p.14), “Os negros africanos, que chegavam aos montes aos engenhos de Alagoas, logo que foi autorizado o tráfico negreiro, viviam como escravos, sendo maltratados e trabalhando para enriquecer o patrão branco”.

União dos Palmares foi um dos palcos de grande luta do negro escravizado, especificamente a Serra da Barriga, que serviu de esconderijo para vários negros fugitivos. Tal local era privilegiado pelo fato de ser distante dos canaviais, possuindo uma terra fértil que, conseqüentemente, traria o sustento para os negros ali refugiados.

O feriado do dia 20 de novembro, considerado o dia da Consciência Negra, engrandece a história do Município de União dos Palmares, expondo o eixo de luta pela liberdade dos negros escravizados. Segundo Hohlenwerge (2010), essa data foi estabelecida por meio do Projeto de Lei número 10.639, no dia 9 de janeiro de 2003, em virtude de ser o dia da morte do grande líder Zumbi dos Palmares. Essa data ganha destaque por estabelecer um dia de reflexão sobre a escravidão no Brasil, resultando, dessa forma, na valorização da cultura afro-brasileira.

2.4 Biblioteca Pública Dr. Jorge de Lima e os demais Equipamentos Culturais

Com base em Coelho (1997), o equipamento cultural pode estar associado ao ambiente físico destinado a apresentações culturais, tais como bibliotecas, teatros, dentre outros, como também àqueles que produzem a cultura: corais, orquestras sinfônicas, entre outros. Apresentando-se, desse modo, os cinco equipamentos culturais do Município de União dos Palmares, sendo esses:

1º) A Casa de Cultura Palmarina

A Casa de Cultura Palmarina foi fundada em 19 de dezembro de 2002 e torna-se uma grande aliada frente à cultura do município, onde os visitantes encontram instrumentos musicais do folclore palmarino, bem como fotografias antigas, artesanato em argila.

2º) Museu Sociedade Casa Cultural Maria Mariá de Castro Sarmiento

Este espaço é dedicado a Maria Mariá, que nasceu no dia 16 de junho de 1917, uma personalidade do município com vasto conhecimento, sendo ela educadora, folclorista, historiadora,

jornalista e fundadora da Biblioteca Pública Jorge de Lima. A fundação desse museu foi propiciada pelo sobrinho da ilustre Maria Mariá, o historiador Paulo de Castro Sarmiento Filho, no dia 16 de junho de 1994, iniciativa feita após a morte da mesma, que ocorreu no dia 28 de fevereiro de 1993. O museu possui móveis de antiguidades, além de um acervo catalogado, 240 volumes de livros, ricas peças de louças, porcelanas raras, cerâmica, entre outros.

3º) Casa do Poeta Jorge de Lima

O Poeta Jorge de Lima está ligado à época do modernismo, sendo um autor de grande prestígio diante da literatura nacional, visto que tornou-se um escritor de romances importantes como: Poemas Negros, Tempo e Eternidade, Novos Poemas, Invenção de Orfeu, entre outros. Jorge de Lima faleceu em novembro de 1953 no Rio de Janeiro.

A fundação da Casa do Poeta Jorge de Lima aconteceu no dia 27 de janeiro de 1981, tendo passado por reforma através de uma parceria com a Universidade Federal de Alagoas – UFAL. A casa, antes da reforma, abrigava a Biblioteca Pública e também realizava oficinas de arte e cultura, além de exposições com obras de artistas locais.

4º) Parque Memorial Quilombo dos Palmares

O Parque Memorial Quilombo dos Palmares foi inaugurado no dia 19 de novembro de 2007, passando a ser um parque de temática cultural afro-brasileira do país, que desse modo resulta no crescimento do turismo de União dos Palmares. A estrutura do parque continua conservada tanto no que diz respeito à preservação da natureza, como dos equipamentos de som que traduzem em várias línguas alguns episódios vivenciados

pelo “exército” de Zumbi dos Palmares. Alguns moradores da região, de certa forma, acabam participando da divulgação do mesmo. No dia 20 de novembro de cada ano, a visitação é bem maior devido a todo o contexto da vida de Zumbi dos Palmares e seus seguidores.

5ª) Biblioteca Pública Dr. Jorge de Lima

A Biblioteca Pública permaneceu por muitos anos na Casa do Poeta Jorge de Lima, todavia, após reforma ocorrida nesse equipamento cultural, a biblioteca mudou-se para outro espaço.

Na biblioteca existe uma estatística para informar quantos são os frequentadores desse centro informacional, bem como quais as suas necessidades informacionais, que revelou um total de 1.010 usuários, isso segundo estatísticas de março de 2009 até agosto de 2010. Contudo, percebe-se na visita *in loco* que esses dados não estão organizados.

3 CONCLUSÃO

De acordo com os levantamentos, identificou-se que a Biblioteca Pública Dr. Jorge de Lima não ocupa uma posição adequada para com o município, pois, em se tratando de um Centro Informacional de grande importância para a população, não dissemina informações diversificadas, nem se preocupa em interagir com o usuário, ficando restrita praticamente ao público escolar. Em decorrência da falta de divulgação dos serviços oferecidos por ela, bem como do descaso por parte do poder público e, principalmente, pela falta do(a) Bibliotecário(a), esse Centro Informacional acaba por ficar inerte, sem muita expectativa de mudança.

A pesquisa possibilitou a identificação das fragilidades que cada Centro Informacional possui, tendo em vista que muitos deles não recebem uma atenção maior por parte dos representantes políticos do município, fato este que dificulta o andamento e, conseqüentemente, a expansão de todos os serviços oferecidos por tais instituições.

Em meio às fragilidades, foi possível detectar que os equipamentos culturais disponibilizam muito pouco ou praticamente nada em relação aos serviços / produtos, alguns representantes culturais desconhecem quais seriam tais serviços / produtos, enquanto outros não dão muita importância aos mesmos.

Em se tratando da cultura afro-brasileira, a cidade de União dos Palmares possibilita meios, ainda que restritamente, no sentido de conservar e perpetuar essa importantíssima cultura. Percebe-se que a população carece de maior abertura por parte dos órgãos públicos, para que possa desenvolver suas habilidades e gostos que envolvem o contexto histórico da cidade.

Vale ressaltar que os equipamentos culturais não possuem uma política interna que os conduza a uma sistematização na organização das informações disponibilizadas aos usuários, todos os trabalhos estão sendo feitos de forma aleatória, sem detectar as possíveis falhas na transmissão da informação.

Para que a Biblioteca Dr. Jorge de Lima e os demais equipamentos culturais possam desenvolver um trabalho voltado à comunidade palmarina, se faz necessário que seus representantes políticos, bem como os representantes dos equipamentos culturais se disponibilizem a trabalhar não só para a população, mas principalmente com a população, permitindo

que a mesma se posicione com o intuito de melhorar coletivamente.

Diante disso, percebe-se que o(a) profissional poderia engrandecer ainda mais o funcionamento de tais Centros Informacionais, tornando-os acessíveis a um público diversificado.

Convém ressaltar que o(a) Bibliotecário(a) processa e dissemina a informação, sua habilidade envolve técnicas e estratégias de organização, classificação, catalogação e indexação de documentos, bem como definir meios necessários para o processo de seleção e aquisição do acervo, recuperação, conservação e utilização do mesmo, como também o atendimento às necessidades em informação dos usuários.

Assim sendo, a inexistência desse(a) profissional atuando numa Unidade de Informação retrata a impossibilidade de disseminar a informação segura, eficiente e veloz. Partindo dessa afirmativa, percebe-se que o(a) Bibliotecário(a) é um mediador(a) entre a instituição, a informação e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR. Oswaldo Francisco de. *Biblioteca pública: avaliação de serviços*. Londrina: Eduel, 2003. 288 p.

ALMEIDA JÚNIOR. Oswaldo Francisco de. *Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas*. Londrina: EDUEL, 1997 a. 172 p.

ARAÚJO, Walkíria Toledo de. A biblioteca pública e o compromisso social do bibliotecário. *Revista da Escola da Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.14, n.1, p.106-122, mar.1985. Disponível em: < <http://www.eci.ufmg.br/reboline/>>. Acesso em: 16 abr. 2010.

BARBOSA, Jair. *A história de Alagoas: dos caetés aos marajás*. Maceió: Sergasa, 1999. 75p.

BARROS, Maria Helena T. C. *Disseminação da informação: entre a teoria e a prática*. Marília: s.n., 2003. 108p.

BARROS, Maria Helena T. C. Informação e cidadania – uma questão das Bibliotecas Públicas. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000774/01/T123.pdf>>. Acesso em: 27 jul.2010.

BRAMBILA, Ednéa Zandonadi. *Biblioteca Pública e o resgate informacional da cultura territorializada: o caso da Biblioteca Estadual Levy Cúrcio da Rocha*. 2005. 178f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/2/TDE-2007-08-02T060700Z-1350/Publico/Ednea%20Zandonadi%20Brambila.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2010.

COELHO NETO, José Teixeira. *O que é ação cultural?* São Paulo: Brasiliense, 1989. 94p. (Coleção Primeiros Passos 216).

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997. 384p. Disponível em: <http://www.4shared.com/file/184992075/5b09128f/Teixeira_Coelho_-_Dicionario_C.html>. Acesso em 13 de abr. 2011.

CORREIA, Zita. A Biblioteca pública como espaço de cidadania. In: Conferência Internacional Comemorativa do Bicentário da Biblioteca Pública de Évora. 2005. *Anais...* Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e comunicação: Lisboa. 2005. 15 p. Disponível em: <http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/27_out05/conferencia.htm> Acesso em: 25 set. 20.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 23 ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1984. 573p.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 104p.

HOHLENWERGE, Marcel. Dia da consciência negra. Bahia: *Jornal Informe*. 20 nov. 2010. 4 p. Disponível em: <<http://www.informeipiau.com.br/2010/11/20/dia-da-consciencia-negra/>>. Acesso em: 24 dez. 2010.

LEMOS, Antônio A. B. Bibliotecas. In: CAMPELLO, B.; CALDEIRA, P. T. (Org.) *Introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. [Coleção Ciência da Informação] p. 101-119.

LUBISCO, Nidia M. L.; ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; SANTOS, Levi A. N. Fundo bibliográfico: uma proposta com três sujeitos. In: CIFORM. ENCONTRO NACIONAL DE CIENCIA DA INFORMACAO, 6, 14-17, jun., 2005, Salvador. *Anais do VI CIFORM*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2005. Disponível em: <http://www.ciform.ufba.br/vi_anais/docs/NidiaLubiscoFlaviaRosaLeviSantos.pdf>. Acesso em: 12 de jun.2010.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. A realidade da biblioteca pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.12, n.2, p. 205-212, set.1983. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/reboline/>>. Acesso em: 26 mai. 2009.

STEFANOV, Vera. Biblioteca tem que ter bibliotecário. *PublishNews*. São Paulo, 24 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.publishnews.com.br/telas/noticias/detalhes.aspx?id=56347>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

SUAIDEN, Emir. *Biblioteca pública e informação à comunidade*. São Paulo: GLOBAL, 1995.112 p.

TSUPAL, Rodolfo. Leitura e atividades culturais na biblioteca pública: aspectos teóricos. *R Bibliotecon. Brasília*, 15(2): 149-165 jul/dez. 1987. Disponível em: <<http://164.41.122.25/portálnesp/ojs-2.1.1/index.php/RBB/article/view/435/414>>. Acesso em: 25 jul. 2010.

CAPÍTULO 6

O TRIÂNGULO DA MEMÓRIA, DA AÇÃO CULTURAL E DA INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Almiraci Dantas dos Santos

Maria de Lourdes Lima

Em m.e.m.ó.r.i.a de Vicentina Dalva Lyra de Castro, responsável pela concepção e materialização da ONG Olha o Chico, na cidade de Piaçabuçu, AL.

1 INTRODUÇÃO

A escolha do título do capítulo, *O Triângulo da Memória, da Ação Cultural e da Informação na C.I.*, atende ao imperativo constituído por uma base formada pela relação entre Memória e Ação Cultural cujo vértice é dado pela Informação, de modo que esses três principais vetores configuram um recorte espacial em que está contida a Ciência da Informação, enquanto área de conhecimento e, assim, lugar de fala.

Nesse sentido, o patrimônio imaterial serve de fonte de informação primária e tem incidência direta na formação de uma coletividade, uma vez que esse patrimônio é a base da construção sociocultural e um indicativo para que gerações futuras tenham a sua identidade cultural preservada e reconhecida no contexto de sua contemporaneidade.

Logo, a cidade de Piaçabuçu, localizada no extremo sul de Alagoas, foi escolhida para a realização desta pesquisa, em razão da presença de mestres de guerreiro, de pastoril, de reisado, de artesãos, de rezadores, de contadores de histórias e pifeiros. Esse contingente compõe o patrimônio imaterial da cidade e passa a ser repositório de um saber secular repassado a sucessivas gerações, responsáveis por transportar consigo a memória histórico-social e cultural da cidade.

Na edição de 1973, a obra *Folguedos Natalinos* de Théo Brandão, reeditada em 2003 (p.172), traz uma relação dos folguedos populares por município. Ali, Penedo aparece com um total de 08 (oito) folguedos, a saber: *Chegança, Reisado, Baiana, Pastoril, Quilombo, Fandango, Maracatu e Presépio*. A distância entre as duas cidades ribeirinhas do Baixo São Francisco alagoano, Penedo e Piaçabuçu, pela AL-101 Sul, é de 26 km, enquanto seu tempo médio de deslocamento é de 25 minutos, porém a distância fluvial entre as duas cidades é de, aproximadamente, 60 minutos. Isso em razão dos sucessivos desmontes impostos ao Velho Chico pelo modelo de desenvolvimento econômico implantado ao longo das suas margens. Esse rio, no passado, recebeu o nome de “*rio da Unidade Nacional*”, no entanto, hoje, sofre um tipo de sucateamento que deriva não só da implantação de usinas hidrelétricas instaladas em determinados cursos do rio, como da aceleração do processo de desmatamento de suas matas ciliares (NASCIMENTO, 2001), agravando a erosão e o assoreamento nas suas margens, o que compromete a intensidade e a dinâmica do fluxo das suas águas.

Em razão do exposto, o tempo áureo da *piracema*⁸ e das cheias periódicas ficaram para trás, perderam-se na esteira do tempo, as quais devolviam ao rio a sua força natural e o seu dinamismo econômico. O pioneirismo na região foi atribuído ao cearense Delmiro Gouveia quando se deslocou para a região, na passagem do século XIX para o século XX, instalando, na localidade de Pedra, hoje Delmiro Gouveia, um centro dinâmico de geração de energia elétrica associado, mais tarde, a um polo da indústria têxtil, na produção de linhas e de tecidos, em 1914. Já Piaçabuçu foi uma das últimas cidades alagoanas a instalar, em 1926, a Fábrica Marituba, conforme artigo Edberto Ticianeli (2020). Então, a pujança do Baixo São Francisco Alagoano pode ser atribuída a um conjunto de fatores e de variáveis o qual tornou próspera aquela área do semiárido alagoano. É possível que a presença dos 08 (oito) folguedos, no Município de Penedo, sinalizados por Théo Brandão, represente esse polo dinâmico de produção econômica e cultural, com repercussão nos municípios vizinhos.

Hoje, observa-se que muitos desses mestres da cultura popular não têm o devido reconhecimento da sua importância para a memória da cidade, como patrimônio vivo. A isso, soma-se a ausência de políticas públicas culturais responsáveis pela implantação de projetos de conscientização junto à população local. Também há o fato de que esses mestres disponibilizam o conhecimento sem que isso implique uma forma de registro. Este necessariamente, impede que esse conhecimento se dilua no

⁸ Piracema é o período de reprodução dos peixes. Durante esse período, eles se deslocam até as nascentes dos rios ou até regiões rasas dos rios com ervas para desovar.

tempo, considerando a fugacidade e a brevidade das práticas cotidianas às quais estão sujeitos esses produtores culturais.

Dessa forma, o nosso problema consiste em indagar em que medida o patrimônio imaterial em combinação com a informação se tornam instrumentos de uma ação cultural no universo social da cidade ribeirinha de Piaçabuçu, Alagoas. Isso posto, o problema nos leva, primeiramente, a a) identificar as manifestações da cultura imaterial entre as atividades da *ONG Olha o Chico*, representativas do patrimônio imaterial de Piaçabuçu, AL, e a b) descrever a relação entre informação e patrimônio imaterial na esfera da Ciência da Informação. Desse modo, de posse dos objetivos específicos propostos, o nosso objetivo geral é estudar o patrimônio imaterial como dispositivo, no sentido de prescrever e de tornar a informação e a ação cultural instrumentos de uma leitura das ações culturais da ONG Olha o Chico⁹.

O estudo feito a partir das ações da Associação OLHA O CHICO teve, por eixo, a concepção da construção social e o fortalecimento da cultura local através das ações culturais realizadas, que combinam arte e cultura, meio ambiente e defesa do rio São Francisco, com vista ao saber transmitido pela oralidade como base para a construção do conhecimento científico, necessário ao registro contínuo desse saber para que ele não se dilua no *continuum* das relações tempo e espaço.

⁹ A Associação Amigos de Piaçabuçu, nome fantasia, Olha o Chico foi reconhecida na época, pelo então Ministério da Cultura como Ponto de Cultura. O Ponto de Cultura Olha o Chico está localizado à Avenida Ulisses Guedes, 242 – A, na cidade de Piaçabuçu, Alagoas.

2 O REGISTRO DA INFORMAÇÃO COMO VETOR DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

A Biblioteconomia, por ser uma subárea do conhecimento, organiza a informação a partir de diferentes áreas do conhecimento, cujo código se define com base na forma escrita, o que a torna elitizada, uma vez que a periferia, na maior parte das vezes analfabeta, não tem acesso aos códigos da leitura. Apesar disso, cabe à Biblioteconomia se aperceber de uma importante fonte de informação, ou seja, o patrimônio imaterial representado pelo saber popular, com as suas múltiplas representações, a visual e a sonora, muitas vezes responsável por explicar nosso presente e nosso passado, mas quase sempre negligenciado como fonte de informação.

Então, a Biblioteconomia tem-se apresentado como portadora de um conhecimento de base tecnicista e classificatória para a organização da informação, que, por sua vez, deve estar inscrita em algum suporte, analógico ou digital, impresso ou manuscrito, sonoro ou visual. Nosso olhar se volta, particularmente, para a Preservação, porque dela derivam as políticas públicas de cultura e as ações de conservação preventiva no que tange ao patrimônio material. (POLINARI, 2008).

Sabe-se que o patrimônio imaterial é imprescindível como fonte de informação, porém, nos limites desse estudo e dessa forma de clivagem, em relação aos estudos acadêmicos, no plano das monografias de conclusão de curso, pouco se trabalha a partir de determinados recortes temporais e institucionais. No caso específico do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas, entre 1998 e 2012, há o registro de, aproximadamente, 58 (cinquenta e oito) trabalhos de conclusão

de curso no banco de dados da referida unidade. Desse total, o curso ainda não apresentou trabalhos relacionados, diretamente, com a temática sobre o patrimônio imaterial, mas já obteve 5 (cinco) trabalhos de conclusão de curso sobre ação cultural.

Mesmo assim, dos 05 (cinco) títulos dos TCCs relacionados, 02 (dois) se referem, de modo direto, à ação cultural, e 03 (três) sinalizam a presença de uma discussão no plano da cultura imaterial, sem, contudo, explicitá-la. Isso nos leva a inferir sobre a escassez da referida temática no plano de escolhas diretas desses discentes, até então. Utilizamos um recorte temporal que abrange de 2002 a 2011.

Isso posto, Araripe (2004) e Braga (1995) nos possibilitam utilizar, como referencial teórico, a indissociação entre *memória*, *ação cultural* e *informação* como a ossatura mestra de processos responsáveis por prover a área da Ciência da Informação, i. e., a C.I., de insumos necessários à reflexão e à (re)produção do conhecimento.

Desse modo, entendemos a Memória como um motor permanente de ressignificações no plano da Ação Cultural posta em execução por meio de um insumo que é dado pela Informação. Em síntese, esses três vetores respondem pela triangulação no plano da construção do Conhecimento, no âmbito da C.I.

Ao considerar a memória cultural como substrato – nas suas três vertentes *verbal*, *visual* e *sonora*, correspondente aos três interstícios da Linguagem, apontados por Santaella (2005) como constitutivos dos três paradigmas –, podemos inferir que tanto a Informação quanto o Registro são representações desse

mesmo aporte teórico de que dependemos para a recriação do vivido, como prática e sentido.

Assim, a informação é a base para o cidadão se manter integrado à sociedade e para exigir dos representantes públicos, eleitos, o seu direito à saúde, à moradia, ao trabalho, à educação e à cultura: em suma, o seu direito pleno à cidadania. A informação deriva de várias fontes, uma delas é a cultura imaterial conjugada à cultura material, ambas concebidas como bem humano, por isso devem ser reconhecidas pelas políticas públicas culturais como patrimônio inalienável. Dessas fontes, extrai-se a real significação da história social, política e cultural de uma sociedade concomitante a um Estado Democrático de Direito.

2.1 A ação cultural e a ação griô no Ponto de Cultura Olha o Chico

A ação griô¹⁰, na cidade de Piaçabuçu, foi desenvolvida pela Associação Amigos de Piaçabuçu, com nome fantasia de “Olha o Chico”, e é reconhecida, nacionalmente, como Ponto de Cultura Caminho do rio São Francisco. Essa ação griô está inserida na “regional Ventre do Sol”, que abarca as ações desenvolvidas pelos pontos de cultura dos seguintes estados, a seguir: Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte.

¹⁰ A **Ação Griô Nacional** é um projeto criado em 2006 como proposta pelo Ponto de Cultura **Grãos de Luz e Griô**, da Bahia, ao programa Cultura Viva da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura. A **Ação Griô** é uma rede que envolveu **130 projetos pedagógicos de diálogo entre a tradição oral e a educação formal**, mais de **750 griôs e mestres** bolsistas de tradição oral do Brasil, **600 escolas**, universidades, além de outras entidades de educação e cultura e 100 mil estudantes de escolas públicas. Disponível em: <http://graosdeluzegrio.org.br/acao-grio-nacional/>

A pedagogia griô, pela Ação Griô, em Piaçabuçu, teve início a partir da publicação do 2º edital no Diário Oficial da União da Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura (SPPC/MinC), em 2007. O Ponto de Cultura Caminho do rio São Francisco teve, como responsável pela Ação Griô, a griô aprendiz, Maria Linete Matias, e contou com a participação dos educadores e dos coordenadores da Rede Núcleo de Discussão e Ação Permanente de Piaçabuçu (NUDAP), formada por 14 (quatorze) escolas municipais, 1 (uma) particular e 1 (uma) estadual.

Os mestres e griôs envolvidos na Ação Cultural, identificados pela sua condição civil, atividade e o reconhecimento da comunidade, são identificados a seguir: José Gomes dos Santos (o Rezador, seu Zuzinha), Maria de Lourdes Menezes dos Santos (Artesã, dona Lourdes), Manoel dos Santos (Músico, Agricultor e Pescador, conhecido como seu Pagode), Cícero Lino dos Santos (Pifeiro, seu Cícero), João Francisco dos Santos (Mestre de Guerreiro, o Ferrete), Grinaura Rodrigues Santos (Mestra de Reisado, a dona Grinaura). Finalmente, José Correia (Contador de Histórias e/ou estórias, visto como Zé Correia).

O projeto para desenvolvimento da Ação Griô em Piaçabuçu teve estas atividades: oficinas de arte, de meio ambiente e de cultura popular, objetivando a pesquisa, o registro, a catalogação e a divulgação das manifestações populares do Baixo São Francisco. Os participantes dessas atividades foram o Grupo Caçuazinho, formado por crianças e por adolescentes de escolas públicas e particulares do Município de Piaçabuçu e o Grupo Caçuá, formado por estudantes e por educadores da cidade de Piaçabuçu.

As oficinas eram ministradas pelo próprio mestre e/ou griô semanalmente: as oficinas de pífano pelo griô Cícero Lino e as oficinas de bonecas de pano pela griô dona Lourdes, nas quais, além de bonecas de pano, eram confeccionados também livros de pano e bolsas. As oficinas atendiam ao público de crianças e de adolescentes das escolas públicas do município; ver abaixo fotos 1, 2 e 3.

Foto 01 - Oficina de Bonecas de pano



Fonte: Arquivo Fotográfico: Espaço Memória Viva¹¹ (2010)

¹¹ Espaço Memória Viva, contempla biblioteca, arquivo e espaço de mídia da ONG Olha o Chico.

Foto 02 – Boneca de pano



Foto 03 – Griô bonequeira: Mãe de Lourdes Menezes



Fotos: Arquivo Fotográfico: Espaço Memória Viva (2010)

O mestre José Gomes dos Santos, seu Zuzinha, e o griô Manoel dos Santos, seu Pagode, como são conhecidos na comunidade, ficavam responsáveis pelo projeto Sistema Agroflorestral da Ilha do Gondim (SAIGON). Nesse projeto, cultivavam e construía mandalas de plantas medicinais – plantas semeadas em círculo. Esse projeto servia como aula de campo para os alunos da rede escolar do município. Já com o griô José Correia, foi produzido um livro com o registro de sua história de vida, uma vez que ele era contador de histórias e de adivinhações.

Ainda por meio do programa da Ação Griô, através do griô João Francisco dos Santos, “Ferrete”, foi fortalecido o Guerreiro de crianças que lidera no bairro Paciência de Piaçabuçu; com a mestra de Reisado, dona Grinaura, juntamente com o griô seu

Pagode, conseguiu-se a reativação e o fortalecimento do reisado “Raio de Luz” no povoado Retiro, zona rural de Piaçabuçu.

As outras atividades se concretizavam com vivências através das visitas dos mestres e do griô nas escolas, para a realização da troca de saberes entre os próprios mestres-griôs, griôs-aprendizes, alunos e educadores das referidas escolas. A periodicidade das visitas era mensal, sendo que, a cada mês, um mestre era responsável pela visita.

O griô aprendiz é definido pelo perfil de uma pessoa que consegue entender, com facilidade, as linguagens da cultura popular e da cultura erudita e/ou acadêmica, para que, assim, possa sistematizar a sabedoria popular de modo a repassá-las de forma didática. A exemplo da ONG que tem, como griô-aprendiz, Maria Linete Matias de Piaçabuçu/AL, como contadora de história, tocadora de pífano, brincante de guerreiro, percussionista, intérprete de músicas da cultura popular e formada em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

2.2 Mestres e griôs como patrimônio imaterial de Piaçabuçu

Após descrever o Projeto Nacional Ação Griô e suas contribuições para a disseminação do saber popular, através das ações culturais desenvolvidas no Ponto de Cultura Olha o Chico, por meio dos mestres da cultura popular da cidade de Piaçabuçu, os quais compõem o quadro de mestres, identificados como patrimônio vivo pela ONG Olha o Chico, segue, abaixo, o quadro detalhando de cada mestre e/ou griô e o que desempenha na Associação Amigos de Piaçabuçu Olha o Chico vistos desse modo.

Quadro 1 – mestres da cultura popular de Piaçabuçu

Perfil: Mestres e Griôs	Nome Completo	Nome conhecido na comunidade	Saber e/ou ofício transmitido pela tradição oral
Mestre	Grinaura Rodrigues Santos	dona Grinaura	Pescadora, agricultora, mestre de reisado.
Mestre	José Gomes dos Santos	seu Zuzinha	Rezador, agricultor, pescador e poeta popular
Griô	Maria de Lourdes Menezes	dona Lourdes	Artesã de bonecas de pano, brincante de baiana, reisado e guerreiro
Griô	Manoel dos Santos	seu Pagode	Agricultor, músico, compositor, oleiro, conhecedor também de plantas e de pássaros da região
Griô	Cícero Lino dos Santos	Cícero Lino	Agricultor, compositor, tocador de pífano e cantador de coco; detentor do conhecimento da masseira (processo festivo de tapagem de casa de barro (casa de taipa) e dança ritmada pelo coco)
Griô	João Ferreira dos Santos	Ferrete	Mestre de Guerreiro

Fonte: compilação da autora (2013).

Como resultado do projeto Ação Griô, em Piaçabuçu, no Ponto de Cultura Olha o Chico, observou-se que, de fato, houve

uma inserção da cultura popular nas atividades escolares, não como mera data comemorativa, mas como ação efetiva que, em alguns casos, passou a ser base para o plano de trabalho nas escolas. Como desdobramento das atividades realizadas pela Associação Olha o Chico, as ações educacionais propostas pela pedagogia utilizada, através de intervenções dos mestres e/ou do griô, continuaram dinamizando as trilhas do saber, onde os mestres e griôs se preparam para receber, em sua casa, visitantes em busca de conhecimento sobre os saberes e os fazeres da tradição oral.

O depoimento de Vicentina Dalva Lyra de Castro, diretora de Administração, Planejamento e Projetos da Associação Olha o Chico, cedido para a produção do livro Nação Griô, organizado por Pacheco e Caíres, (2008, p. 474), é o de que a pedagogia griô foi incorporada pelos educadores da Olha o Chico e, a partir disso, tem se propagado e vem influenciando todos os projetos trabalhados pelo Ponto de Cultura Olha o Chico. O projeto Ação Griô, sob a coordenação da ONG, compõe-se de quatro eixos, a saber: 1) Viveiro Educador de Plantas Medicinais; 2) Bonecas de Pano; 3) Banda de Pífano; 4) Guerreiro Aprendiz. Com o desenvolvimento das ações, surgiu a 5ª área, denominado de Reisado. Além dos saberes que integram esses eixos educacionais, outros saberes vêm sendo vivenciados e suas práticas disseminadas pelos mestres e pelos griôs já citados, como as canções de trabalho, a exemplo da casa de farinha, da olaria e das lendas do rio São Francisco, entre outras.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural imaterial identificado na cidade de Piaçabuçu, tomando, como base, as ações desenvolvidas pela

ONG Olha o Chico, através dos modos de fazer da bonequeira dona Lourdes, da forma de se expressar do mestre rezador seu Zuzinha, no uso de ervas medicinais para a cura, e da mestra de reisado dona Grinaura, este conjunto promove a (re)constituição da memória que as gerações anteriores deixaram como herança e neles sobrevivem, alimentando a cultura da comunidade através de uma memória coletiva, que rege não só a vida da geração presente, mas também a futura.

De tal modo, embasando-se em Viana (2008), o patrimônio imaterial pode ser representado pela dança e pela música cantada no reisado de dona Grinaura; pela maneira de fazer a boneca de pano de dona Lourdes, que, por sua vez, aprendeu vendo sua avó fazendo; pelas rezas que seu Zuzinha carrega consigo e crê, assim como as pessoas que o procuram para serem curadas porque também creem.

Apesar de todos os desafios, a tentativa de preservação desse repositório e desse acervo, constituídos pela memória cultural imaterial e material, pode ser realizada através dos registros escritos, visuais e sonoros, entre outros. A importância da Preservação e da Conservação Preventiva da cultura imaterial foi decretada, no ano de 2003, através da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, pela Conferência Geral da UNESCO, quando o patrimônio imaterial foi considerado fonte de diversidade e de fluxos culturais. Então, ele serve como garantia de desenvolvimento sustentável de um país.

Foi tarefa do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), em 4 de agosto de 2000, instituir o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), através do decreto nº 3.551, que cuida e dá providências para manter viva a memória cultural do país. Este parágrafo escrito, inicialmente em 2014,

abre um precedente para concluirmos nesta revisão de hoje que, entre 2004 e 2014 as políticas públicas de cultura no Brasil, através do Ministério da Cultura/MIC, tiveram a sua temporada mais dinâmica e promissora em comparação a períodos ante e pós-diluviano. Este testemunho, hoje, sob a forma de *memória* é a prova cabal da *constatação* e do *lamento*, à moda de Pixinguinha, em louvor à Vicentina Dalva, duplamente, estrela.

Já em relação à questão da informação, pode-se dizer que esta se transmuta nas formas oral, escrita, visual e sonora, igualmente, deve ser armazenada, de modo que os grandes detentores, mestres da cultura popular, ou os que não tiveram a oportunidade de conter a escrita devam usufruir dela, em qualquer tempo. Na forma escrita, os que têm o domínio dela são os que tiveram acesso à escola, ou seja, à educação formal, contudo há uma ordem de equivalência entre a importância dada à informação repassada pela oralidade e aquela transmitida por meio da escrita.

De qualquer forma, a informação é o vetor principal do estudo da Ciência da Informação e, conseqüentemente, da Biblioteconomia, pois é considerada um fenômeno em estudo. Por ser assim, a informação está, intrinsecamente, ligada ao patrimônio cultural, seja ele material, seja ele imaterial, apesar de serem poucos os estudiosos da Ciência da Informação, principalmente na sua subárea, a Biblioteconomia, a considerar a importância da cultura imaterial no âmbito do nosso estudo, pensamento que revela a prevalência da memória escrita sobre a informação repassada na sua forma de memória oral. Conforme constado nos TCCs produzidos pelo curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas, desde sua fundação, em 1998,

até 2012, não foi produzida nenhuma pesquisa que fez uso explícito da temática patrimônio cultural imaterial.

A considerar a escassez de trabalhos referentes ao patrimônio cultural imaterial, observou-se que, na ação cultural, a informação é tida como mecanismo de defesa e de desenvolvimento do sujeito. Diante da análise produzida a partir das ações culturais desenvolvidas pela ONG Olha o Chico e dos objetivos propostos citados na introdução, foi possível identificar, por meio dessa ONG, que a informação é constantemente trabalhada e repassada durante suas atividades culturais. Assim, foi possível classificar que a maioria das ações nela desenvolvidas se enquadra no conceito de ação cultural defendida por estudiosos da área, a exemplo de Teixeira Coelho (1986, 1988, 2008).

Desse modo, o grupo da ONG fornece as informações da pesquisa realizada através da qual identificam os mestres da cultura popular como patrimônio imaterial da cidade – detentores de uma memória social e cultural os quais são incentivados a preservar esse tipo de saber cultural, com vista às futuras gerações. Dessa forma, o objetivo de estudar o patrimônio imaterial, sob um recorte da Ciência da Informação, é a garantia de manter a interlocução com a História Cultural, a Sociologia, a Literatura e a Educação no âmbito das ações culturais desenvolvidas pela ONG OLHA O CHICO, assim como a necessidade de responder ao problema proposto no início deste capítulo.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. *Registro do Patrimônio Vivo*. Disponível em:

<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-vivo/>. Acesso em: 26 set. 2011.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados: on cultural heritage and its meanings.

Transinformação, v.16, n.2, p.111-122, maio/ago, Campinas, 2004.

BRAGA, Gilda Maria. Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. *Ciência da Informação*, v. 24, n. 1, 1995.

BRANDÃO, Théó. *Folgedos Natalinos*. 3 ed. Museu Théó Brandão: Universidade Federal de Alagoas, Maceió: Petrobras, 2003.

COELHO Neto, J. Teixeira. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção primeiros passos – 216)

COELHO Neto, J. Teixeira. *A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós 2001*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

COELHO Neto, J. Teixeira. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. (Brasil). *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12689&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>.

Acesso em: 08 jul. 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. (Brasil). *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural*

imaterial, 2003. Disponível em:
unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf.
Acesso em: 11 set. 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria.
Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Editora
Atlas S.A., 2006.

NASCIMENTO, Clóvis Eduardo de Souza. *A importância das
matas ciliares: rio São Francisco*. Petrolina, PE: Embrapa Semi-
Árido, 2001. Disponível em:
[https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPATSA/2863
9/1/SDC179.pdf](https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPATSA/28639/1/SDC179.pdf). Acesso em: 28 fev. 2021.

PACHECO, Lílian. *Pedagogia Griô: a reinvenção da roda da vida*.
2. ed. Lençóis/BA: Grãos de Luz e Griô, 2006.

PACHECO, Lílian; CAIRES, Márcio. (org.). *Nação Griô: o parto
mítico da identidade do povo brasileiro*. Salvador: GRASB, 2008.

POLINARI, Marcello. Patrimônio Cultural Imaterial (ensaio). *In:*
ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA,
11., 2008, Curitiba. *Anais...* Curitiba: ANPUH, 2008.

SANTAELLA, Lucia. Os três paradigmas da imagem. *In:* SAMAIN,
Etienne (Org.). *O fotográfico*. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec:
Editora Senac, 2005.

TICIANELI, Edberto. Companhia de fiação e tecidos norte-
Alagoas e a fábrica de saúde. Disponível em:
[https://www.historiadealagoas.com.br/companhia-de-fiacao-e-
tecidos-norte-alagoas-e-a-fabrica-de-
saude.html#:~:text=A%20F%C3%A1brica%20Norte%20Alagoas%
20entrou,de%201926%2C%](https://www.historiadealagoas.com.br/companhia-de-fiacao-e-tecidos-norte-alagoas-e-a-fabrica-de-saude.html#:~:text=A%20F%C3%A1brica%20Norte%20Alagoas%20entrou,de%201926%2C%) Acesso em: 28 fev. 2021.

VIANA, Letícia C. R.; TEXEIRA, Gabriel L. C. Patrimônio imaterial,
performance e identidade. *Cincinnitas*, ano 9, v. 1, n. 12, jul,
2008.

CAPÍTULO 7

RAIZES ENTRELAÇADAS NO TEMPO: A MAGNÓLIA E O MUSEU JOAQUIM FELIZARDO

Katia Cilene de Almeida

Ana Celina Figueira da Silva

1 INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão de curso, sobre o qual trata este texto (ALMEIDA, 2018), teve o intuito de potencializar o patrimônio ambiental nos museus que tem vegetação externa. Para divulgar a preservação do meio ambiente através de atividades culturais-educativas, partimos da percepção da natureza como um sistema complexo no qual todos nós somos interdependentes. É urgente perceber que, se o planeta for degradado a ponto de não fornecer mais as condições necessárias, nossa vida na Terra estará impossibilitada.

O objeto da pesquisa desenvolvida foi, especificamente, uma árvore centenária, uma Magnólia, localizada no pátio do Museu Joaquim Felizardo (MJF), situado no bairro Cidade Baixa em Porto Alegre/RS. O MJF está sediado num solar do século XIX, em uma chácara, possuindo até hoje, amplo pátio com muitas árvores e vegetação, entre as quais destaca-se a Magnólia por sua antiguidade.

Os trabalhos científicos que tomam o Museu como objeto de pesquisa, ressaltam o seu patrimônio edificado e arqueológico. Destacamos, nesse sentido, a pesquisa de Sergio Giacomelli (1992), que descreve a trajetória do Solar Lopo Gonçalves desde

a construção até ser transformado em Museu e o Caderno de Restauro I (1997) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que traz o registro das atividades de restauração do prédio. Também apontamos a pesquisa de Luis Claudio P. Symanski (1998), referência para a arqueologia e história do bairro Cidade Baixa no século XIX e de Zita Possamai (2001), que trata da formação e preservação do acervo do MJF. Assim, consideramos que a investigação proposta, pudesse contribuir na reflexão de como a instituição inclui sua árvore centenária e tombada, dentro da perspectiva de patrimônio ambiental, tema ainda não privilegiado nos estudos apresentados.

Nessa pesquisa, de abordagem qualitativa, buscamos levantar os dados morfológicos da árvore Magnólia, seu processo de tombamento junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente–SMAM, através dos decretos que instituíram o “Inventário das árvores imunes ao corte em Porto Alegre” (1976/1978) e em publicações sobre arborização urbana. Também foi analisado o registro de algumas atividades culturais realizadas no Museu, na intenção de identificar de que forma a Magnólia é incorporada nas ações de promoção do patrimônio desenvolvidas pelo MJF. A metodologia foi de caráter bibliográfico, com pesquisa nos acervos das seguintes bibliotecas: SMAM, Municipal Josué Guimarães e MJF.

2 AS RAÍZES

A árvore Magnólia do MJF ganha destaque pela sua antiguidade e também por ter conferido identidade ao prédio que sedia o Museu, chamado de “Solar da Magnólia”. Essa árvore está associada à história do MJF e ao próprio bairro onde está localizada. É essa trajetória que apresentamos, levantando seus

aspectos botânicos e sua história. Sua importância nos instigou à investigação de como o Museu a insere, ou não, em suas atividades culturais como possibilidade de trabalhar, de forma ampliada, o conceito de patrimônio, englobando o meio ambiente.

2.1 Porto Alegre, o Solar e a Magnólia – raízes que se cruzam

Conhecida popularmente por Magnólia branca ou Magnólia perene, essa árvore alta e longeva, tem flores perfumadas, aveludadas que chegam a medir 30 centímetros de diâmetro¹². Depois da floração desenvolvem um fruto, em forma de pinha, onde se alojam as sementes vermelhas.

A Magnólia do Museu, em decorrência de partes ocas na árvore, necroses, fungos e a presença de plantas parasitas, teve em 2019, uma rachadura central com perda significativa do tronco, o que ocasionou consternação na instituição. Apesar de não fazer parte oficialmente do acervo do Museu, a árvore tem, intrinsecamente, valor patrimonial, por sua importância histórica e afetiva para a cidade.

Em Porto Alegre, na então Rua da Margem, onde hoje é a Rua João Alfredo, bairro Cidade Baixa, se localizava a propriedade do sogro de Lopo Gonçalves Bastos, que entre 1845 e 1855, construiu um Solar para ser usado como local de veraneio. O inventário deixado pelo sogro, João Luis Teixeira, indica que o espaço era uma chácara, com muitas árvores. (SYMANSKI, 1998, p.96).

¹² O nome científico é *Magnólia grandifolia*, são árvores da família Magnoliaceae.

Bastos nasceu em Portugal, em São Miguel de Gêmeos de Bastos, por volta de 1800, onde até hoje existem muitas magnólias, o que nos leva a suspeitar que a Magnólia já fosse conhecida por Bastos. Como era abastado comerciante e trabalhava com navegação, talvez possa ter trazido, recebido ou encomendado a semente de magnólia do exterior¹³.

Nos anos 1970 a citação do nome da árvore, feita por um importante jornalista gaúcho, Alberto André, para designar o Solar de Lopo Gonçalves Bastos, nos leva a perceber, conforme Zubarán (2012, p. 94) que,

A representação do Solar como "Casa das Magnólias" é uma alusão à árvore centenária que adornava (e ainda adorna) o jardim do Solar e a qual o jornalista atribuía um valor afetivo, estabelecendo vínculos subjetivos de pertencimento que diferenciavam o Solar de outros prédios e que o legitimavam como patrimônio cultural. (ZUBARÁN, 2012, p. 94)

No trecho acima, Zubarán (2012) mostra o valor afetivo atribuído à casa e a essa árvore por Alberto André. Os vínculos subjetivos podem ser entendidos como memórias afetivas ou nostálgicas, e é alusivo ao sentimento da necessidade de preservação da edificação que o jornalista defendia.

O Solar passou por vários donos até que em 1974 a Prefeitura Municipal adquiriu o edifício, iniciando sua restauração em 1980. No ano anterior, em 1979, foi decretada a criação do Museu de Porto Alegre, que passaria a se instalar no prédio em

¹³ São nativas do sudoeste dos Estados Unidos, encontradas em florestas subtropicais, ruas e parques daquele país e cultivadas também na Ásia e na Índia.

1982, em um arranjo de pertencimento e representação da cidade, conforme esclarece Possamai (2001, p. 40):

O Museu de Porto Alegre receberia como doação uma das suas principais peças, o Solar Lopo Gonçalves. A construção com características da arquitetura luso-brasileira, devidamente restaurada e preservada para as futuras gerações, seria a partir de então inserida na história da cidade. Ou será que o Solar viria a abocanhar a cidade? Recebendo uma obra arquitetônica de tal monumentalidade, o recém-nascido Museu de Porto Alegre parecia muito frágil e pequeno para conter o Solar.

O museu de Porto Alegre, além do Solar, também ganhava uma árvore histórica, que teve seu tombamento realizado antes da implementação do Museu naquele espaço. Isso reforça, a musealidade da árvore, ou seja, “a sua *potencialidade* com base nos valores existentes e [que] pode adquirir novos valores quando é comunicado em um discurso museológico” (BRULON, 2017). Nesse sentido, a Magnólia também pode ser vista como uma “peça” do acervo do MJF, assim como Possamai (2001) considerou o prédio em relação ao Museu.

Partindo do que está estabelecido como a missão do MJF, que é “[...] promover a interação da sociedade com o patrimônio cultural da cidade, com ênfase na sua história e memória, por meio da preservação, pesquisa e comunicação dos bens culturais sob sua guarda” (PREFEITURA, s.a, doc. eletr) e considerando a importância que a Magnólia possui, como elemento identificador do prédio do Museu fazendo parte da memória afetiva dos habitantes da cidade, entendemos que suas características e história devem ser divulgadas pelo Museu ao qual está associada.

A Secretaria do Meio Ambiente (SMAM) do município, foi instaurada em 1976, mesmo ano do Decreto Municipal 5.482, que determinou o “Inventário das árvores tombadas e imunes ao corte” dentre as quais identificamos a Magnólia localizada no pátio do MJF. A partir desse panorama, nos é possível estabelecer algumas reflexões sobre a integração dessa árvore nas atividades do MJF, que possibilitem mais ações voltadas para o patrimônio ambiental.

2.2 Magnólia, patrimônio vivo

Todo espaço em que se desenvolve a vida, pode ser entendido como meio ambiente. Sua degradação surgiu, praticamente, junto com a existência, o desenvolvimento e as transformações humano-sociais ao longo do tempo.

Muitos encontros intergovernamentais, em nível internacional, vêm abordando a temática ambiental. A conferência de Tbilisi¹⁴, por exemplo, declarava que pela ação humana, a natureza estava em desequilíbrio crescente, expondo em risco as espécies vivas (Carta de Tbilisi, 1977, doc. eletr).

Diante desse risco, é necessário criar processos de conscientização a partir dos valores, das habilidades, da determinação e das experiências humanas, o que pode ser concretizado por vias da educação não formal, no que se enquadram os museus. Nesse sentido, enquanto profissionais de museus, podemos estimular os visitantes a terem uma melhor experiência museal, a partir de novas percepções sobre os elementos da natureza, que muitas vezes estão presentes nas

¹⁴ Conferência organizada em 1977 pela UNESCO e pelo Programa de Meio Ambiente da ONU que estabeleceu os objetivos, as definições e as estratégias para educação ambiental no mundo.

áreas externas dos museus e podem ser compreendidos como “acervos vivos”, que merecem tanto cuidados e pesquisa, quanto as peças abrigadas nas áreas internas da instituição.

Museus são lugares propícios para educação ambiental, pois conforme Rocha (2012, p. 11):

A importância dada pela sociedade às questões ambientais encontra nos museus a possibilidade de ter como base de construção do seu conhecimento as abordagens científicas, mas estas atravessadas por outros valores sociais. (ROCHA, 2012, p.11).

Assim, buscando compreender a possibilidade de experiências museais a partir do meio ambiente, Rocha completa que,

(...) nossas reflexões se direcionaram para os caminhos da musealidade do patrimônio “meio ambiente” na sociedade atual, nos direcionando para a constituição de um patrimônio que se define temporal e espacialmente na relação homem/meio ambiente e encontra como horizonte aberto uma nova categoria para pensar a musealização das “formas de vida”: o transitório. (ROCHA, 2012, p 8).

Nessa direção, árvore Magnólia do MJF, patrimônio da cidade de Porto Alegre, pode integrar as atividades culturais-educativas do Museu, possibilitando a problematização de temáticas prementes de nossa sociedade, como a arborização urbana, a fauna e a diversidade ambiental de nossa cidade.

2.3 Os frutos: a Magnólia nas atividades culturais do Museu

Uma das atribuições dos museus são as ações educativas-culturais, nas quais os parâmetros pedagógicos trabalhados

devem buscar contemplar todas as esferas da diversidade cultural e cognitiva, pois, efetivamente,

a educação significa a implementação dos meios necessários para a formação e o desenvolvimento de pessoas e de suas próprias capacidades. A educação museal pode ser definida como um conjunto de valores, de conceitos, de saberes e de práticas que têm como fim o desenvolvimento do visitante. (DESVALLÉS e MARRESSE, 2011 p 38).

As ações educativo-culturais têm a intenção de aumentar o repertório de conhecimento dos visitantes, proporcionando outras formas de visão de mundo, que faça sentido dentro da realidade de cada um e seja um fator de mudanças de atitude.

Acompanhando uma das mediações no Museu foi possível perceber como a Magnólia é trabalhada. Logo no início da atividade com um grupo, ainda com todos os visitantes na rua, embaixo da árvore, é apenas dito que ela é centenária. Percebe-se que não é feito nenhum comentário sobre aspectos botânicos, fitossanitários ou históricos, nem do inventário de tombamento. Perde-se a oportunidade de trabalhar educação patrimonial e ambiental no sentido de que uma árvore é também um bem de todos, fundamental para a qualidade de vida na perspectiva da sustentabilidade e da ecologia.

Conforme diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental, o ProNEA - uma parceria do Ministério da Educação com o Ministério do Meio Ambiente -, estimular um pensamento ecológico-crítico nos visitantes da instituição, requer uma atenção especial para a complexidade e realidades contemporâneas. Assim,

Mais até que uma abordagem sistêmica, a educação ambiental exige a perspectiva da complexidade, que implica em que no mundo interagem diferentes níveis da realidade (objetiva, física, abstrata, cultural, afetiva...) e se constroem diferentes olhares decorrentes das diferentes culturas e trajetórias individuais e coletivas. (ProNEA, 2014, p. 24).

A questão ambiental poderia estar na pauta das atividades socioculturais promovidas na instituição, pois,

a sociedade do presente tem a responsabilidade de refletir sobre a dimensão do patrimônio ambiental que se encontra à nossa disposição, menos em função de nós mesmos e do sentimento de perda, que em função das gerações futuras e do sentimento de continuidade do que ainda resta a ser conservado. (ROCHA, 2012, p. 22).

Num recorte temporal de 1983 até 2012, foram analisadas oito ações educativo-culturais desenvolvidas no Museu. A seleção dessas atividades foi feita a partir da oportunidade de inserção da árvore Magnólia como mote para educação ambiental. São palestras, exposições, rodas de chimarrão e diálogos que a instituição promoveu e registrou nesse intervalo de tempo.

Analisando essas atividades, constatamos que interlocuções com os visitantes, sob o ponto de vista que reforça a noção de identidade e pertencimento da árvore ao contexto museológico, não foi prioridade nessas ações educativas-culturais. Talvez pela tipologia do Museu (histórico), ou por, naquele período, ainda não ter avançado a discussão sobre a preservação ambiental dentro da instituição.

Outra análise desenvolvida no trabalho, tomou como fonte um “Projeto Museográfico”, de 1996, elaborado pela

pesquisadora Maria Tereza Brunelli. Ele apresenta uma revisão do tratamento dado à identificação das plantas do pátio do MJF, concluindo que a sinalização da vegetação, remanescente da época do restauro do Solar, estava confusa e incompleta. Na data da conclusão do TCC, final de 2018, já não havia mais nenhum tipo de identificação das plantas, tampouco quaisquer outras informações que pudessem amplificar a experiência dos visitantes.

O regimento interno do MJF, atualizado em 2011, traz a informação de que o Museu tem potencial para o trabalho de profissionais graduados em história e áreas relacionadas às ciências ambientais, que agregados à equipe institucional, poderiam contribuir no preenchimento da lacuna referente à educação ambiental no MJF.

Outro projeto analisado foi o “Turismo fazendo escola”, edição do ano de 2017, da Prefeitura de Porto Alegre. Nele, as crianças do quarto ano da rede escolar municipal, fazem um passeio a bordo de um ônibus de turismo. O roteiro tem como ponto final, o Museu, onde os alunos realizam uma visita. Posteriormente, as escolas foram convidadas a enviarem para os agentes do projeto, um registro da experiência em forma de desenho, feitos pelos alunos. O Museu aparece em 12 trabalhos recebidos e dentre esses, 6 retratavam a Magnólia. Pelo interesse das crianças, nota-se um imenso potencial a ser desenvolvido. A Magnólia representa valores culturais da memória histórica da cidade e tem um grande potencial sensibilizador.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permitiu o levantamento de dados históricos e botânicos sobre a árvore Magnólia do MJF, que demonstraram seu valor enquanto patrimônio e seu potencial para alavancar ações socioeducativo-culturais no Museu que incluem a educação ambiental.

A presença da Magnólia junto ao Solar, mesmo antes da criação do Museu de Porto Alegre, e a consideração de Possamai (2001) do prédio centenário enquanto acervo do MJF, levou à proposição do entendimento da Magnólia, mesmo que simbolicamente, como acervo do MJF. Logicamente, ela não se enquadra na categoria de “objeto de museu”, porém, pertence ao MJF, faz parte do entorno, tem sua identidade associada a essa instituição museológica e pode ser compreendida como motivação de atividades educativas-culturais do MJF.

A informação levantada na pesquisa do tombamento da Magnólia registrado no Inventário das árvores, demonstra seu valor histórico, cultural e ambiental, permitindo entendê-la enquanto patrimônio vivo e mote para a elaboração de atividades que reflitam sobre a responsabilização ambiental. Nesse propósito, a Magnólia é culturalmente reconhecida como integrante da história do próprio Solar, podendo ser abordadas, através dela, temáticas como a ecologia e educação ambiental de maneira dinâmica, plural e transformadora.

A educação ambiental em museus tem o poder de formar protagonistas que assegurem as condições de vida no planeta, para as gerações futuras. E a pesquisa realizada e aqui descrita, sem pretender esgotar o tema, intenciona ser uma semente para

novos olhares sobre o patrimônio ambiental como objeto de pesquisa na Museologia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Katia Cilene de. *Raízes entrelaçadas no tempo: a Magnólia e o Museu de Porto Alegre* Joaquim Felizardo. 2018, 50p. Trabalho de Conclusão de Curso (Museologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189797>. Acesso em: 05 mar. 2021.

BRUNELLI, Maria Teresa. *Projeto Museográfico - Espaço de entrada*. Museu Joaquim Felizardo. Porto Alegre, 1995.

BRULON, Bruno. Provocando a Museologia: o pensamento geminal de Zbynek Z. Stránský e a Escola de Brno. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142017000100403#fn53. Acesso em: 2 jul. 2018.

Carta da Conferência Intergovernamental de Tblisi 1977. Disponível em: <http://igeologico.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Tbilisicompleto.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia*, editores; Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

GIACOMELLI, Sérgio. *Solar Lopo Gonçalves de propriedade rural a museu de Porto Alegre*. Porto Alegre. Cadernos de Museu 2 Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

PORTO ALEGRE, *Decreto 5482 de 8 de abril de 1976*. Declara imunes ao corte as árvores que indica e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/1976/549/5482/decreto-n-5482-1976-declara-imunes-ao-corte-nos-termos-do-artigo-7-da-lei-federal-4771-de-15-de-setembro-de-1965-codigo-florestal-as-arvores-que-indica-e-da-outras-providencias-2019-01-21-versao-compilada>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PORTO ALEGRE, Secretaria Municipal da Educação e Cultura. EPACH. Solar Lopo Gonçalves Porto Alegre, Prefeitura Municipal 1987. *Caderno de Restauro I*

POSSAMAI, Zita. *Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

PRONEA. *Programa Nacional de Educação Ambiental*. 2014 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>. Acesso em 25 mar. 2021.

SYMANSKI, Luis Claudio P. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no Século XIX*. Porto Alegre EDIPUCRGS, 1998

ROCHA, Luisa Maria Gomes de Mattos. *Musealizar o transitório: O adensamento das relações entre tempos e espaços – Rio de Janeiro*, 2012. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/3189?show=full>. Acesso em 25 mar. 2021.

ZUBARAN, Maria Angélica. O processo de patrimonialização do Solar Lopo Gonçalves: o solar que virou Museu. In: *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio/MAST - vol. 5 n 2 – 2012*. p. 87-102. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/issue/view/14/showToc>. Acesso em: 05 mar. 2021.

CAPÍTULO 8

QUADRINHOS E FORMAÇÃO DO LEITOR ETERNO

Pamela Munhoz da Cunha Cassiano

Priscila dos Santos Louro

Carla Regina Mota Alonso Diéguez

1 INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos, as histórias em quadrinhos (HQs) vêm atuando de forma presente, embora timidamente, no meio acadêmico e na educação, rompendo estereótipos e preconceitos.

A princípio eram uma forma de entretenimento, porém com o passar do tempo, foram tornando-se instrumento de ensino e aprendizagem, elevando seu potencial para a formação de leitores, sendo reconhecido e utilizado em diversas áreas do conhecimento por suas características múltiplas, evidenciando que esse tipo de leitura não está vinculado a uma determinada faixa etária ou gênero, permitindo abordagens diversas.

No presente trabalho, atentamo-nos aos quadrinhos como porta de entrada para o universo da leitura e seus impactos na formação de um leitor.

Consideramos que os quadrinhos não só estimulam, como desenvolvem o gosto pela leitura, o qual possibilita um leque de oportunidade para crescimento e aperfeiçoamento do leitor tanto iniciante como o leitor mais antigo.

Com este intuito, o trabalho tem por objetivo discutir a influência da leitura em quadrinhos na formação de leitores e como este hábito se conecta à prática de outras formas de leitura, assim evidenciando um possível leitor contínuo e assíduo.

2 FORMAÇÃO DO LEITOR DE HQ

Ler é o resultado de identificação e de memorização dos signos linguísticos e se antecede a qualquer tentativa de análise de conteúdo (JOUVE, 2002, p. 17-18), já o ato de ler é o primeiro caminho para o aprendizado, para leitura e compreensão do mundo, um processo natural que se desenvolve pela vivência, leitura dos sons e imagens (MARTINS, 2006, p. 11-12).

Deste modo, iniciamos nossa trajetória na formação deste leitor e colocamos em destaque nosso protagonista principal de estudo “os quadrinhos” ou “HQ” como um meio na formação de leitores.

Vemos que com o passar dos anos, os quadrinhos tornaram-se um meio de comunicação de massa adquirido por diversos tipos de leitores e faixas etárias. O leitor é estimulado a interpretar as imagens, os tipos de balões, a forma com que as palavras se interpõem junto à imagem entre outros elementos gráficos visuais e textuais, exigindo uma compreensão muito mais complexa para decodificar imagens e palavras. Esses processos psicológicos envolvidos na compreensão da palavra e imagem são análogos, pois os quadrinhos apresentam uma sobreposição de palavra e imagem, o que faz com que o leitor exerça suas habilidades interpretativas visuais e verbais. Além disso, a função fundamental da arte dos quadrinhos (tira ou revista) é comunicar ideias e/ou histórias por meio de palavras, figuras e movimento

de certas imagens no espaço, uma vez que para lidar com a captura desses eventos no fluxo da narrativa, devem ser decompostos segmentos sequenciados (EISNER, 2001, p. 38). Isso torna a história em quadrinhos recomendada não somente para o letramento ou alfabetização de crianças, mas também para despertar o interesse por outras literaturas e intelecto dos adolescentes e adultos, embora este tipo de leitura não seja usado somente para esse fim.

Afinal, o ser humano é um ser social que sente necessidade de buscar por conhecimento e interagir com o mundo, e a leitura é um meio de entretenimento prazeroso que nutre e estimula a imaginação, incentivando o leitor na busca por novos horizontes. Além de despertar sensações e ajudar no senso crítico, devido a sua linguagem escrita e visual.

Bari (2008, p. 225-226) observa que o vínculo com a leitura tem origem na família, na formação de hábitos, na obtenção do prazer, no meio social e que, na leitura, o elemento emocional é imprescindível.

Em sociedade, a leitura das histórias em quadrinhos apresenta um texto altamente conciso e informativo, permitindo o amadurecimento no decorrer da leitura por meio da garantia social do acesso aos bens culturais contidos nos enredos, além de uma leitura convidativa, estão inclusas as relações de pertencimento (grupos sociais) na apropriação desse tipo de leitura, significando que o hábito de ler as HQs também é um poder especial de interação social em determinadas comunidades que possuem a mesma prática leitora, proporcionando indiretamente a educação formal (escola), não formal (família, igreja) e informal (interação com o cotidiano); isto aumenta seu nível de significação que colabora para a troca de experiências

entre os leitores, permitindo ainda mais a apropriação da leitura. Sendo assim, os leitores inseridos nestes grupos são provocados a ler com mais intensidade por conta dos fenômenos sociais de convívio, por exemplo: indicações de outras obras, continuações (sagas) e acompanhar tendências (BARI, 2008, p. 116-119).

Pode-se dizer que houve uma mudança quanto à mentalidade das pessoas que ignoravam os quadrinhos como meio de comunicação e arte. Os leitores de gibis, mangás e HQs que sofriam preconceitos, cresceram e assumiram postos importantes na sociedade como nas escolas, empresas, universidades, indústria do cinema e literatura, agências de marketing, publicidade e nas redações e jornais. Isso nos mostra que a permanência com a leitura de histórias em quadrinhos, mesmo na fase adulta, permanece assídua fazendo parte do cotidiano, que o gosto deste tipo de suporte não se desfez com o crescimento, mas se fixou no sujeito se tornando parte de sua identidade na sociedade (CHAVES, 2016, p. 1).

De acordo com Vergueiro (2007, p. 10), o mercado brasileiro de quadrinhos nas últimas décadas constatou que o número de publicações direcionadas ao público adulto aumentou substancialmente, embora a publicação de títulos para o público infantil e adolescente seja bastante substancial.

Percebemos por meio desta viagem pelo mundo do “leitor de histórias em quadrinhos” que este tipo de suporte diferente pode ensinar, entreter e comunicar através de grupos de mesmo interesse e isso comprova que não há mais idade para ler história em quadrinhos e que podemos vivenciar esta constante mudança e evolução no meio social. Enfim, apesar de todos os obstáculos enfrentados até hoje, a história em quadrinhos é um meio de leitura que tem ganhado espaço no coração das pessoas e uma

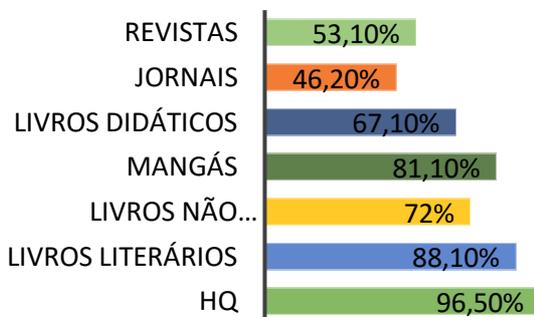
maior aceitação na sociedade.

Ranganathan (1931) afirma, que “Todo o livro tem o seu leitor” e “Todo leitor tem o seu livro” e isso é o mesmo com relação às histórias em quadrinhos. O leitor apenas precisa descobrir qual a temática dentro das HQs mais se identifica e aproveitar o seu momento de entretenimento e aprendizagem.

3 OS LEITORES DE HQ

Para compreender de que forma a leitura de HQs contribui com a formação do leitor, foi realizado um levantamento de dados dividido em duas etapas: a primeira etapa constitui em uma pesquisa quantitativa, realizada nos dias 18 e 19 de Junho de 2016 na *Fest Comix* e contou com a participação de 143 pessoas; e a segunda etapa foi uma pesquisa qualitativa realizada nos dias 15 e 17 de Junho do mesmo ano no *Anime Friends*, da qual participaram 17 pessoas.

Gráfico 1: Quais tipos de leitura você lê?

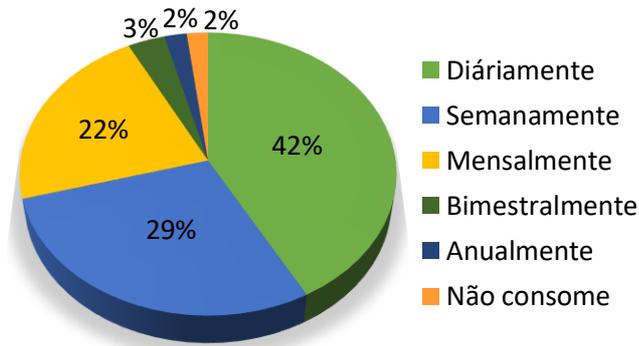


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A pesquisa revelou que 42% dos leitores de Histórias em Quadrinhos (HQ) leem livros diariamente, dos quais 72% se

equivale a livros de não ficção. O que é interessante de observar é que 79,7% dos entrevistados apontaram que ler quadrinhos os influenciou a ler mais livros.

Gráfico 2: Com que frequência você lê livros?



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

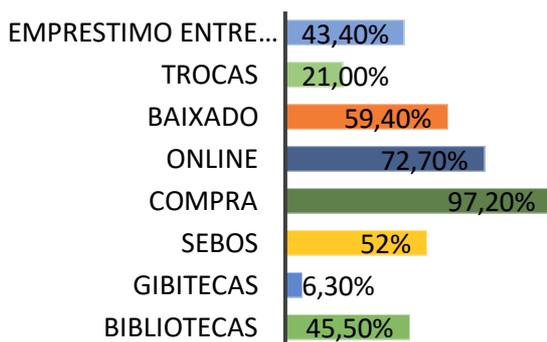
O gosto pela temática / personagens leva o leitor a buscá-la independente da forma gráfica (texto ou imagem), o que nos fez identificar que uma vez que o hábito leitor é inserido, ele é cultivado por meio das diferentes mídias de comunicação que se utilizam das mesmas histórias e personagens em formatos diferentes (cinema, brinquedos, desenhos, TV, jogos, revistas, etc.), o fator motivacional se dá devido ao conteúdo, e por consequência dos círculos de grupos sociais (*Geeks*, *Nerds* e *Otakus*) que se valem deste mesmo conteúdo, o formato deixa de ser um elemento tão significativo, dando vez ao conteúdo.

O leitor de HQ se orienta pelo consumo de bens culturais vinculados às temáticas de suas leituras e ao sentimento de pertencimento que elas trazem, extrapolando este sentimento para além do ato de ler, consistindo em uma conexão com o universo deste contexto e a relação de *hobby*.

Apesar de a motivação para a leitura entre o grupo pesquisado tenha origem em seu interesse pelo universo das HQs, os entrevistados indicaram que a família (55,9%) e os amigos (43,4%) são os principais influenciadores na aquisição de um hábito de leitura saudável que se amplia ao longo da vida.

Quando pequenos, nossa primeira ação é copiar atitudes e atos dos que nos cercam, fazendo-os de espelhos. Aqui podemos ver a importância de se ler para as crianças, de levá-las as bibliotecas e livrarias para tornar o ato de ler uma ação cotidiana e um hábito prazeroso. A pesquisa qualitativa evidenciou esse dado, com os entrevistados dizendo que os pais liam para eles ou que traziam HQs para leitura.

Gráfico 3: Você tem acesso aos livros por quais meios?



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Por mais que a maioria dos leitores de HQs opte pela compra, é importante ver o potencial que esse tipo de usuário representa para as unidades de informação. Foi identificado na pesquisa uma parcela significativa dos entrevistados (45,5%) que acessam os livros em bibliotecas. Ao mesmo tempo, os entrevistados indicaram a falta de atualização e conservação das

histórias em quadrinhos nas bibliotecas, tendo esses leitores um perfil de colecionadores e por ressignificarem o ato de ler eles carregam consigo uma noção maior em relação qualidade do material de deseja utilizar. Se as bibliotecas investirem no acervo de HQs, elas poderão ser importantes espaços para a motivação da leitura de HQs, ao mesmo tempo em que verão o aumento de empréstimos de seu acervo de livros.

A influência de amigos se faz presente neste cenário, pois ao inserir a pessoa em um ambiente propenso à leitura e disseminação, ela se depara com outras pessoas presentes neste cenário onde a troca de prazeres e experiências pode tornar o hábito da leitura cada vez mais produtivo e prazeroso.

O mercado editorial também gera grande impacto neste cenário pois, os interesses literários crescem e amadurecem junto com o leitor e ter uma variedade maior de temáticas contribui para um consumo constante, fechando um ciclo de influência entre HQ e livro.

Assim, após análise das pesquisas em conjunto, é possível afirmar que os quadrinhos são um componente importante na formação do leitor, que se bem cuidado pelo mercado editorial, torna-se um leitor para toda a vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história em quadrinhos como arte sequencial é produto híbrido, abrange narrativas textuais e gráficas, exercitando a interpretação iconográfica ao mesmo tempo em que se efetua a leitura do texto, exigindo mais do indivíduo no processo de leitura.

Com o intuito de identificar a influência da leitura de HQ e

como ela se conecta a outras tipologias de leitura, foi realizada uma pesquisa quantitativa que evidenciou que não só de HQ vive esse tipo de leitor.

O questionário qualitativo veio aprofundar os resultados da pesquisa quantitativa, focado em responder nosso objetivo de pesquisa: o hábito de leitura de quadrinhos contribui para a formação de leitores? Ele se conecta à prática de outras formas de leitura?

Identificamos que o hábito leitor é adquirido pela socialização (família, amigos, grupos) e está altamente relacionado a uma construção social, pois este hábito não se adquire do “nada”, ele é estimulado e depende muito da interação do indivíduo com o meio no qual vive.

Não é apenas o formato das histórias em quadrinhos, mas também o conteúdo de suas histórias presentes nas HQs e em todas as mídias de comunicação em massa. Desta forma, constrói-se o que foi chamado neste trabalho de “leitor eterno”, que a partir do hábito da leitura das histórias em quadrinhos expande seu universo leitor e o ressignifica durante todas as fases de sua vida.

REFERÊNCIAS

AS LEIS DE RANGANATHAN. Disponível em:
<<http://bit.ly/2c1MRoR>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BARI, Valéria Aparecida. *O potencial das histórias em quadrinhos na formação de leitores: busca de um contraponto entre os panoramas culturais brasileiro e europeu*. 2008. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível

em: < <http://bit.ly/2c1PPcY>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

CHAVES, Daniel. *E de repente os quadrinhos estão fazendo sucesso*. Conhecimento prático: língua portuguesa, São Paulo, n. 58, p. 1, mar. 2016.

EISNER, Will. *Quadrinhos e arte sequencial*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JOUVE, Vincent. *A leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura?* São Paulo: Brasiliense, 2006.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. *A atualidade das histórias em quadrinhos no Brasil: a busca de um novo público*. História, Imagem e Narrativas, v. 5, p. 1-20, 2007. Disponível em: <<https://bitly.com/J1en0>>. Acesso em 12 mar. 2021.

CAPÍTULO 9

O USO DO LIVRO SENSORIAL PARA A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

Christoffer Moacir Sabatke

Sueli Bortolin

1 INTRODUÇÃO

Mundos mágicos, seres fantásticos, aventuras intergaláticas... a contação de histórias - bem como a leitura - tem o poder de nos transportar para lugares que jamais imaginaríamos poder estar. O ato de contar histórias surgiu muito antes da invenção da escrita e continua sendo, até hoje, uma importante atividade que pode ser utilizada na criação de vínculos afetivos, na transmissão de valores, no estímulo da aprendizagem e no desenvolvimento da imaginação (CONTAÇÃO..., [201-?]). Além disso, a contação de histórias promove o incentivo à leitura e permite a utilização de vários tipos de literaturas, como cordéis, fábulas, histórias folclóricas e contos de fadas. Estes últimos, aliás, podem desempenhar um importante papel no desenvolvimento da personalidade de uma criança (BETTELHEIM, 2004).

A importância e os benefícios da contação de histórias, aliada aos contos de fadas, foram um dos fios condutores que serviram de inspiração para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Esta, aliás, é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *A recepção dos contos de fadas por crianças cegas*, desenvolvido entre 2016 e 2017, na Universidade Estadual de Londrina (SABATKE, 2017). Objetivando verificar a recepção dos

contos de fadas, através da contação de histórias, em crianças com deficiência visual, mergulhamos em busca de recursos que fossem adequados para o nosso público-alvo, principalmente para o momento da contação. Dentre os recursos pesquisados, um nos chamou a atenção: o livro sensorial. Ainda pouco utilizado (e até mesmo conhecido), este tipo de material atendia exatamente aos requisitos que buscávamos, afinal, com ele, poderíamos explorar, além da audição, o uso do tato e do olfato pelos participantes da pesquisa.

Assim, neste capítulo, apresentaremos as etapas que permearam o desenvolvimento da nossa pesquisa, desde a criação do referencial teórico, que nos forneceu os insumos necessários, passando pelos receios da escolha do conto de fadas ideal, até a confecção do livro sensorial, por fim, a realização da contação de história para uma criança com deficiência visual e nossas considerações acerca da atividade.

2 CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

A ideia de contar histórias, seja para divertir, ensinar, relembrar, é muito antiga. Desde as sociedades primitivas esta prática é realizada. A narração de histórias remonta aos povos ancestrais que contavam e encenavam histórias com o intuito de difundirem a sua cultura e as experiências adquiridas pelo grupo ao longo do tempo (RAMOS, 2011). Neste período, de acordo com Caldin (2002, p. 29), “[...] os contadores de história eram muito respeitados, pois se reputavam como a memória da comunidade.”

Nestas sociedades que ainda não contavam com os recursos da escrita e da leitura, a memória mencionada por Caldin

(2002), desempenhava um papel fundamental para a construção do conhecimento (TORRES; TETTAMANZY, 2008).

A partir da Idade Média, mesmo com a escrita e a leitura já sendo mais difundidas entre a sociedade – ainda que de forma desigual – principalmente na Europa, os contadores de histórias mantiveram o seu papel de prestígio. Neste período, os livros ainda estavam sob poder da igreja e de seus monges copistas, fato que restringia o acesso à informação escrita, e por consequência, ao exercício da leitura. Este panorama só ganhou novos rumos com o advento da Imprensa de Gutemberg, por volta de 1439, quando de fato os conteúdos registrados através da escrita começaram a ser mais difundidos entre a sociedade, principalmente para as classes sem recursos financeiros.

Na contemporaneidade, o ato de contar histórias passou por modificações. Para alguns autores, como por exemplo Ramos (2011), o surgimento de novas mídias, como a televisão, o cinema e a internet, a arte da contação foi praticamente extinta dos encontros sociais. Por outro lado, Frison (2015, p. 38) destaca que “[...] mesmo em tempos de videogames, *Facebook* e televisão, narrar fatos é tão comum quanto registrá-los pela imagem que reproduz e dissemina.” De fato, os tempos são outros, contudo, mesmo que tenha perdido espaço perante a sociedade, a contação de histórias ainda mantém a sua importância para a preservação da memória e o desenvolvimento e perpetuação do conhecimento. Entretanto, em meados do século XX, os contadores de histórias, após perderem um pouco de seu prestígio, ressurgem como fenômeno urbano, originando os *novos contadores* ou *contadores urbanos* (RAMOS, 2011).

Estes novos contadores fazem com que a contação de histórias continue a cumprir um papel importante para a

sociedade, porém, agora também no campo pedagógico, principalmente como fator de incentivo à leitura. Atualmente, diante do cenário de pandemia pelo qual o mundo está passando, a contação de histórias se intensificou exponencialmente, ganhando espaço nas redes sociais, como Facebook, Instagram e Youtube. Neste contexto, em tempos tão difíceis, as histórias transcendem em importância, contribuindo não somente no incentivo à leitura, mas também, para o bem-estar e saúde mental das pessoas.

3 CONTOS DE FADAS

Mesmo que alguns estudos determinem a sua origem para períodos que datam entre 4.000 a 6.000 anos antes de Cristo, os contos de fadas, como atualmente são conhecidos, surgiram na Europa, principalmente na França e na Alemanha, no final do século XVII e XVIII, e tem como principais precursores Charles Perrault (1628-1703), Jacob Grimm (1785-1863) e Wilhelm Grimm (1786-1859) – os Irmãos Grimm – e Hans Christian Andersen (1805-1875).

Charles Perrault nasceu em Paris em 1628. Pertencente a uma família burguesa, foi advogado, escritor, poeta e um dos precursores do gênero dos contos de fadas (ROCHA; SILVA, 2015). Dentre as suas principais obras, destacam-se: *Chapeuzinho Vermelho*; *A Bela Adormecida*; *O pequeno Polegar*; *Cinderela*; *Barba Azul*; *O Gato de Botas*; *Os Contos da Mãe Gansa* etc. Segundo Avila (2013, p. 1) Perrault “[...] escreveu outras versões dos contos transcritos pelos Grimm e algumas novas lendas, contudo, o romantismo e o final feliz são mais comuns em suas obras.”

Jacob Ludwig Karl Grimm nasceu no dia 4 de janeiro de 1785, enquanto seu irmão, Wilhelm Karl Grimm, nasceu em 24 de fevereiro de 1786, ambos na cidade alemã Hanau (PAULINO, 2013). Eles ficaram conhecidos por pesquisarem relatos em documentos antigos e recolherem contos entre a população alemã, visando registrar e preservar as histórias de seu povo. A partir destas atividades, passaram então a criar contos, que inicialmente eram mais voltados para o público adulto, uma vez que continham conteúdo violento. Os primeiros contos recolhidos pelos Grimm foram publicados em 1812, na obra *Histórias das Crianças e do Lar*, que continha uma coleção de 51 contos. Os contos mais conhecidos de Jacob e Wilhelm são: *Branca de Neve; Cinderela; João e Maria; Rapunzel e Os Músicos de Bremen*.

Hans Christian Andersen, por sua vez, nasceu no dia 2 de abril de 1805, em Odense, Dinamarca (JURAZEKY; SANTOS, 2013). Filho de um sapateiro e de uma lavadeira, para alguns pesquisadores, a origem humilde de Andersen foi responsável pelo fortalecimento de seu realismo e de sua consciência social (JURAZEKY; SANTOS, 2013). Além disso, Avila (2013, p. 1) destaca que Andersen “[...] preferia um lado mais sombrio. Em uma de suas histórias mais conhecidas, a Pequena Sereia tem a própria cauda cortada em duas partes para se transformar em belas pernas humanas e assim casar-se com o príncipe.”

A trajetória e o amadurecimento que Andersen adquiriu durante a sua vida, fizeram com que o mesmo tenha se tornado o criador da literatura infantil romântica, já que possibilitou a fusão entre o pensamento mágico das origens arcaicas e o pensamento racionalista dos novos tempos (COELHO, 1987).

Se na Europa os contos de fadas e os seus autores faziam

florescer uma literatura dirigida à criança, no Brasil, tudo caminhava de uma forma mais lenta (SOUZA, 1996). De acordo com a jornalista e escritora, Angela Leite de Souza (1996), esse atraso se deu, principalmente, devido à pouca idade de nosso país, se comparado ao continente europeu. Um exemplo disso é que “[...] na época em que Perrault publicou suas primeiras histórias, o país ainda não completara duzentos anos de idade, o que, em termos de civilização, é quase nada.” (SOUZA, 1996, p. 42). Durante o século XIX, segundo Schneider e Torossian (2009), surge no Brasil, e também em Portugal, os *Contos da Carochinha*, que no final do século XX passaram a ser chamados de contos de fadas. Ainda de acordo com Schneider e Torossian (2009, p. 138), merece destaque na produção nacional de contos de fadas, Monteiro Lobato, e suas histórias “[...] nas quais bonecas falam e sabugos de milho se transformam em geniais cientistas” e que acabaram por influenciar diversos autores contemporâneos, como Ziraldo, Ana Maria Machado e Ruth Rocha.

4 LIVRO SENSORIAL

A utilização do livro sensorial, bem como, materiais e estudos que envolvam o seu uso, ainda são escassos. Por isso, antes de abordarmos este tipo de material especificamente, entendemos ser necessário discorrer sobre o livro tátil, que serve como base para o sensorial.

De acordo com Romani (2016, p. 19) o livro tátil “[...] apresenta dupla leitura: visual e tátil, contemplando todos os leitores. Parte-se do pressuposto que duas formas de escrita, o braille e a fonte ampliada, coexistem no campo da página, e a ilustração, obrigatoriamente, apresentará algum tipo de relevo.” Seguindo a linha de raciocínio de Romani (2016), Nogueira (2010)

também destaca que as ilustrações táteis devem ser produzidas em relevo que possibilite a leitura com os dedos, e que acima de tudo, tais ilustrações sejam simples e com poucos detalhes, facilitando a percepção ao tato.

O livro sensorial, foco dessa investigação, por sua vez, além de utilizar os métodos tradicionais de um livro comum (escrita e imagens impressas), traz a tradução do conteúdo para o braille, além de contar com figuras em alto relevo e, em alguns casos, com aromas específicos. Quanto à importância deste tipo de material, Siaulyš (2005, p. 134) destaca os benefícios que a sua utilização pode suscitar nas crianças: “O livro facilita o aprendizado da criança, pelo tato ou visão, de conceitos importantes: formas geométricas, textura, temperatura, consistência, forma, grandeza dos materiais e objetos [...]”.

Diante do que foi exposto, reforçamos a ideia de que o livro sensorial pode desempenhar um papel fundamental como suporte educacional, auxiliando para o desenvolvimento dos sentidos necessários a uma criança com deficiência visual, possibilitando ainda, que importantes conceitos sejam trabalhados com a mesma. A partir disso, optamos por utilizar este tipo de material, aliado à técnica de contação de histórias, para realizar nossa pesquisa de recepção dos contos de fadas.

5 CONFEÇÃO DO LIVRO SENSORIAL

Em nosso referencial teórico, pautados em diferentes autores, verificamos a importância que os contos de fadas desempenham no psicológico das crianças, e até mesmo dos adultos. Porém, como nos propomos a trabalhar com crianças com deficiência visual, algumas dúvidas surgiram quanto à

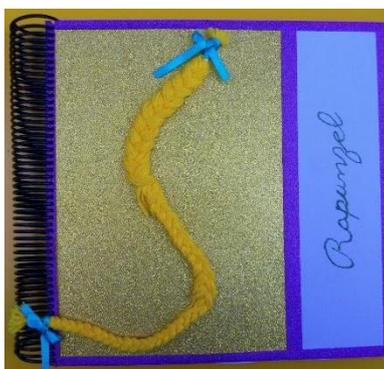
escolha do conto mais apropriado, aquele que realmente pudesse contribuir de alguma forma, deixando de ser uma mera escolha ocasional e aleatória. Com este intuito de escolher algo diferenciado, chegamos ao conto de Rapunzel.

No conto, em sua versão original, criada pelos irmãos Grimm, o príncipe ao tentar salvar Rapunzel que está presa na torre, acaba caindo no espinheiro e fica cego. Esse detalhe da história nos trouxe um receio. Se por um lado poderia provocar reações e emoções nas crianças, por outro, temíamos causar algum tipo de desconforto nas mesmas. Assim, cogitamos a possibilidade de omitir o ocorrido com o príncipe. Diante deste impasse, procuramos assistência junto ao Instituto Roberto Miranda, que atua com crianças com deficiência visual. Ao contrário do que nossos receios apontavam, uma das psicólogas nos encorajou a prosseguir com a escolha por Rapunzel. De acordo com ela, de um modo geral, as crianças, se comparadas com adultos, conseguem encarar com mais naturalidade as dificuldades e adversidades oriundas da deficiência e daquelas impostas pela própria sociedade. Desta forma, não omitimos fatos ou desistimos da escolha pela história.

Após a definição do conto de fadas, iniciamos a confecção do livro que seria utilizado como suporte para a nossa atividade. Primeiramente, fizemos cortes no conto de Rapunzel, para que o mesmo ficasse mais reduzido. Em seguida, com a ajuda do Instituto Roberto Miranda, o texto foi traduzido e impresso para o braille. Na sequência, demos início a elaboração das imagens táteis e a montagem do livro. Para tanto, utilizamos, em colaboração com as irmãs da orientadora do TCC, a técnica de Recorte e colagem de materiais, aliada a aplicação de tinta Dimensional Relevo 3D, da Acrilex, especial para a criação de

relevos. Quanto ao aroma, optamos por um perfume feminino adocicado, com notas de baunilha, que aspergimos sobre a trança de lã que foi fixada na capa do livro. Através da escolha desta fragrância, esperávamos criar uma experiência olfativa que aproximasse, de alguma forma, as crianças da magia dos contos de fadas. A seguir, apresentamos algumas fotos do livro já concluído.

Foto 1 – Capa Foto 2 – A queda



Fonte: Sabatke (2017)



Fonte: Sabatke (2017)

Das fotos apresentadas, destacamos a utilização da lã para a confecção das tranças de Rapunzel, nas quais aspergimos o perfume feminino. Na Foto 2, que representa o momento da queda do príncipe, além da lã, utilizamos a parte áspera de uma esponja para representar os espinhos nos quais o mesmo perfura os olhos.

Depois de finalizado, o livro totalizou 22 páginas, entre texto em braille e imagens táteis – foram criadas 11 imagens, além da capa. Destacamos ainda, que a escolha das cores dos materiais não foi pautada em nenhum estudo ou técnica específica, tendo ocorrido de forma natural, no decorrer do processo de confecção.

6 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação da pesquisa se deu por meio de uma atividade realizada com um aluno de uma escola pública – de um município da região norte do Estado do Paraná – chamado Benjamin¹⁵. Cego congênito, o mesmo tinha dez anos na época e dominava a leitura do braille. A atividade foi dividida em dois momentos: primeiro a contação do conto de Rapunzel e posteriormente a leitura do texto braille e das imagens táteis pelo participante.

Durante a contação, Benjamin permaneceu focado o tempo inteiro – mesmo já conhecendo a história – e quando foi solicitada a sua participação, não hesitou em ajudar. Chamou-nos a atenção o fato de ele ter se manifestado ao saber que o príncipe havia perdido a visão. Acreditamos na possibilidade de que a escolha pelo conto de Rapunzel tenha lhe despertado algum tipo de emoção, conforme prevíamos.

Em seguida, entregamos o livro para que Benjamin pudesse fazer a sua leitura. Apesar de ter amplo domínio do braille, a presença de travessões no decorrer do texto foi um empecilho, fazendo com que em alguns momentos, precisássemos lhe auxiliar neste sentido. Mesmo assim, sua leitura foi contínua – ele leu em voz alta – e ágil. Pudemos observar que Benjamin teve dificuldades para reconhecer o que as imagens representavam. De um modo geral, alguns ajustes precisariam ser efetuados para facilitar o reconhecimento das figuras. Na maioria dos casos, o excesso de detalhes, aliado ao tamanho diminuto, foram os principais motivos que causaram dificuldades ao participante. Por outro lado, a utilização de

¹⁵ Nome fictício em homenagem ao Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

materiais com textura diferenciada – como a lã, a esponja, o EVA etc. – se mostraram mais eficientes do que a técnica de contorno com tinta relevo, principalmente quando esta foi aplicada sem nenhum tipo de suporte complementar.

Diante da baixa disponibilidade deste tipo de material no mercado nacional entendemos que pesquisas que se disponham a estudar novas técnicas para a elaboração destes livros são fundamentais para que os tornem cada vez mais populares e acessíveis. O processo que envolveu a criação e a experiência com a aplicação prática dos livros sensoriais, nos fez perceber que, em sua maioria, a constituição de imagens táteis deve partir de uma premissa mais minimalista, valorizando aspectos essenciais para tornar a experiência tátil mais eficaz. Além disso, a utilização de materiais como o EVA, lixa, fita de cetim, lã etc., se mostraram mais interessantes do que a técnica do contorno com tinta relevo.

Esta pesquisa, por fim, nos possibilitou verificar que independentemente do método utilizado – leitura em braille ou tátil, contação de histórias etc. – a recepção por crianças com deficiências visuais pode ocorrer, contudo, cabe ao profissional envolvido a sensibilidade de entender a importância do seu papel para que isso se torne possível.

REFERÊNCIAS

AVILA, Marina (Org.). *Contos de fadas*: em suas versões originais. São Caetano do Sul: Wish, 2013. v. 1.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CALDIN, Clarice Fortkamp. A oralidade e a escritura na literatura infantil: referencial teórico para a hora do conto. *Enc. Bibli: R.*

Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n.13, p.25-38, 2002.
Disponível em: <https://goo.gl/LKDKMt>. Acesso em: 12 fev. 2021.

COELHO, Nelly Novaes. *O conto de fadas*. São Paulo: Editora Ática, 1987. (Série Princípios, 103).

CONTAÇÃO de histórias. *Instituto Brasil Solidário*. [201-?].
Disponível em: <http://goo.gl/ppauTh>. Acesso em: 14 mar. 2021.

JURAZEKY, Rosana da Silva Santos; SANTOS, Ana Maria Martins da Costa. Análise de conto escrito por Hans Christian Andersen (1805-75): o isqueiro mágico. In: ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 18., 2013, Presidente Prudente. *Anais eletrônicos...* Presidente Prudente: Unoeste, 2013. p. 779-786.
Disponível em: <http://goo.gl/upb9FX>. Acesso em: 25 fev. 2021.

NOGUEIRA, Ana Carmen. Livros táteis para crianças deficientes visuais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ARTE, ILUSTRACIÓN Y CULTURA VISUAL EN EDUCACIÓN INFANTIL Y PRIMARIA: CONSTRUCCIÓN DE IDENTIDADES, 1., 2010, Granada. *Actas...*, Granada: Universidad de Granada, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/VGUWdG>. Acesso em: 09 fev. 2021. p. 193-198.

PAULINO, Juliana Deoldoto. *Irmãos Grimm: uma possibilidade de ensino e aprendizagem com encantamento*. 2013. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013. Disponível em: <https://cutt.ly/hzNyNpC>. Acesso em: 23 fev. 2021.

RAMOS, Ana Cláudia. *Contaçõ de histórias: um caminho para a formação de leitores?* 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/azNuzih>. Acesso em: 24 fev. 2021.

ROCHA, Renata Kelen da; SILVA, Vilma Araújo da. Os contos de fadas de Perrault: uma leitura de “As fadas”. In: SEMINÁRIO

NACIONAL INTERDISCIPLINAR EM EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS, 5., 2015, Francisco Beltrão. *Anais eletrônicos...* Francisco Beltrão: Unioeste, 2015. p. 1081-1092. Disponível em: <https://cutt.ly/rzNuSYu>. Acesso em: 24 fev. 2021.

ROMANI, Elizabeth. *Design do livro tátil ilustrado: processo de criação centrado no leitor com deficiência visual e nas técnicas de produção gráfica da imagem e do texto*. 2016. 311 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/uPUxci>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SABATKE, Christoffer Moacir. *A recepção dos contos de fadas por crianças cegas*. 2017. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

SCHNEIDER, Raquel Elisabete Finger; TOROSSIAN, Sandra Djambolakdijan. Contos de fadas: de sua origem à clínica contemporânea. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 132-148, ago. 2009. Disponível em: <http://goo.gl/zppqW8>. Acesso em: 17 fev. 2021.

SIAULYS, Mara O. de Campos. *Brincar para todos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <http://goo.gl/87a9fV>. Acesso em: 24 fev. 2021.

SOUZA, Angela Leite de. *Contos de fada: Grimm e a literatura oral no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1996. (Coleção Apoio).

TORRES, Shirlei Milene; TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato. Contação de histórias: resgate da memória e estímulo à imaginação. *Sessão aberta: revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://goo.gl/ZGs4FX>. Acesso em: 17 fev. 2021.

CAPÍTULO 10

A LEITURA NO AMBIENTE PRISIONAL FEMININO

Francisca Liliana Martins de Sousa

Virgínia Bentes Pinto

1 INTRODUÇÃO

No Brasil um problema que persiste ao longo do tempo é o vertiginoso crescimento da população carcerária, essa situação resulta na superlotação dos estabelecimentos prisionais e pôr com seguinte na supressão dos direitos e garantias assegurados aos indivíduos privados de liberdade.

Quando tratamos da questão do encarceramento no contexto brasileiro, não podemos nos furtar de evidenciar o cenário carcerário feminino, que vem sofrendo significativa alteração na sociedade contemporânea, resultante do crescimento cada vez maior do número de mulheres nas prisões. Essa mudança tem contribuído para evidenciar a difícil realidade enfrentada pelas mulheres no cárcere, que ao longo do tempo tiveram que ajustar-se a um sistema concebido para os homens, resultando na invisibilidade da realidade enfrentada pelas mulheres nas prisões.

A Lei de Execução Penal (LEP) de 1984, foi instituída com vistas a nortear as ações desenvolvidas no sistema prisional brasileiro com o intuito de assegurar as garantias e favorecer a valorização social do preso por meio de atividades sociointerativas, como trabalho, educação e atividades culturais.

A leitura se apresenta como uma atividade capaz de

proporcionar mudanças significativas no espaço do cárcere, sua prática favorece o acesso, uso e apropriação informação, contribuindo para o desenvolvimento educacional e social da população carcerária. A partir desse pressuposto, formulou-se a seguinte **questão problematizadora**. A leitura desenvolvida no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF) promove benefícios para as internas?

Tendo por base a problemática supracitada, estabeleceu-se como **objetivo geral**, averiguar se na concepção das internas do IPF a leitura contribui para a melhoria do cárcere. Para alcançar o referido objetivo temos os seguintes objetivos específicos: descrever os benefícios da leitura apresentados pelas internas e analisar como a leitura auxilia na melhoria do cárcere.

2 ENCARCERAMENTO FEMININO NO BRASIL

Sabe-se que o encarceramento feminino no Brasil não algo é recente, mas um fato que ocorre há muito tempo, assim como o sofrimento enfrentado por essas mulheres ao longo dessa trajetória. Ao pesquisar como inicialmente se efetivou esse processo, verifica-se que no início não havia celas destinadas para mulheres, que eram colocadas em espaço conjunto, ocupado por homens e mulheres. Frequentemente essa situação resultava em abusos sexuais sofridos pelas presas. Como exposto por Salla (1997) as celas eram compartilhadas por todos os tipos de presos, homens, inclusive mulheres e crianças dividindo o mesmo espaço. Tal fato revela o descaso que a população carcerária feminina enfrenta ao longo do tempo.

A invisibilidade da condição das mulheres encarceradas perdurou por muito tempo, nada era relatado e a situação

continuava imutável. Segundo Andrade (2011), o cenário das mulheres em situação prisional só veio a ter uma maior visibilidade a partir do século XIX, onde relatos esparsos e alguns relatórios de diferentes períodos mostravam a situação das encarceradas nas prisões e nas casas de correções brasileiras.

É importante ressaltar que, efetivamente, somente na década de 1940 é que foram criados os primeiros estabelecimentos prisionais para as mulheres. Andrade (2011, p. 20) afirma que esses espaços tinham “como objetivo principal conseguir solução condigna para o problema das criminosas, de preferência propiciar a instalação de uma prisão especializada para mulheres. [...]”. Observamos, então, que as mulheres foram negligenciadas por muito tempo em relação a sua condição de encarceramento, revelando que o Brasil, ao contrário de muitos países, pensou bastante tardiamente na situação das mulheres presas.

As primeiras penitenciárias femininas no Brasil foram administradas por freiras e passam a vigorar partir de 1942 com a criação da primeira penitenciária feminina do antigo Distrito Federal. As freiras eram incumbidas da educação, disciplina, trabalho, higiene e economia (SOARES; ILGENFRIT, 2002). Portanto, a criação desses primeiros estabelecimentos penais femininos não resultara em mudança social significativa na vida das mulheres aprisionadas, haja vista que os lugares destinados a elas não favoreciam essa mudança, o que ocorria de fato, era basicamente uma delimitação simples de espaços destinados para homens e outro para mulheres.

Outro fator que deve ser destacado e que reflete bem a falta de políticas voltadas para as mulheres encarceradas, é o que está disposto na Lei de Execução Penal (LEP), onde se observa que

poucas ações são destinadas às presas, sendo citadas apenas no artigo 19, que trata da assistência educacional, onde destaca-se que “o ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico”, e o Parágrafo único acrescenta: “A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição” (BRASIL, 1984).

Destarte, o número de mulheres que adentram ao sistema prisional brasileiro cresce vertiginosamente. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelou no último levantamento realizado em 2016, que a população carcerária feminina cresceu em todo Brasil. O contingente que era de 37.380 internas passou para 42.355, resultando no acréscimo de quase cinco mil mulheres a mais no sistema prisional brasileiro entre os anos 2014 a 2016.

A fragilidade do sistema carcerário brasileiro atinge todos os indivíduos encarcerados, mas, faculta as autoridades um olhar atento para o encarceramento feminino e a necessidade de que sejam vislumbradas as especificidades que envolvem essa parcela da população prisional.

3 LEITURA NA PRISÃO

Há muito se discute o poder de transformação atribuído à leitura, seja para o desenvolvimento pessoal ou para o profissional de qualquer indivíduo. No sistema prisional brasileiro, essa prática vem sendo incluída paulatinamente.

A Lei de Execução Penal 7.210/84, estabelece que é dever do Estado assegurar o acesso à educação a população privada de liberdade. Contudo, não é aplicado em todos os estabelecimentos prisionais do Brasil. É importante salientar que promover o acesso à educação e a leitura não significa conceder privilégios aos

encarcerados, mas sim, cumprir o que determina a lei, ou seja, é um direito assegurado.

Garantir a preservação dos direitos humanos presentes na Constituição Federal Brasileira é um desafio e, acima de tudo, uma missão que precisa ser enfrentada pelo poder público. Diante desta necessidade, buscam-se alternativas viáveis que possam efetivar os direitos inerentes à população carcerária. A leitura no cárcere pode ser compreendida como uma maneira de manter o elo entre a sociedade reclusa e a liberta, esse vínculo ameniza o isolamento, e colabora para que não haja uma perda total da identidade dos indivíduos no cárcere. Conforme John (2014, p. 199), “O ato de ler passa, então, a desempenhar papel fundamental na formação da identidade do sujeito recluso, no seu desenvolvimento pessoal, na sua autoeducação”.

A realidade da leitura nas prisões brasileiras revela que não basta criar as leis, é preciso que haja política de estado, para que viabilize a execução dessas leis, visto que, uma parcela significativa dos estabelecimentos penais brasileiros não dispõe de ações voltadas para a educação e leitura, conforme Santiago (2009) o direito à educação dos presos no Brasil não vem sendo garantidos, pois falta estrutura mínima para o atendimento das necessidades educacionais dessas pessoas, principalmente devido ao nível de escolaridade dos detentos.

Portanto, desenvolver projetos ou ações voltadas para a leitura nas prisões, exige que seja oferecida as condições necessárias para sua efetivação, somente assim, a leitura poderá produzir benefícios concretos em prol da imensa massa populacional que compõe o sistema prisional brasileiro. A esse respeito, no entendimento de Julião (2014) é essencial que os projetos sejam desenvolvidos em simultaneidade com ações de

incentivo à leitura, como a mediação.

Para Trindade (2009, p. 18), “a leitura, com sua polivalência, no contexto prisional, desponta como uma excelente atividade de ocupação do tempo e da mente, além de oportunizar aos detentos o engrandecimento do intelecto e ganho de conhecimento”. Reforçando a importância da educação e da prática efetiva da leitura nos estabelecimentos prisionais.

A discussão em torno do direito à educação das pessoas reclusas, não é recente, Foucault (1987, p. 224) já havia destacado que “a educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento”. Portanto, os avanços proporcionados pela leitura aos indivíduos privados de liberdade serão mais significativos, caso o poder público cumpra efetivamente o que está garantido em lei, oferecendo as condições necessárias para que o sujeito encarcerado possa participar de fato do processo educativo nos estabelecimentos prisionais brasileiros, e assim, a leitura desempenhe o papel de mecanismo de poder conforme a perspectiva Foucaultiana.

4 METODOLOGIA

Quanto à natureza do estudo, caracteriza-se como exploratório por esse modelo ser o mais indicado para investigações realizadas por iniciantes em pesquisa, além de servir para expandir o entendimento sobre um assunto pouco explorado, como definido por Cervo, Bervain e Silva (2007, p.61). Com uma abordagem qualitativa que visa entender o universo estudado a partir da interpretação das opiniões e dos pontos de

vista dos sujeitos pesquisados, analisando suas complexidades e particularidades.

Para a empiria, optou-se pela metodologia da Sociopoética, desenvolvida pelo filósofo francês Jacques Gauthier¹⁶ tomando por base a pedagogia do oprimido de Paulo Freire. A Sociopoética visa à construção partilhada do conhecimento, em que o pesquisador tem a função de facilitador na realização da pesquisa. Em consonância, foi utilizada a observação *in loco* de forma a complementar a Sociopoética no procedimento investigativo dessa pesquisa.

Conforme Gauthier (2004), a Sociopoética, visa à obtenção de dados para além da expressão oral dos copesquisadores, valorizando as expressões corporais ou afetivas como emoção e intuição. Gauthier (2004, p.8) diz ainda que a pesquisa Sociopoética é “uma autoanálise coletiva, facilitada por pessoas praticando dispositivos e técnicas apropriadas”, e, a partir das percepções e reflexões, são obtidas as respostas para os questionamentos. A pesquisa foi realizada no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa localizado em Aquiraz, região metropolitana de Fortaleza-Ce.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

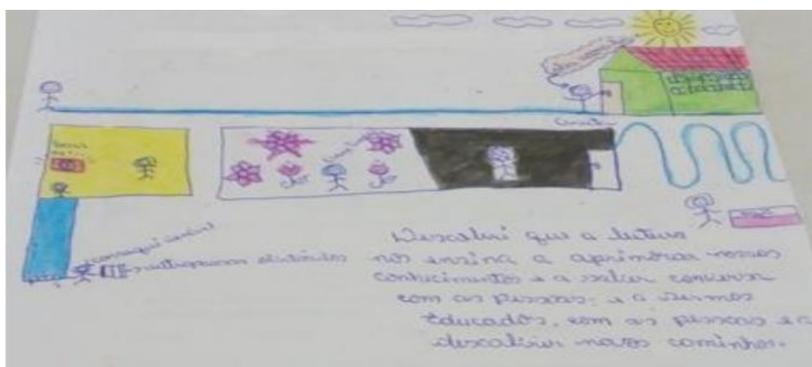
Os dados foram obtidos através da vivência denominada espaços geomíticos. Para tanto, adotou-se a consigne “escolha o lugar”, onde as internas respondiam a seguinte pergunta norteadora, onde você se encontra em relação a leitura no

¹⁶ Filósofo, poeta e pedagogo francês. Pesquisador da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Instituto Penal Feminino? Cinco lugares foram apresentados: **ponte, gruta, poço, caminho e cume**, com base na sociopoética.

De posse dos dados observou-se que o “caminho” foi o lugar mais representativo escolhido pelas copesquisadoras, relacionando a leitura como um caminho para a liberdade, por meio da remição pela leitura, que ainda é vislumbrada como um possibilidade de obter novos conhecimentos, como pode ser observado na figura 1 a seguir:

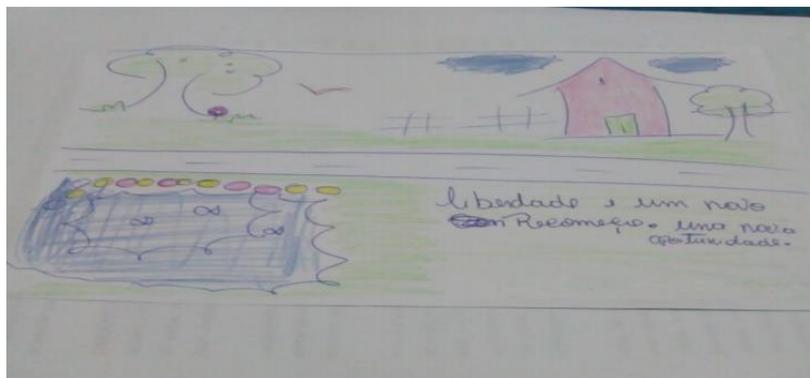
Figura 1: Percepção da leitura como “caminho”.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Percebe-se que perante uma realidade de incertezas suscitada pelo ambiente do cárcere, a presença de um caminho significa dispor de uma direção, é conseguir vislumbrar uma realidade diferente por meio do conhecimento.

Figura 2: A Leitura como liberdade



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nesse sentido, a leitura é então percebida para além das grades e muros que circundam as internas, ou seja, como promotora da ampliação da visão de mundo e busca por melhoria, um recomeço, uma oportunidade para vencer as dificuldades da prisão e retornar a sociedade vislumbrando um novo futuro.

Alguns outros espaços foram apontados pelas coparticipantes como pode ser observado na figura 3:

Figura 3: Palavras destacadas no discurso das coparticipantes



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

O cume e o poço também foram citados, o primeiro como uma chance de vencer as barreiras e chegar à liberdade por meio da leitura, no contexto da remição pela leitura no cárcere. Quanto ao poço, é destacado a falta de local adequado e incentivo à leitura. Alguns fatores podem convergir para isso, a falta de profissional habilitado para desenvolver projetos de leitura, a falta de acervo de interesse das internas, são exemplos dos entraves enfrentados no desenvolvimento da leitura nas prisões. Segundo o documento educando para a liberdade, apresentado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO 2006, p.3), “as práticas de leitura realizada em prisões brasileiras são improvisadas e voluntaristas, dependendo da concordância da direção de cada estabelecimento prisional”.

6 CONCLUSÃO

Diante do exposto, buscou-se nessa pesquisa averiguar se, na concepção das internas, a leitura tem contribuído para a melhoria da realidade no cárcere. E diante dos dados obtidos, pode-se considerar que de modo geral a leitura tem contribuído para a melhoria do ambiente carcerário.

A partir do momento que a leitura as mantém ocupadas, faz com que haja a diminuição da tensão entre as encarceradas, melhorando, portanto, a convivência no cárcere e consequentemente combate a ociosidade no cárcere. Além do que, como pôde ser constatado nas falas das copesquisadoras, a leitura mantém uma relação estrita com a possibilidade de obter a liberdade, sendo assim, contribui para preservar a ligação dessa sociedade reclusa com a liberta para onde retornarão mais cedo ou mais tarde.

Contudo, a pesquisa demonstrou que existe entraves que dificultam a implementação efetiva da leitura no estabelecimento prisional, falta espaço para a leitura, profissional especializado que fomente ações de incentivo à leitura, o que interfere na efetividade das práticas leitoras no cárcere. Portanto, conclui-se que a falta de condições para o desenvolvimento pleno da leitura no ambiente carcerário inviabiliza maiores resultados em prol da população prisional.

E finalmente acredita-se que o acesso à leitura pelos indivíduos privados de liberdade não é regalia ou assistencialismo, mas sim uma garantia legal que deve ser assegurada a pessoa presa, para que possa contribuir para a melhoria de vida no cárcere ou mesmo no seu retorno ao convívio em liberdade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Bruna Soares Angotti Batista de. *Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil*. 2011. 316f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11062012-145419/pt-br.php. Acesso em: 20 jun, 2017.

BRASIL. Lei n. 7210, de 11 de julho de 1984. *Diário Oficial* [da] República Federativa do Brasil. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://goo.gl/S8BSGI>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) atualizado em 2016*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017, 65p.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Relatório da situação atual do sistema penitenciário-bibliotecas*. Brasília, maio. 2008. Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/arquivos/plano-diretor/anexos-plano-diretor/meta16_bibliotecas.pdf. Acesso em: 04 set. 2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. *Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GAUTHIER, Jacques Zanidê. A questão da metáfora, da referência e do sentido em pesquisas qualitativas: o aporte da Sociopoética. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Marc/Abr, n. 25, p.127-142, 2004.

JOHN, Valquíria Michela. Palavras que salvam: usos e representações sobre a mídia impressa na prisão. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 9, n. 17, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Educando para a Liberdade: Trajetória, Debates e Proposições de um Projeto para a Educação nas Prisões Brasileiras*. Brasília: Unesco, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001475/147583por.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SALLA. Breves notas para a história do encarceramento em São Paulo a penitenciária do estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências criminais*, São Paulo, v.5, fasc. 20, 1997, p. 293-302.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. *Educação para todos: um estudo sobre a política de inclusão educacional dos portadores de necessidades especiais no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2009.

SOARES, Barbara. Musumeci; ILGENFRIT, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TRINDADE, Leandro Lopes. *Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais: conceitos, objetivos e atribuições*. 2009. 118 f. Monografia [Bacharelado em Biblioteconomia] – Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf. Acesso em: 30 mar, 2016.

CAPÍTULO 11

OS CLÁSSICOS NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE PORTO ALEGRE, RS

Wagner Bernardes Zimmermann

Martha E. K. Kling Bonotto

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca pública, como instituição que deve fomentar o lazer e a educação para a população, bem como aproximar os indivíduos do patrimônio cultural da humanidade, é responsável por divulgar e possibilitar o contato dos seus usuários com os textos literários produzidos pelo homem. Mas será que essa missão é cumprida?

Para contribuir para a resposta, tomou-se a decisão de investigar se algumas dessas instituições, as bibliotecas públicas sediadas em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, estão promovendo de alguma forma os clássicos. Como tais textos são difundidos, se é que são, o porquê de serem ou não serem alvo de ações culturais, e como os bibliotecários dessas instituições se relacionam com tais obras são questões que a presente pesquisa pretendeu responder, traçando um paralelo entre as atividades realizadas pelas bibliotecas públicas e o ponto de vista dos bibliotecários a respeito dos clássicos.

2 ALGUMAS DEFINIÇÕES NECESSÁRIAS

Antes de prosseguir com o estudo, foi necessário definir alguns conceitos importantes: o que é literatura, o que são os

clássicos e o que são bibliotecas públicas. Nesta seção, falaremos um pouco mais sobre cada um desses conceitos.

2.1 O que é literatura

Uma definição sucinta e completa foi proposta por Salvatore D’Onofrio: “A literatura é uma forma de conhecimento da realidade que se serve da ficção e tem como meio de expressão a linguagem artisticamente elaborada.” (D’ONOFRIO, 2002, p. 9). Assim, servindo-se da ficção como forma de conhecimento e buscando imitar as verdades do mundo para transmiti-las aos homens, a literatura necessita de uma linguagem que crie um mundo próprio ao mesmo tempo em que comunique um conhecimento extremamente difícil de ser capturado e propagado. Dessa forma, é natural que a linguagem empregada seja simbólica e não a linguagem utilizada no dia a dia.

Nesse contexto, a ficcionalidade, que também é um fruto da utilização máxima das potencialidades da linguagem, é importante porque permite que se acesse um tipo de conhecimento diferente daquele que pode ser acessado pela filosofia ou pela ciência natural, conforme mencionado por D’Onofrio (2002) na sua definição de literário. Segundo Todorov (2010), a literatura proporciona um saber diferente das demais disciplinas do conhecimento por permitir que o leitor chegue à realidade das coisas por meio de uma experiência particular. Em outras palavras, só a literatura permite que o indivíduo sinta, por exemplo, o que é estar na guerra, e compreenda todas as emoções e problemas humanos (medos, paixões, vontades) envolvidas neste tipo de situação extrema.

A literatura, portanto, é uma forma de arte que possui como característica a utilização especial da linguagem humana

como o meio de criação dos seus produtos culturais, visando proporcionar uma forma de conhecimento da realidade que difere dos outros saberes humanos.

2.2 O que são os clássicos e por que os ler

Partindo dos estudos de Calvino (1993), Bloom (1995, 2001, 2003), Todorov (2010) e outros teóricos indicados a seguir, propomos as seguintes definições para os clássicos. São obras que:

- a) resistiram ao teste do tempo e continuam sendo lidas;
- b) podem, contudo, ser obras atuais que têm sua qualidade reconhecida pelo meio literário – professores universitários, críticos e leitores;
- c) são obras que não se esgotam em uma leitura e que a cada leitura revelam-se como livros inteiramente novos (ADLER; VAN DOREN, 2011);
- d) são textos que analisam com acuidade e nos permitem vivenciar intensamente determinados momentos da história (SCHWARTZ, 2012);
- e) são obras que exploram ao máximo as possibilidades do idioma e se tornam modelo de expressão escrita da língua em que foram compostos (ECO, 2003);
- f) são textos que influenciaram decisivamente a cultura ocidental como um todo, e não somente as artes (CALVINO, 1993);
- g) são obras que tecem um comentário original sobre determinado comportamento humano e se tornam referência sobre o mesmo (SAINTE-BEUVE, 2001);
- h) a partir desse comentário, nos permitem entender melhor a nós mesmos e aos outros (MACHADO, 2002);
- i) tornam-se a melhor companhia para a solidão natural do

homem, possibilitando o encontro com personagens inesgotáveis e com interpretações do mundo fascinantes (BLOOM, 2001);

j) permitem-nos vivenciar da forma mais intensa experiências diversas das nossas, o que nos proporciona uma compreensão maior do ser humano (TODOROV, 2010);

k) os clássicos são textos que desafiam o leitor, seja por meio da forma, do conteúdo ou de ambos; essa dificuldade, contudo, é recompensadora, pois a beleza da obra – a forma como a linguagem se articula com o conteúdo para expressar uma visão de mundo singular e cativante – faz com que transcendamos a nossa existência prosaica (BARTHES, 2008; BLOOM, 2001).

Concordamos inteiramente com Calvino (1993), quando afirma que o clássico só cumpre as suas funções quando encontra um leitor interessado, que o leia com vontade e amor, e que é papel da escola (e por extensão por nós proposta, das bibliotecas) divulgá-los, para que o aluno possa ter oportunidades de encontrar os seus livros dentre aqueles que lhe foram oferecidos.

2.3 Bibliotecas e bibliotecas públicas

Para o presente estudo, será utilizada a definição de Vieira (2014), que afirma que a biblioteca pode ser considerada como “[...] uma coleção de livros e outros suportes informacionais organizados de forma que atendam às necessidades informacionais de seus usuários.”. (VIEIRA, 2014, p. 3).

Com relação ao conceito de biblioteca pública, Suaiden (1995) e Stumpf (1988) endossam a definição de tal instituição como a biblioteca que é mantida pelo governo e visa atender a todos os membros da sociedade, diferente dos outros tipos de biblioteca que possuem um grupo definido de usuários e estão ligados a uma instituição mantenedora - como, por exemplo, as

bibliotecas universitárias.

Por sua vez, Almeida Junior (1997) considera que a biblioteca pública assumiu ao longo de sua história quatro funções: a educativa, a cultural, de lazer e a função informativa. Documentos como o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre as bibliotecas públicas (INTERNATIONAL...,1994) e os princípios e diretrizes para as bibliotecas públicas elaborados pela Fundação Biblioteca Nacional (2000), também apresentam essas funções.

Com base nesses documentos, pode-se afirmar que a função educativa está relacionada principalmente ao reforço da educação formal, à educação continuada e a campanhas de erradicação do analfabetismo. A função cultural se relaciona com o acesso ao patrimônio cultural e artístico da humanidade, seja por meio do contato do usuário com o acervo, seja pela promoção de atividades culturais que envolvam a participação da comunidade. A função de lazer ou recreativa por muito tempo esteve ligada à promoção do entretenimento por meio da leitura, embora possa estar relacionada a qualquer atividade que a biblioteca promova e que envolva a recreação de seus usuários. Por fim, a função informativa se configura como a promoção de informações indispensáveis para o exercício da cidadania, tais como a indicação de empregos, localização de órgãos do governo, ou a disponibilização de informações sobre quais os documentos necessários para a realização de um determinado procedimento (aposentadoria, vacinação, dentre outros) (ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

As funções citadas podem ser relacionadas aos clássicos se levarmos em conta o que apresentamos na seção anterior sobre a sua importância. Para a função educacional, os clássicos têm relevância na medida em que são textos que proporcionam uma

análise histórica e social da sociedade que descrevem, podendo, portanto, ser utilizados para a pesquisa escolar; quanto à função de lazer, os clássicos também têm um papel destacado nesse âmbito, já que a grande literatura tem a capacidade de propiciar uma imersão profunda por parte do leitor na realidade que descreve, semelhante ao que o melhor cinema ou os melhores jogos eletrônicos podem realizar; enquanto monumentos culturais que são, os clássicos também estão intrinsecamente relacionados à função cultural da biblioteca, dentro de sua missão de difundir a cultura de uma nação.

No contexto da difusão cultural, e para trazer o usuário para o ambiente da unidade de informação, muitas bibliotecas passaram a realizar o que se convencionou chamar de ação cultural. Especificamente em relação à cultura, as ações recomendadas pela Fundação Biblioteca Nacional são as seguintes: “Conferências, debates, exposições (locais, itinerantes de outras entidades, retratando a herança cultural da comunidade), feiras culturais, maratonas culturais, mesas redondas, varal cultural.” (FUNDAÇÃO..., 2000, p. 101).

Todas essas atividades (e muitas outras) podem ser utilizadas para a divulgação do cânone literário, porém é necessário que o bibliotecário saiba como executá-las de forma a chamar a atenção do usuário e engajá-lo na leitura e nas discussões das obras.

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi exploratória e qualitativa, em que se buscou, por meio de um estudo de caso, diagnosticar o tratamento dado aos clássicos pelas bibliotecas públicas de Porto

Alegre e traçar um paralelo entre as ações dessas bibliotecas e o ponto de vista pessoal do bibliotecário a respeito das grandes obras literárias.

Os métodos de coletas de dados foram dois: entrevista e observação. O roteiro para a entrevista continha questões relativas aos seguintes tópicos: existência ou não de atividades desenvolvidas pela biblioteca em relação aos clássicos; o porquê de serem ou não serem realizadas essas atividades; em caso de resposta positiva, qual a frequência de realização dessas ações e qual o retorno do público percebido pela biblioteca (se há instrumentos para registrar as opiniões dos usuários, qual a média das opiniões, etc.). Também se indagou, conforme dissemos anteriormente, a relação do responsável pelas bibliotecas com os textos clássicos.

A técnica de observação foi utilizada para complementar as informações recolhidas nas entrevistas, verificando como se dá a divulgação do cânone no espaço físico e no ambiente virtual das bibliotecas. A observação do espaço físico foi feita no dia das entrevistas. Quanto ao espaço virtual, durante o período de um mês verificou-se diariamente a existência de qualquer menção aos clássicos nos perfis das redes sociais e também no *site* oficial e blogs das instituições, por meio de um roteiro para a observação.

4 O QUE FOI OBSERVADO APÓS ANÁLISE DOS DADOS

Com base nos dados coletados, podemos afirmar que o tratamento dispensado aos clássicos pelas bibliotecas públicas de Porto Alegre é muito limitado. Abaixo, resumimos a situação dessas unidades de informação. Assim, temos o seguinte quadro:

- Apenas quatro das oito bibliotecas realizam algum tipo de ação cultural que envolva o cânone; muitas dessas atividades não são dedicadas exclusivamente aos grandes textos, incluindo também outros tipos de literatura;

- Uma dessas quatro unidades de informação é especializada em literatura; porém, só efetua ações culturais se forem propostas externas;

- Os clássicos recebem o tratamento que lhes é dispensado principalmente devido à falta de investimento do Governo do Estado do Rio Grande, pois sete das oito bibliotecas são mantidas pela administração estadual. Essa negligência leva à falta de recursos humanos necessários para a realização de atividades culturais; à ausência de espaço físico adequado para abrigar eventos; e à inexistência de recursos financeiros para arcar com as despesas necessárias à realização de ações;

- O investimento quase nulo em cultura por parte do Governo Estadual se reflete não só no baixíssimo número de funcionários atuando na maioria das bibliotecas, mas também na falta de qualificação desses profissionais para exercerem as funções as quais foram designados. Apenas metade das bibliotecas analisadas possuíam bibliotecários;

- Embora os cursos superiores de Biblioteconomia venham não dando a devida importância aos aspectos culturais da profissão, as graduações ainda fornecem um padrão mínimo de atuação profissional – que, no caso das bibliotecas públicas, inclui a necessidade de se realizar ações culturais para divulgar a literatura. Não é surpresa, portanto, que justamente as bibliotecas que possuíam bibliotecários foram aquelas que realizaram atividades que envolviam os clássicos;

- O tratamento dispensado aos clássicos é limitado também devido à pouca divulgação dos clássicos nos ambientes

virtuais e nos espaços físicos das bibliotecas. Ambos são pouco aproveitados pelas unidades de informação, sendo utilizados basicamente para a divulgação de ações culturais – as quais podem ou não envolver o cânone;

- A falta de atitude dos gestores é visível ainda na falta de iniciativas para a realização de ações culturais. Mesmo com a falta de recursos provenientes do Governo Estadual, poderiam ser propostas ações alternativas para a falta de verbas. Para minimizar a situação crítica encontrada nas bibliotecas públicas, os gestores poderiam informá-la aos palestrantes, alertando-os da impossibilidade de pagamento de cachês para palestras e mediações de leitura. Tal atitude poderia sensibilizar escritores, jornalistas e professores para realizarem gratuitamente alguma ação cultural nas unidades de informação;

- A falta de iniciativa decorre também da falta de leitura e do conhecimento do potencial dos clássicos. O relacionamento dos responsáveis pelas bibliotecas com o cânone é distante; muitos não têm o hábito de ler essas obras, principalmente as mais antigas, preferindo a literatura mais comercial, os best-sellers;

Como não leem as grandes obras, e parecem desconhecer a teoria da literatura, é natural que suas definições do cânone fossem limitadas, não contemplando vários conceitos trabalhados em nosso referencial teórico. O mínimo esperado seria que os cursos de Biblioteconomia e o Estado suprissem as lacunas de conhecimento sobre literatura que os gestores das bibliotecas públicas, em sua maioria, demonstraram possuir. Contudo, os profissionais devem buscar por si mesmos cursos, palestras, seminários, bibliografias, dentre outros, que possam ajudá-los a suprir essa lacuna. Mais importante do que isso,

porém, é ter a iniciativa de ler o maior número possível de clássicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante lembrar que, conforme já mencionamos neste trabalho, as bibliotecas públicas, aliadas às escolas públicas, são, em muitos casos, fontes indispensáveis para que a população tenha acesso ao lazer, à cultura, à educação e à informação de forma gratuita. Se os clássicos morrem nas prateleiras, se não são alvo de uma divulgação específica nessas unidades de informação, é muito provável que a maioria das pessoas não venha a conhecê-los e a desfrutar de todo o prazer e instrução que podem proporcionar. Dessa forma, tais instituições acabam por não cumprir totalmente o seu papel, pois deixam de lado um patrimônio cultural inestimável, o qual pode ser de grande auxílio para que cumpram sua missão junto ao público.

A presente pesquisa não só forneceu um diagnóstico da situação atual de divulgação dos clássicos nas bibliotecas públicas de Porto Alegre, mas também, com seu referencial teórico, definiu e defendeu a utilidade do cânone e a sua relação com esse tipo de biblioteca. Esperamos que esse esforço possa ser uma contribuição para aqueles que demonstraram desconhecer a teoria da literatura, os clássicos, e, no entanto, são responsáveis por divulgá-los: os responsáveis pelas unidades de informação.

Esperamos ainda que os pesquisadores da Ciência da Informação voltem sua atenção para os temas que desenvolvemos neste trabalho e que são alvo de um número pequeno de estudos (Bibliotecas públicas, ação cultural, clássicos da literatura e sua relação com esse tipo de unidade de

informação), principalmente se levarmos em conta a sua importância para a Biblioteconomia.

Com um maior número de artigos, teses e grupos de discussão sobre esses temas, é provável que os bibliotecários, principalmente as gerações futuras, percebam a importância do debate que propomos, e possam ter uma postura mais ativa nas bibliotecas públicas, inclusive questionando as estruturas precárias que possuem e as atividades que poderiam ser desenvolvidas e não são.

Somado a isso, há ainda a pressão que todos, e não somente os órgãos relacionados à Biblioteconomia, devem fazer sobre o Governo do Estado para que contrate mais profissionais qualificados e forneça mais recursos para que as bibliotecas públicas possam se encontrar em uma situação bem menos precária.

REFERÊNCIAS

ADLER, Mortimer; VAN DOREN, Charles. *Como ler livros: o guia clássico do leitor inteligente*. São Paulo: É Realizações, 2011.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas*. Londrina: UEL, 1997

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

BLOOM, Harold. *Como e por que ler*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BLOOM, Harold. *Gênio: os 100 autores mais criativos da história*

da literatura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos?* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Literatura ocidental: autores e obras fundamentais*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

ECO, Umberto. *Sobre a literatura*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Biblioteca pública: princípios e diretrizes*. Rio de Janeiro, 2000.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS; UNESCO. *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas*. 1994.

MACHADO, Ana Maria. *Como e por que ler os clássicos universais desde cedo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

SAINTE-BEUVE, Charles Augustin. *What is a classic?* 2001.
Disponível em: <http://www.bartleby.com/32/202.html>. Acesso em: 11 mar. 2015.

SCHWARTZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

STUMPF, Ida Regina Chittó. Estudo de comunidades visando à criação de bibliotecas. *Revista de Biblioteconomia e Comunicação*, Porto Alegre, v. 3, p. 17-24, jan./dez. 1988.

SUAIDEN, Emir. *Biblioteca pública e informação à comunidade*. São Paulo: Global, 1995.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

VIEIRA, Ronaldo. *Introdução à teoria geral da biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

CAPÍTULO 12

DOCUMENTOS PÚBLICOS E SEUS APORTES PARA A BOA GOVERNANÇA MUNICIPAL: UM RECORTE A PARTIR DE MUNICÍPIOS DA PARAÍBA

Lilian de Mendonça Pereira

Julianne Teixeira e Silva

1 INTRODUÇÃO

A informação é um bem intangível de alto valor agregado que ocupa uma posição essencial nas transações sociais e comerciais na sociedade atual, devendo seu gerenciamento ser realizado de forma racional. De acordo com Pereira (2019), da mesma forma que potencializa uma instituição ao sucesso, também tende antecipar o fracasso quando ignorada ou usada indevidamente.

No setor público, os gestores têm a informação como aliada para a realização das suas atividades, sendo o documento público a fonte primária de informação, seja ele digital ou não-digital, pois é sempre dotado de valor probatório e organicidade.

A presente pesquisa descritiva quali-quantitativa, fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso, voltou sua atenção para os municípios do estado da Paraíba tendo como foco seus documentos públicos, bem como a percepção dos seus gestores quanto à importância dos mesmos como item de apoio às práticas de boa governança por eles realizadas.

Documentos no âmbito do serviço público, segundo Pereira (2019), ocupam um papel fundamental nos processos de tomadas de decisões, prestação de contas, auditorias, bem como na formulação de políticas públicas, que atenderá as reais necessidades dos cidadãos, garantindo direitos e, conseqüentemente, na realização da transparência e boa governança do ente federativo ou demais órgãos públicos a que pertençam.

2 ENTENDENDO A GOVERNANÇA PÚBLICA

A busca por melhorias na administração pública não é uma atividade recente no cenário sociopolítico brasileiro. Ao longo das últimas décadas, vários programas a fim de reduzir as disfunções provocadas pelos modelos de administração paternalista e burocrático adotados foram executados.

Desses destacam-se a Reforma Gerencial de 1995 ou Reforma da Nova Gestão Pública sob o comando de Bresser Pereira, onde suas ações foram pautadas nos princípios da New Public Management (NPM) (DASSO JÚNIOR, 2014). E o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), criado em 2005 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (MARTINS, 2018), que traz entre seus objetivos a busca pela promoção da governança, aumentando assim a sua capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas implantadas (BRASIL, 2005).

As mudanças não foram percebidas apenas na administração pública, o modo de agir do cidadão também passou por transformações importantes. Primeiro com a promulgação da Constituição Federal de 1988, depois com a

globalização que traz consigo a era da informação e do conhecimento, onde o cidadão sai de um estado de passividade, aceitando decisões governamentais sem questionamento, para uma condição mais ativa que fiscaliza e cobra ações públicas pautadas em quesitos éticos, morais, transparentes e legais.

É nessa nova realidade, com um alto nível de desconfiança e insatisfação com as instituições pública e sua administração que o conceito de governança começa a ganhar força e corpo, atuando como um mecanismo de promoção de críticas ao modelo gerencial de se governar ora posto em prática (FILGUEIRAS, 2018).

Para Ruas (1997) a governança restringe-se às rotinas de gerenciamento despolitizado, compreendendo os aspectos financeiros e administrativos como duas capacidades importantes para o seu desenvolvimento. Compartilha desse mesmo entendimento Bresser Pereira em 1995, onde para ele a governança é entendida como “a capacidade financeira e administrativa em sentido amplo de uma organização de implementar suas políticas” (BRESSER PEREIRA, 1997, p.44), e ela virá a existir se o governo tiver capacidade de converter suas decisões em realidade.

De acordo com Peci, Pieranti e Rodrigues (2008), a governança é democrática, pluralista e baseia-se na cooperação entre os atores para que a máquina pública trabalhe a favor do cidadão e não contra ele. Como também, um meio qualificado das relações que o Estado desenvolve com o setor privado e terceiro setor, onde esses, construirão uma rede de governança que vê o Estado como um ente catalisador.

Já Araújo (2010) diferencia-se dos autores acima por considerar explicitamente em sua definição questões referentes

à eficiência, eficácia e transparência, que são importantes para uma sociedade que cada dia roga por um Estado eficiente e democrático.

Percebe-se uma clara evolução do conceito de governança, que por sua vez acompanhou as mudanças político, econômica e administrativa pelo qual o país foi acometido ao longo dos anos, desde a década de 1990.

Segundo Moura (2018), administrador membro do Conselho Federal de Administração (CFA) não existe um único modelo de governança pública, o que há é um conjunto de fatores de boas práticas que quando bem desenvolvidas tem potencial para a promoção de resultados positivos para a sociedade.

Segundo Peters (2013), a governança possui quatro funções básicas: o Estabelecimento de metas; Coordenação e Coerência; Implementação das ações planejadas; e Responsabilização e Avaliação. O que se alinha com o posicionamento de Araújo (2010), onde para a mesma a governança deve ser observada nas fases de planejamento, implementação, controle e avaliação do ciclo de gestão de um ente governamental. Bem como a importância do uso de mecanismo de *accountability* na gestão, pois o nível de governança democrática depende diretamente da quantidade de instrumentos dessa categoria em uso pela sociedade, como também “da natureza e abrangência do controle público sobre a ação governamental” (ARAÚJO, 2010, p. 20).

Observa-se que a existência da governança não depende apenas de políticas públicas muito bem planejadas e implantadas mas depende também do fator colaborador que é requisito para

se alcançar um estado de eficiência promovido pela governança pública, pois essa envolve

[...] múltiplos atores, representados pela sociedade, governo e instituições [...], os quais, de modo interligado, promovem condutas visando ao atingimento dos interesses coletivos (BULIGON, 2012, p. 134).

Logo, o que existe de fato é um conjunto de mecanismo de gestão com grande potencial de promoção da governança pública, dependente por sua vez da capacidade do gestor público de capitaneá-la para este fim. Capacidade essa de suma importância na estância municipal, visto que são esses os entes federativos de maior proximidade com os cidadãos, sofrendo assim pressões mais ferrenhas no que se refere à exigência de serviços públicos eficientes e de qualidade.

3 DOCUMENTOS PÚBLICOS

Como constatado acima a transparência, o planejamento, a estratégia, a *accountability* e a direção são mecanismos de gestão utilizados para se radicar a governança pública, que por sua vez, possui a informação como elemento básico e essencial para as suas elaborações e desenvolvimentos. Destarte, nunca é demais afirmar que, essa matéria prima primordial para a gestão pública encontra-se especificamente registrada nos documentos.

Conforme Machado e Camargo (2000, p.7), os arquivos públicos são formados por

[...] conjunto de documentos acumulados em decorrência das funções executivas, legislativas e judiciárias do poder público no âmbito federal, estadual e municipal, bem como o conjunto de

documentos de entidades de direito privado encarregadas de serviços públicos (MACHADO; CAMARGO, 2000, p.7).

Sendo assim a maior fonte de informação que os gestores públicos possuem ao seu alcance são os documentos. Por isso, cuidar dos arquivos e, principalmente, da gestão dos seus acervos documentais, deve ser compreendido como um dever cívico, ético e moral para com todos os cidadãos, em decorrência do papel que ocupam para a materialização de uma gestão eficiente dos bens públicos e não apenas como mais uma ordem legal a ser cumprida.

No que se refere aos documentos públicos de arquivo, esses, segundo o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), são conceituados como

[...] todos os documentos, em qualquer suporte ou formato, produzidos e/ou recebidos por um órgão governamental na condução de suas atividades. São também documentos públicos aqueles produzidos e/ou recebidos por instituições de caráter público e por entidades privadas responsáveis pela execução de serviços públicos (CONARQ, 2014. p. 145).

Conceito esse, alinhado com o definido pela Lei de Arquivos em seu capítulo II, art. 7 e no seu § 1º. E com o que defende Camargo e Bellotto (1996 apud DI MAMBRO, 2013, p. 11), onde para esses autores o documento público é “produzido, recebido e acumulado pelos órgãos públicos no exercício de sua atividade”.

Desta forma, fazer uso deles e proporcionar o acesso aos mesmos por parte do governo municipal é necessário para

[...] comprovar direitos, orientar e agilizar a tomada de decisões, prestar serviços públicos adequados,

planejar e controlar suas atividades, evitando a duplicação de esforços e a repetição de ações já realizadas sem êxito (CONARQ, 2014, p. 21).

Nota-se que são nos documentos públicos que os gestores devem buscar suporte para que suas tomadas de decisões sejam seguras e transparentes, no que tange à promoção de um atendimento de qualidade e eficiente de acordo com as reais necessidades dos cidadãos.

4 DOCUMENTOS PÚBLICOS E A GOVERNANÇA NOS MUNICÍPIOS PARAÍBANOS

No que se refere ao quesito governança pública municipal foi escolhido, como critério, o uso do índice IGM – CFA como parâmetro de observância do nível da governança municipal alcançado pelo município. Entre os motivos que levaram a essa escolha, a principal repousa no fato de que na sua composição consideram-se fatores pertencentes às dimensões das Finanças, Desempenho e Gestão, atuantes diretamente na formação da governança (PEREIRA, 2019). Tendo como recorte temporal os anos de 2016, 2017 e 2018, visto que a análise foi realizada em 2019 e ainda não se tinha os dados referentes a ele.

O campo amostral, este foi composto pelos 223 municípios paraibanos que, por sua vez, foram alocados em grupos, segundo critérios de número populacional e PIB per capita, o que permitiu uma comparação mais justa entre os entes em relação ao IGM-CFA.

No que tange ao quesito da percepção da importância dos documentos públicos, os dados foram obtidos junto as próprias prefeituras por meio da aplicação de um questionário eletrônico

enviado pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic). Esta fase foi realizada em cooperação com o grupo de extensão universitária da UFPB denominado “Ações emergenciais em acervos documentais públicos e privados em Municípios da Paraíba”, que a autora também faz parte.

O envio da solicitação de resposta do questionário ocorreu entre 23 de agosto a 02 de setembro de 2019. Passados 30 dias dos primeiros que foram enviados, mesmo que ainda tivesse tempo de resposta para as solicitações feitas após o dia 25 de agosto de 2019, das 223 solicitações apenas 50 prefeituras responderam dentro do prazo legal para o acesso a informação que está estabelecida pela Lei 12.527/2017 em seu art. 11 e § 1º e 2º, o que influenciou na análise do ponto sobre construção da governança municipal, visto que a transparência é elemento que o compõem.

Após a análise das informações coletadas pelos questionários, foi possível observar que os entes federativos investigados estão em certo grau de igualdade no que diz respeito à gestão documental que praticam e com o entendimento de que os documentos e seu uso são parte importante na concretização das suas ações, mesmo algumas cidades relatando que não o fazem com regularidade.

Um ponto que merece destaque, e que é bem preocupante, é a ausência do arquivista lotados nos órgãos públicos municipais, pois como informa Pereira (2019) é ele o profissional capacitado para promover uma correta gestão dos documentos com técnicas e conhecimentos arquivísticos adequados, proporcionando a garantia da recuperação e acesso da informação para todos que a solicitam, devendo assim ser visto como um agente ativo intermediador do gestor público com as

informações que o auxiliará nos processos de tomada de decisão, prestação de contas e outros serviços públicos que venha a ofertar aos cidadãos.

Verificando as análises do índice IGM-CFA foi possível observar que os 50 municípios paraibanos participantes da pesquisa em sua maioria apresentam um desempenho ruim de sua governança municipal, pois além de estarem distantes do nível ideal, também apresentaram quedas no seu índice no período de tempo analisado, tal fato revela que estes municípios não estão conseguindo prover ou manter os bons resultados que vinham obtendo em suas políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por propósito entender a percepção dos gestores municipais paraibanos a respeito do papel do documento como elemento de construção para a governança pública sob sua responsabilidade. Os dados permitiram várias análises e foram auferidos a partir da aplicação de um questionário eletrônico junto aos entes federativos municipais paraibanos e do banco de dados referente ao Índice de Governança Municipal (IGM-CFA), organizado e mantido pelo Conselho Federal de Administração.

A revisão bibliográfica aqui apresentada permitiu definir a governança pública como um novo modelo de gestão, construído basilamente por valores democráticos, sendo representado por um conjunto de mecanismos institucionais que prezam pela eficiência e transparência na sua execução. E os documentos públicos municipais como os produzidos e ou recebidos pela

prefeitura, câmara de vereadores e outros órgãos atuante em nome desta.

Os dados analisados revelaram que os gestores dos municípios participantes possuem sim, percepção de que os documentos públicos são uma parte importante na construção das políticas públicas de gestão fiscal, administrativa, estratégica e transparência. Dispositivos que atuam diretamente na construção da governança pública municipal. Contudo essa percepção não está se revelando nos índices de governança municipal que estão alcançando, visto que estes vem apresentando queda, fato que deve ser analisado com atenção pelos gestores, de modo que a situação seja revertida e assim atuar na direção de políticas públicas eficientes para o cidadão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Andréa Naritza Silva Marquim de. Articulação entre o conceito de governança e as funções de planejamento e controle na gestão de políticas públicas. *Anais...* III Congresso Consad de Gestão Pública. Mar/2010, Brasília – DF.

BRASIL. *Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005*. Institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Brasília, 2015.

BRASIL. *Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *1934 - A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v.1).

BULIGON, Diego. *O Controle interno na administração pública como instrumento de governança e governabilidade na gestão dos Municípios paranaenses*. 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica do Paraná. Curitiba: UTFPR, 2012. 245f.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). *Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

DASSO JÚNIOR, Aragon Érico. *Nova gestão pública (NGP): a teoria de administração pública do estado ultraliberal*. 2014.

DI MAMBRO, Galba Ribeiro. *Glossário Básico de Arquivologia*. Juiz de Fora, 2013.

FILGUEIRAS, Fernando de Barros. Indo além do gerencial: a agenda da governança democrática e a mudança silenciada no Brasil. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, jan./fev. 2018

MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Como implantar arquivos públicos municipais*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. 88 p.- (Projeto como fazer; v. 3).

MARTINS, Manoel Henrique. Fim do Gespública: Temer revogou. *Gestão Pública*, 06 de janeiro de 2018.

MOURA, Rodrigo. *Índice CFA de Governança Municipal*. Palestra, Nova Friburgo – RJ, 29 de julho 2019 (1:17:27).

PECI, Alketa; PIERANTI, Octavio Penna; RODRIGUES, Silvia. Governança e new public management: convergências e contradições no contexto brasileiro. *Organ. Soc.*, Salvador, v.15, n. 46, p. 39-55, setembro de 2008 .

PEREIRA, Lilian de Mendonça. *Documentos públicos e seus aportes para a boa governança municipal: um recorte a partir de municípios da paraíba*. 2019. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal da Paraíba, 2019. 75f.

PETERS, Brainard Guy. O que é governança? *Revista do TCU*, nº 127, 2013.

RUAS, Maria das Graças. (2014). Desafios da administração pública brasileira: governança, autonomia, neutralidade. *Revista Do Serviço Público*, v.48, n.3, p.133-152.

CAPÍTULO 13

AS RELAÇÕES ENTRE A MEMÓRIA ORGANIZACIONAL E A GESTÃO DO CONHECIMENTO NA PERSPECTIVA DOS ARQUIVOS: UM RELATO DE PESQUISA

Rayan Aramís de Brito Feitoza

Emeide Nóbrega Duarte

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta resultados de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado no âmbito do curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), colocando em evidência a memória organizacional relacionada à gestão do conhecimento no contexto dos arquivos, evidenciando as contribuições que os documentos apresentam nessa interface e/ou integração entre a gestão e a memória a partir de um tipo de unidade de informação arquivística.

A memória organizacional funciona como uma ferramenta de processos de informações que coopera com a criação e com o compartilhamento de conhecimentos para funcionários, trabalhadores ou colaboradores de uma instituição pública ou privada. Em síntese, essa memória permite gerenciar o processo da construção do conhecimento das organizações, para que ocorra o compartilhamento das tarefas de trabalho, das habilidades profissionais e das experiências para criar e gerar novos conhecimentos no ambiente organizacional.

A gestão do conhecimento é constituída pelo encadeamento do ambiente e dos setores de uma organização como a sua cultura organizacional, sua estrutura, as suas tecnologias disponíveis, e os seus documentos que são produzidos no cotidiano das práticas organizacionais. A pesquisa focou nesse último, ao analisar a documentação existente em um determinado arquivo de uma instituição. Portanto, existem determinados documentos que são criados, adquiridos e acumulados pelas empresas, no exercício de suas funções, potencializando as ações comprobatórias, o processo decisório e a construção da memória da organização.

Esse conjunto de documentos forma o arquivo, que serve como instrumento muito importante na construção da memória organizacional e no gerenciamento do conhecimento, pois o seu acervo de documentos é um elemento que contribui com a criação e construção do conhecimento para os processos de tomada de decisão.

Levando em consideração o exposto, a pesquisa buscou responder as seguintes indagações: De que maneira o arquivo se insere na interface entre a memória organizacional e a gestão do conhecimento do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do estado da Paraíba - Sebrae/PB? Qual o papel desse arquivo enquanto fonte de memória organizacional e agente da criação do conhecimento nos processos de tomada de decisão da instituição? Para tanto, o objetivo geral deste trabalho foi conhecer a interface da Memória Organizacional com a Gestão do Conhecimento por meio do arquivo do Sebrae/PB.

Nesse sentido, temos como campo deste estudo, o arquivo do Sebrae/PB, escolha justificada pela familiaridade com o arquivo da instituição, em seus aspectos práticos e teóricos a

partir da oportunidade de estagiar na supracitada instituição durante dois anos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA

Os arquivos têm sua importância para qualquer empresa, órgãos governamentais ou instituições. Vários são os seus processos, e um deles é o arquivamento de documentos onde podemos encontrar variados gêneros documentais, como: registros, figuras, filmes, cada um com seu grau de importância à instituição.

As atividades clássicas da Administração – prever, organizar, comandar, coordenar e controlar – não se efetuam sem documentos. Quanto mais informados os administradores / dirigentes estiverem sobre um assunto, melhor e mais completamente poderão decidir sobre ele (BELLOTO, 2006). Nesse contexto, Paes (2006, p. 20) ressalta que “a principal finalidade dos arquivos é servir à administração, constituindo-se, com o decorrer do tempo, em base do conhecimento da história”. Assim, os arquivos funcionam como armazenador de informações e conhecimentos que devem ser gerenciados para propiciar contribuições no processo decisório, por meio das pessoas, na execução das atividades diárias.

Quanto aos documentos e suas funções no âmbito dos arquivos, Nascimento e Valentim (2012) afirmam que a analogia entre a Tipologia Documental e o processo de tomada de decisão é uma realidade, admitindo que as decisões sejam tomadas de forma consciente, resultando em maior assertividade e menor risco organizacional. No entanto, existe diferença entre o conceito de documento e documento de arquivo. O primeiro é

aquele produzido e/ou recebido por uma pessoa física no decorrer de sua existência, o outro seria aquele produzido por uma instituição privada ou pública no decorrer de suas atividades, constituindo-se um elemento com funções de prova e informação (BELLOTTO, 2006).

No que se refere à memória e a memória organizacional, Molina e Valentim (2011) explicam que com a ausência da memória desapareceriam a noção de sociedade, as identidades individuais e coletivas, a possibilidade da construção do conhecimento, afirmando assim, que a memória faz parte da construção de uma determinada sociedade. Essas autoras afirmam ainda que a Memória Organizacional é considerada como uma base de conhecimento em que se registram os conteúdos gerados por um determinado ambiente e que esses conteúdos estão presentes nos documentos, que por sua vez, podem ser divididos em tipologias documentais.

Toda instituição, assim formada pelas pessoas, processos, documentos, cultura e conhecimentos agregados, geram diariamente um conjunto de experiências que podem contribuir significativamente com a formação de sua memória, podendo aqui ser chamada de memória organizacional. Com vistas a gerenciar seus recursos intelectuais, as empresas tendem a buscar fortalecer a sua memória organizacional, que nesse contexto, serve como ferramenta para subsidiar o processo de construção do conhecimento e tomar decisões. Assim, os documentos de um arquivo podem ser considerados como parte dessa ferramenta, pois com base na definição de Walsh e Ungson (1991), essa memória organizacional pode ser definida como as informações que estão armazenadas, com relação à história de

uma organização, e que podem ser utilizadas nos processos de tomada de decisão.

De acordo com Menezes (2006, p. 32) a memória organizacional é um arquivo com informações, conhecimentos e práticas que estão retidos pela organização durante sua história e “são utilizados para o suporte às suas atividades, seus processos decisórios e para a preservação de seu capital intelectual, potencializando a gestão do conhecimento.” A gestão de documentos no arquivo e a memória organizacional podem ser apresentadas como uma abrangência que permeia os conceitos da gestão do conhecimento, como bem ratifica Hoffman (2009) ao abordar os seguintes temas ligados à gestão do conhecimento: gestão estratégica da informação, cultura organizacional, memória organizacional, comunidades de prática, aprendizagem organizacional, compartilhamento do conhecimento, gestão de documentos, capital intelectual, criatividade e inovação.

Davenport e Prusak (1998) conceituam a gestão do conhecimento como um processo sistemático para identificar, criar, renovar e aplicar os conhecimentos estratégicos no âmbito de uma organização. Em sua pesquisa de tese, Duarte (2003) considerou que a gestão do conhecimento consiste na integração de processos simultâneos desde a criação ao uso pleno do conhecimento, que são viabilizados pela cultura de aprendizado e de compartilhamento nas organizações.

Tenório e Valentim (2016) afirmam que a gestão do conhecimento também estuda o comportamento das pessoas em relação à informação e ao conhecimento, nos ambientes em que são implantados processos de comunicação, fluxos de informação e de conhecimento, bem como Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nas chamadas organizações do conhecimento.

De acordo com o modelo de Choo (2003) é considerada organização do conhecimento aquela que for capaz de integrar os processos de criação de significado, construção do conhecimento e tomada de decisões. A primeira é o momento em que são interpretadas todas as mensagens e informações do ambiente, de forma a definir quais são suas relevâncias para que sejam compartilhadas; a próxima etapa de construção do conhecimento é onde se convertem as mensagens / informações no próprio conhecimento; e a última corresponde ao processo decisório, onde se avaliam as vantagens e desvantagens que servem de base para as ações a serem implementadas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimentos metodológicos, além de ser uma pesquisa de campo, a pesquisa foi caracterizada, do ponto de vista do objetivo, como exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa (descrevendo os fenômenos sociais, as estruturas subjetivas, e os comportamentos humanos) e quantitativa (por utilizar padrões numéricos simples, como a porcentagem).

A pesquisa foi desenvolvida no arquivo central do Sebrae/PB situada na cidade de João Pessoa/PB, onde se concentra toda a informação e conhecimento registrados nos documentos das Unidades, Agências Regionais e Setores que compõem a estrutura organizacional, a saber: Acervo Histórico (**AH**); Conselho Deliberativo Estadual (**CDE**); Diretoria Executiva (**DIREX**); Unidade de Assessoria Jurídica (**UAJ**); Unidade de Auditoria Interna (**UAUD**); Unidade de Desenvolvimento Setorial (**UDS**); Unidade de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (**UDTP**); Unidade de Educação Empreendedora e

Empresarial (**UEE**); Unidade de Administração e Logística (**UGAL**); Unidade de Gestão, Finanças, Contratos e Convênios (**UGF**); Unidade de Gestão de Pessoas (**UGP**); Unidade de Gestão de Tecnologia, da Informação e Comunicação (**UTIC**); Unidade de Gestão Estratégica e Monitoramento (**UGEM**); Unidade de Gestão, Inovação e Competitividade Empresarial (**UGIC**) e Unidade de Marketing, Comunicação e Gestão do Conhecimento (**UMCC**).

Para a coleta dos dados, foi escolhida a técnica de observação participante com anotações em diário de campo. Por ocasião das observações *in loco*, considerando que o pesquisador / observador estagiava na instituição, os sujeitos de pesquisa perceberam que estavam sendo observados e espontaneamente fizeram comentários sobre as funções dos documentos e o atendimento recebido, os quais foram considerados nos resultados.

A operacionalização da pesquisa se deu em cinco meses e nesse período aconteceram 20 (vinte) empréstimos de documentos com o objetivo de elucidar medidas para o processo decisório no decorrer das atividades da instituição, sendo também, 20 sujeitos contemplados no estudo. Inicialmente foi realizada a revisão teórica com os temas bases, como: arquivo, memória organizacional e gestão do conhecimento. A análise de dados foi realizada por meio do cruzamento da literatura com os dados expostos nas variáveis definidas, postas nos resultados, conforme o objetivo, como: caracterização de documentos do arquivo que eram utilizados e as contribuições do arquivo.

4 PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA

Apresentamos os resultados obtidos em relação à caracterização dos documentos utilizados no período da pesquisa e as considerações sobre o comportamento dos usuários internos à organização (sujeitos / usuários) ao buscarem as informações contidas nos documentos.

4.1 Documentos utilizados no arquivo: caracterização

A utilização da informação deve gerar mudanças no estado de conhecimento ou na capacidade de agir de cada gestor (CHOO, 2003), e para usar as informações foi constatado que durante o período de observação no Arquivo do Sebrae/PB, as pessoas consultam os documentos com frequência, de acordo com as demandas das unidades da instituição.

As unidades que compõem a administração do Sebrae/PB recorrem ao arquivo frequentemente. Em um total de 20 documentos, por porcentagem (%), as unidades que mais solicitaram documentos no período da pesquisa ficando por ordem decrescente, foram: (UGF) aparece com 30% das demandas dos documentos; em seguida, a (UGP) com 25%; os 15% das demandas, ficaram por conta da (UAUD); a (UGAL) com 10% e por fim, aparecendo com 5% das demandas aparecem a (UAJ), (UEE), (UGIC) e o (CDE).

Podemos considerar que para se tomar uma decisão no âmbito das atividades do Sebrae/PB, os documentos são solicitados pelos funcionários do corpo da instituição. Assim, a busca por documento com vistas a adquirir conhecimento útil para a organização, nos faz concordar com Tenório e Valentim (2016) quando afirmam a precisão de selecionar informações que possam de fato propiciar um diferencial para a organização,

gerando assim conhecimento útil de modo a subsidiar os sujeitos organizacionais para a tomada de decisão.

Com base nos dados da pesquisa, procuramos identificar a espécie e tipologia de cada documento. As espécies dos documentos encontradas no arquivo são identificadas como: Notas fiscais; Resoluções; Listas; Contratos; Recibos; Duplicatas; Vales; Processos e Fotografia. Observamos que as resoluções, as fotografias e, dependendo da tipologia documental, os processos fazem parte do contexto do acervo histórico da instituição. Já as notas fiscais, listas, contratos, duplicatas, vales e os processos, dependendo de sua funcionalidade, são espécies documentais de caráter administrativo. Quanto às tipologias dos documentos emprestados, são os tipos que se dão a cada espécie dos documentos que abona a finalidade para o processo de tomada de decisão. Conforme o estudo de Nascimento e Valentim (2012) existe relações entre os tipos ou tipologias documentais e o processo decisório, permitindo que as decisões sejam tomadas com responsabilidade, resultando em menor risco organizacional e maior assertividade.

Dentre os 20 documentos solicitados, observamos que a espécie Nota Fiscal foi a mais procurada com 27%; em segundo, os Contratos aparecem com 18%; as Listas, Processos e Duplicatas com 9% e a Certidão, Resolução, Recibo, Registros, Vales e Fotos com 5%. Essas espécies e as tipologias constituem a memória organizacional que é considerada como uma base de conhecimento em que se registram os conteúdos gerados e que esses estão presentes nos documentos, que por sua vez, podem ser divididos em tipologias documentais (MOLINA; VALENTIM, 2015).

4.2 Contribuições do arquivo

Entre os desafios dos profissionais da informação está o conhecimento sobre as contribuições que o arquivo pode oferecer à instituição, na perspectiva de notar como o arquivo pode subsidiar o processo decisório para a formação da memória organizacional junto à gestão e criação do conhecimento. O estudo mostra as funcionalidades em que o documento se enquadra nesse contexto, como também o comportamento dos usuários que buscam as informações no arquivo com vistas a descobrir até que ponto os serviços do arquivo podem contribuir nas atividades do Sebrae/PB.

Os resultados da pesquisa quanto à funcionalidade dos documentos solicitados durante a coleta dos dados mostram, em sua maioria, que muitas questões se voltam como ato de comprovação, ou seja, de servir como documentos comprobatórios no processo de decisão. Seja para comprovar pagamentos, ou até mesmo para remeter alguma decisão com base no passado, como foi o caso de um dos sujeitos ao solicitar uma fotografia na qual retomaria a um evento passado, que foi registrado e que atualmente se faz presente no acervo da memória da instituição.

As considerações sobre o comportamento dos sujeitos (usuários) ajudaram a verificar até que ponto os seus serviços se inserem nas tomadas de decisão do Sebrae/PB. Essa observação corrobora com a visão de Tenório e Valentim (2016) que a gestão do conhecimento também estuda o comportamento das pessoas em relação à informação e ao conhecimento por meio dos fluxos informacionais.

De maneira geral, os dados sobre o comportamento dos sujeitos apresentam as consequências ocorridas após a solicitação, busca e empréstimo de documentos no arquivo, sendo possível observar a satisfação dos usuários, declarada de forma espontânea, quanto à recuperação da informação, o acesso rápido ao documento, a credibilidade e confiança depositada na equipe do arquivo e até mesmo sugestões. Além do mais, dão ênfase à importância do conhecimento das satisfações e/ou sugestões observadas nas ações e reações dos sujeitos, trazendo como enfoque as contribuições em que o arquivo se insere no processo de criação do conhecimento e tomadas de decisão na organização.

Por fim, o arquivo do Sebrae/PB está inserido nos processos de Memória Organizacional e Gestão do Conhecimento por meio de documentos de arquivo que colaboram significativamente com o processo decisório no âmbito organizacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações coletadas por meio do instrumento de pesquisa, e com base nas considerações apresentadas ao longo deste estudo, discutir a Memória Organizacional e a Gestão do Conhecimento a partir de um arquivo, nos remete ao quão relevante se faz as funções arquivísticas nas organizações. O papel do profissional da informação nesta área é bastante transformador, pois ele também serve como intermediário entre a memória que gera na organização e o processo de criação de conhecimento. Isso só pode acontecer, se o gestor estabelecer políticas de gestão da informação e do conhecimento.

Na esfera organizacional, foi percebido que nos documentos se registram as informações necessárias, sendo indispensável dizer que este é um importante meio que subsidia a memória organizacional justificada pela demanda de empréstimos de documentos ocorrida diariamente.

A partir das contribuições que o arquivo dá nesse processo, entendemos que a informação gera conhecimento no âmbito das organizações, pois percebemos que a função dos documentos resgatada no período da pesquisa denota que muitos dos colaboradores (sujeitos / usuários), buscam por informações para obter conhecimento, que por sua vez servirá como base para o processo decisório.

Identificar as satisfações e/ou sugestões dos usuários do arquivo do Sebrae/PB também foi importante para deslumbrarmos o quanto os seus serviços arquivísticos podem contribuir com a interface existente entre a memória organizacional e a gestão do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHOO, Chun Wei. *A organização do conhecimento: Como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Senac São Paulo, 2003. 425p.

DAVENPORT, Thomas H., PRUSAK, Laurence. *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual*. 2.ed., Rio de Janeiro: Campus, 1998. 237 p.

DUARTE, Emeide Nóbrega. *Análise da produção científica em gestão do conhecimento: estratégias metodológicas e estratégias organizacionais*. João Pessoa: 2003. 300f. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal da Paraíba, 2003.

HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado. *Gestão do conhecimento: desafios a aprender*. São Carlos: Compacta, 2009. 188p.

MENEZES, Edna M. *Estruturação da memória organizacional de uma instituição em iminência de evasão de especialistas: Um estudo de caso da CONAB*. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia) - Universidade Católica de Brasília, 2006.

MOLINA, Letícia Gorri; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Memória Organizacional, Memória Corporativa e Memória Institucional: discussões conceituais e terminológicas. *Revista EDICIC*, v.1, n.1, p.262-276, Ene./Mar. 2011. Disponível em: <http://www.edicic.org/revista/> Acesso em: 20 mar. 2021.

NASCIMENTO, Natália Marinho do; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. A relação entre os estudos de tipologia documental e o processo decisório. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. (Org.). *Estudos avançados em arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 291-308.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 6reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TENÓRIO, Luana Calcete Vaz; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. *Análise dos conceitos sobre Gestão do Conhecimento no âmbito da Ciência da Informação e Biblioteconomia*. IV SECIN – Seminário em Ciência da Informação: fenômenos emergentes na Ciência da Informação. Londrina, PR. 2016.

WALSH, James P.; UNGSON, Gerardo Rivera. Organizational Memory. *The Academy of Management Review*, v.16, n.1, p.51-91, 1991.

CAPÍTULO 14

CULTURA E COMUNICAÇÃO INFORMACIONAL COMO FATORES INFLUENCIADORES DA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO EM AMBIENTES EMPRESARIAIS

Cássia Dias Santos

Marta Lígia Pomim Valentim

1 INTRODUÇÃO

A rotina de qualquer organização depende essencialmente do uso de informação e conhecimento presentes nos seus diversos ambientes, isso exige uma gestão que ofereça condições e estimule a participação dos sujeitos organizacionais na apropriação, compartilhamento, uso, reuso e construção de novos conhecimentos.

A construção de conhecimento organizacional requer um ambiente em que os sujeitos organizacionais estejam dispostos a socializar o que sabem [conhecem], situação que nem sempre é alcançada naturalmente, mas sim por meio de intervenções sistematizadas e pelo engajamento da alta administração em dar condições para que isso possa ocorrer. Para tanto, é preciso identificar os fatores que influenciam os sujeitos organizacionais e suas relações com a informação e o conhecimento no ambiente de trabalho em que atuam.

Nessa perspectiva, ressalta-se que a cultura da organização é um fator significativo, uma vez que está vinculada

às condutas e comportamentos em relação à informação e ao conhecimento no contexto organizacional. Subjacente a isso existe um processo de comunicação perpassando os diversos setores da organização, constituindo-se fundamental para a disseminação dos princípios, valores e crenças presentes na cultura.

Este capítulo discorre sobre a influência da cultura e da comunicação informacional para a construção de conhecimento, bem como apresenta um modelo conceitual que evidencia o quanto a percepção sobre esses fatores é indispensável para a efetiva gestão do conhecimento.

2 CULTURA INFORMACIONAL

A cultura informacional é parte da cultura organizacional, sendo compreendida por meio dos comportamentos informacionais desenvolvidos pelos sujeitos organizacionais voltados aos dados, informações e conhecimentos.

Woida (2008, p.94) explica que a diferença entre a cultura organizacional e cultura informacional reside no fato de que, enquanto a primeira discute questões amplas, a segunda está diretamente relacionada às questões voltadas aos dados, à informação, ao conhecimento e às tecnologias de informação e comunicação, isto é, a cultura informacional é relacionada a um contexto organizacional que envolve as formas e o modo como os indivíduos lidam com dados, informação e conhecimento, bem como no que tange ao uso de ferramentas informacionais que apoiam os sujeitos organizacionais no desenvolvimento de atividade e tomada de decisão.

Para Davenport e Prusak (1998, p.110) a cultura informacional é entendida como “[...] o padrão de comportamentos e atitudes que expressam a orientação informacional de uma empresa”. Nesse sentido, a cultura informacional possui uma dimensão que reflete e afeta o modo e a forma como os sujeitos organizacionais mantêm suas relações com a informação e o conhecimento, implicando assim em uma característica positiva ou negativa.

Os resultados vivenciados nesse contexto são provocados pela crença dos gestores referente a como as coisas devem ser conduzidas nos aspectos informacionais, o que por consequência, dependendo do modo com que isso é direcionado na organização, a tendência é influir na percepção que os sujeitos organizacionais possuem sobre as condutas e atitudes em relação à informação e ao conhecimento no ambiente de trabalho.

Dessa maneira, a cultura informacional pode ser compreendida por seus vínculos aos contextos em que os indivíduos interpretam, acessam, apropriam, compartilham, usam, reusam e geram informação e conhecimento (CAVALCANTE; VALENTIM, 2010). Ela permeia os ambientes organizacionais exercendo influência no comportamento informacional dos indivíduos de modo a induzi-los a estarem alinhados aos valores e objetivos da organização.

Nesse contexto, Alves e Barbosa (2010, p.126) destacam a importância de as organizações desenvolverem uma cultura informacional favorável, objetivando: “[...] a) o surgimento e a manutenção de padrões de comportamentos perante a informação e seus fenômenos” e “b) a interação e as parcerias voltadas para os processos de criação, disseminação e uso dos conhecimentos coletivos”.

Os esforços que uma organização realiza, especialmente nas práticas comportamentais relacionadas aos dados, à informação e ao conhecimento exigem em um primeiro momento, uma reflexão crítica sobre as atitudes e condutas que indivíduos e grupos possuem em relação a esses ativos. Em um segundo momento, trabalhar por meio da cultura organizacional / informacional, cuja ênfase deve focar o desenvolvimento e a constituição de padrões comportamentais que sejam capazes de desencadear processos sócio interativos em relação aos processos informacionais no ambiente.

Verifica-se na literatura, de maneira recorrente, que as argumentações sobre cultura informacional partem da compreensão de que ela é um elemento essencial da organização para que o compartilhamento de dados, informações e conhecimentos seja reconhecido como uma prática organizacional relevante, assim como a sua influência para que a socialização ocorra entre os diversos setores, deixando para trás a ideia de que informação é poder. Contudo, também, é preciso considerar que a cultura informacional propulsiona as variáveis e os processos que propiciam à construção de novos conhecimentos, o qual é alcançado diariamente por meio dos sujeitos organizacionais que captam, processam, articulam, compartilham, usam e reusam dados, informação e conhecimento de maneira valorativa em um determinado contexto, visando obter resultados eficazes para a organização.

3 COMUNICAÇÃO INFORMACIONAL

Os sujeitos organizacionais se apoiam basicamente em dados, informações e conhecimentos, os quais perpassam caminhos que são definidos mediante processos comunicacionais

existentes, tanto formais quanto informais. Esse fator é responsável pelo acesso e a difusão de dados e informações, bem como viabiliza um ambiente interativo que possibilita a geração de conhecimento novo ou incremental, alimentando as estruturas organizacionais, promovendo aos sujeitos organizacionais uma condição de reconhecimento e assimilação desses elementos [dados e informações] para realizarem suas tarefas rotineiras e tomada de decisão, e ao mesmo tempo propicia um contexto de ressignificação e aprendizagem contínua.

Porém e Guaraldo (2012, p.7) afirmam que a comunicação organizacional assume o papel de “[...] criar espaços dialógicos e informacionais para que os conhecimentos sejam socializados, incorporados, apropriados e traduzidos em inovação”. Nesse mesmo sentido, considera-se que a comunicação informacional é elemento chave para o diálogo inerente às relações humanas, bem como aos fluxos informacionais apoiados nela (VALENTIM; ZWARETCH, 2006).

A própria necessidade de adaptação, integração e inovação das organizações sugere a existência de um processo comunicativo, cujo repertório esteja voltado à divulgação de princípios, valores, crenças e normas entre os sujeitos organizacionais, mais especificamente no que tange aos dados, informações e conhecimentos.

Conforme Valentim *et al.* (2005, p.254) definem, “A comunicação informacional é entendida como um processo contínuo que alimenta, reconhece, gera, usa e compartilha dados, informações e conhecimentos existentes no ambiente corporativo”.

Essa compreensão evidencia a importância de a comunicação ser pensada dentro de uma perspectiva cooperativa e dinâmica que influencia os ambientes organizacionais a criar e manter uma estrutura favorável para realizar processos de interação e retroalimentação constante com dados, informações e conhecimentos, incluindo, pessoas e tecnologias, o ambiente interno e externo, fluxos formais e informais, bem como a cultura organizacional.

Porém (2009) defende que as organizações necessitam, cada vez mais, se alinhar a um modelo de gestão que esteja baseado em comunicação, informação e conhecimento, uma vez que estes são fatores determinantes para alimentar o processo decisório e subsidiar os processos e atividades desempenhadas.

Corroborando com essa compreensão, Angeloni (2010, p.56-57) explica que para o êxito das organizações, estas devem se preocupar em constituir um sistema de comunicação “[...] eficaz, sinérgico e integrado que possibilite que as informações e conhecimentos circulem por todas as unidades da organização dando suporte ao desenvolvimento das atividades organizacionais e ao processo decisório”.

A comunicação informacional influi decisivamente nos fluxos de informação existentes, visto que ela difunde por meio da cultura valores que possibilitam aos sujeitos organizacionais identificar, apropriar e disseminar informações confiáveis, pertinentes e precisas para o coletivo da organização, tanto para que tal recurso perpassa entre as redes de interação, quanto para a aplicação e uso de tecnologias de informação e comunicação.

Porém e Guaraldo (2012) partem da compreensão de que os sujeitos organizacionais necessitam compartilhar dados e

informações que detém para promover um processo de geração de conhecimento, o qual é facilitado e efetivado mediante a cultura e a comunicação organizacional, por meio de um longo processo de troca, interação, interlocução de diálogos entre as pessoas, podendo ser mediadas ou não por tecnologias de informação e comunicação.

Diante disso, ressalta-se que a comunicação informacional está imbricada à cultura informacional, uma vez que é por meio desse processo que é possível influir positivamente nos comportamentos dos sujeitos organizacionais, no que se refere às atitudes adotadas em relação aos dados, à informação e ao conhecimento, considerados pertinentes para atender as metas e objetivos organizacionais.

Sendo assim, a valorização da informação e do conhecimento em processos contínuos de apropriação, geração, compartilhamento, uso e reuso em todo e qualquer ambiente organizacional, envolvem fundamentalmente uma comunicação organizacional / informacional, visto que esse fator é responsável por promover diretrizes que orientam as pessoas a obterem atitudes e condutas informacionais favoráveis em prol do desenvolvimento contínuo da organização.

4 GESTÃO DO CONHECIMENTO

A gestão do conhecimento é concebida a partir da percepção da organização sobre a necessidade de ações que intervenham no seu produto principal, o capital intelectual, desempenhando atividades sistemáticas que proporcionem as condições favoráveis para que o conhecimento gerado em seu

ambiente possa resultar em valor estratégico voltado a concretização de seus objetivos e metas.

Para Bukowitz e Williams (2002, p.17) “A gestão do conhecimento é o processo pelo qual a organização gera riqueza, a partir do seu conhecimento ou capital intelectual”, ou seja, a gestão do conhecimento tende a agir no intuito de tirar proveito do conhecimento organizacional, enfocando primeiramente o sujeitos organizacionais, ensejando explorar e gerar novos conhecimentos ou conhecimentos incrementais para aplicá-los em seus processos, produtos e serviços.

Ressalta-se que a gestão do conhecimento deve estar inserida em um contexto apropriado, com atenções voltadas a integrar de maneira planejada todas as formas e tipos em que o conhecimento possa se constituir objetivando revertê-los em benefícios à organização. Pérez-Montoro Gutiérrez (2006, p.124) explica que a gestão do conhecimento:

[...] pode ser entendida como aquela disciplina que visa a projetar e implementar um sistema, como o principal objetivo de converter todo conhecimento tácito, explícito, individual, interno e externo existente na organização, sistematicamente, em conhecimento organizacional ou corporativo. Este, ao ser acessível e compartilhado, permitirá aumentar o conhecimento individual de todos os seus membros, redundando diretamente em melhor contribuição para consecução dos objetivos da própria organização.

Lidar com as dimensões tácita e explícita do conhecimento se constitui em um dos desafios a ser enfrentado no contexto organizacional. Enquanto o conhecimento explícito é caracterizado por ser formalizado, sistematizado e facilmente

comunicado, por outro lado, o conhecimento tácito possui uma dimensão cognitiva que está relacionada às experiências e vivências do indivíduo com o mundo, portanto, apresenta um caráter subjetivo que dificulta ser compartilhado / socializado, fator que ocasiona a perda de importantes ativos intelectuais para a organização (TAKEUCHI; NONAKA, 2008).

Por isso, compete às organizações reconhecerem a complexidade envolvida na construção de conhecimento que ocorre em nível individual, grupal e organizacional para desenvolver estratégias que propiciem um ambiente favorável à dinâmica entre o conhecimento tácito e explícito.

4.1 Criação e Construção do Conhecimento

Desde a antiguidade, o conhecimento tem sido considerado como um elemento essencial para determinar o desenvolvimento de qualquer atividade humana. No âmbito organizacional o reconhecimento da importância do conhecimento para sua sobrevivência não pode ser vista de maneira diferente, visto que “Na falta do conhecimento, organizações não poderiam se organizar; elas não conseguiriam manter-se em funcionamento” (DAVENPORT; PRUSAK, 2003, p.63), entretanto, essa percepção se intensificou na medida em que as necessidades de adaptação dos ambientes trouxeram novas perspectivas acerca das possibilidades de criar e desenvolver métodos e técnicas para potencializar o conhecimento individual e coletivo existentes na organização.

Primeiramente é preciso compreender que a construção de conhecimento é uma atividade essencialmente humana, e as organizações dependem do conhecimento de cada sujeito organizacional para construir o conhecimento individual que

poderá ser compartilhado / socializado e, assim, tornar-se coletivo à organização, conforme enfatiza Nonaka (2000, p.31) “Os novos conhecimentos sempre se originam nas pessoas”.

Ainda assim a construção de um novo conhecimento ou de um conhecimento incremental não é uma atividade em que organizações, grupos ou indivíduos trabalhem isoladamente (CHOO, 2006), mas sim se refere ao resultado de uma interação dinâmica existente entre diferentes papéis (NONAKA, 2000). A existência desse contexto proporciona um ambiente voltado à aprendizagem, no qual os conhecimentos individuais e coletivos estão em constante interação gerando um novo valor, tanto individualmente quanto organizacionalmente. Nesse sentido, Valentim (2006) pondera que o sujeito organizacional gera, compartilha, apropria e usa informação e conhecimento e, através dessas atividades, alimenta a estrutura organizacional, que por sua vez, o retroalimenta com informação e conhecimento gerando um mecanismo dual que não tem fim.

A literatura apresenta uma sólida abordagem que se centra nos argumentos de que o conhecimento é construído socialmente, por meio da complexa relação entre o conhecimento tácito e o explícito. Nesse sentido, Nonaka e Takeuchi (2008) trabalham com a percepção de que dentro de uma organização o conhecimento é criado e amplificado a partir da interação dinâmica entre o conhecimento tácito e explícito.

A produção de novos conhecimentos envolve um processo que amplifica, organizacionalmente, o conhecimento criado pelos indivíduos e cristaliza-o como parte da rede de conhecimentos da organização. O que impulsiona esse processo de amplificação do conhecimento é a interação contínua e simultânea entre o conhecimento tácito

e o conhecimento explícito (TAKEUCHI; NONAKA, 2008, p.24).

Na percepção dos supracitados autores, a conversão do conhecimento passa necessariamente por processos em que conhecimentos tácitos tornam-se explícitos em uma dinâmica contínua envolvendo a socialização (tácito - tácito), externalização (tácito - explícito), combinação (explícito - explícito) e internalização (explícito - tácito), denominada de Processo SECI, acrônimo das iniciais dos termos 'socialização', 'externalização', 'combinação' e 'internalização', cujo propósito visa fazer com que o conhecimento individual se expanda organizacionalmente.

Esse contexto é dinamicamente efetivado por meio de processos comunicacionais, pois como afirma Sales (2007, p.104) “[...] a realização da espiral do conhecimento, depende impreterivelmente da comunicação, que por sua vez está indissociavelmente ligada à linguagem”.

Choo (2006, p.180) considera que “Enquanto o conhecimento permanece pessoal, de modo que não pode ser facilmente compartilhado, as organizações não conseguem multiplicar o valor dessa experiência”. Assim, o conhecimento é visto como um ativo que, quanto mais partilhado mais se multiplica, diante do fato que “[...] permanece com o doador ao mesmo tempo em que enriquece o receptor” (DAVENPORT; PRUSAK, 2003, p.20). Por isso, um dos objetivos da organização para que o conhecimento gerado resulte em valor agregado para seu ambiente é fazer com que os indivíduos exteriorizem e socializem parte daquilo que sabem [conhecem].

Nessa perspectiva, Davenport e Prusak (1998) afirmam que a dificuldade para a difusão do conhecimento tácito nos

ambientes organizacionais consiste na ausência de uma cultura organizacional que valorize e proporcione oportunidades voltadas a esse tipo de comportamento. Sendo assim, na medida em que a organização deposita suas expectativas em expandir o conhecimento organizacional, também encontra o desafio de desenvolver e cultivar uma cultura favorável a isso. O efeito disso é um ambiente mobilizado a vivenciar e atuar dinamicamente em processos individuais e coletivos que valorizam e facilitam a construção, compartilhamento / socialização, apropriação, uso e reuso do conhecimento na organização.

Considerando a importância de que uma organização precisa estar comprometida a buscar interação constante entre seus ambientes, de modo a gerar conhecimentos que a possibilite manter-se inovadora e competitiva, muitas vezes por mais planejado que sejam os procedimentos para alavancar o conhecimento organizacional, sem uma cultura e comunicação que ofereçam suporte adequado para a inserção de novos conhecimentos e experiências, o processo acaba se tornando desgastante e fragmentado, com pouco ou, mais provavelmente, com nenhum retorno vantajoso aos processos organizacionais. O ponto principal reside na percepção de que, sem trabalhar a cultura e a comunicação, as organizações que buscam se basear no conhecimento não atingem o seu propósito.

4.2 Proposta de um Modelo de Gestão do Conhecimento

A gestão do conhecimento é um processo que não é facilmente manejado, muito menos está condicionado a ser sempre eficaz. Primeiramente pelas intenções do processo estar centrado em aproveitar um dos ativos mais complexos de entendimento em qualquer âmbito, o conhecimento. Depois porque evidencia a responsabilidade de se desenvolver um

conjunto de estratégias desencadeadas *a priori* entre as pessoas da organização, de modo que compartilhem dados, informações e conhecimentos, fator que requer esforços contínuos para instigar comportamentos favoráveis a isso.

Nessa perspectiva, autores como Stollenwerk (2001), Terra (2001), Bukowitz e Williams (2002), Probst, Raub e Romhardt (2002) e Marín Marín (2005), evidenciam processos básicos a serem considerados para efetivar a dinâmica de construção, apropriação, compartilhamento, uso e reuso de conhecimento. Baseando-se nessas abordagens que são discutidas de maneira exaustiva na literatura do campo científico da Ciência da Informação, foram considerados os principais processos que merecem atenção por parte das organizações, a fim de desenvolver uma proposta de gestão do conhecimento centrado na cultura e comunicação informacional.

Em termos amplos, evidencia-se que a gestão do conhecimento precisa agir no intuito de efetivar os processos básicos voltados as relações informais, tais como:

- *Apropriação*: processo em que os indivíduos assimilam informações e associam as suas experiências e vivências anteriores, podendo assim, gerar um novo conhecimento.

- *Construção*: processo que pode ocorrer em nível individual, grupal e organizacional, está condicionado as condições ambientais que instigue a internalização e explicitação de informações e conhecimentos.

- *Compartilhamento*: processo que está condicionado à motivação, estímulos e a confiança das pessoas ao compartilhamento de informação e conhecimento que detêm.

- *Uso*: processo de utilização que representa agregar valor ao ativo que foi apropriado, construído e compartilhado.

Concomitantemente as organizações precisam considerar um conjunto de ações conscientes e intencionais para aproveitar o conhecimento explicitado [informação] necessário para a dinâmica de construção de conhecimento, a saber:

- *Aquisição*: processo em que a organização busca a partir de fontes externas, conhecimentos que lhe possibilite desenvolver os ativos intelectuais que necessita para agregar valor às práticas organizacionais.

- *Identificação*: processo cujo intuito visa saber quais competências os colaboradores possuem e quais as lacunas de conhecimento existentes.

- *Seleção*: processo que a partir de uma filtragem determina o valor da informação e do conhecimento que realmente é relevante para subsidiar a consecução de ações nas organizações.

- *Armazenamento*: processo que requer a transferência do conhecimento existente na organização para repositórios ou sistemas de informação visando apoiar uma tomada de decisão a partir da sua aplicação ou utilização.

Qualquer que seja as práticas voltadas ao conhecimento tácito ou explícito, é importante reconhecer a existência de fatores culturais e comunicacionais interferindo positivamente ou negativamente no ambiente.

Trabalhar a cultura informacional visando à gestão do conhecimento requer em um primeiro momento, o diagnóstico inicial dos pressupostos básicos da cultura da organização, uma vez que isso seja feito será possível desvendar os pontos positivos

e negativos que justificam o modo de ser das pessoas e do ambiente e, a partir disso, realizar intervenções em diferentes aspectos de maneira mais precisa.

Com uma cultura informacional positiva, os processos de gestão do conhecimento tornam-se aptos a desenvolver um ambiente com condições favoráveis a esforços direcionados a dinâmica do conhecimento na organização. Essa constatação pode ser encontrada, na medida em que evidenciem que às práticas em questões informacionais na organização estão associadas e respaldadas em valores, crenças, ritos, normas e outros.

Desse modo, pode-se estabelecer algumas diretrizes que visam auxiliar o desempenho das atividades da gestão do conhecimento ao trabalhá-las juntamente com as variáveis da cultura informacional, conforme segue:

1. Criar, difundir e associar as práticas e valores que sinalizem a importância do compartilhamento de dados, informações e conhecimentos.
2. Enfatizar por meio das crenças, que a valorização de dados, informações e conhecimentos voltados aos objetivos da organização proporciona benefícios tanto individuais quanto organizacionais.
3. Estabelecer normas que induzam, por meio dos valores organizacionais, a apropriação, o compartilhamento, o uso e o reuso de conhecimentos gerados no âmbito organizacional.
4. Trabalhar com ritos especiais que visem processos de interação e o comprometimento das pessoas com a produção, o compartilhamento, o uso e o reuso de dados e informações.

5. Incentivar amplamente o uso dos canais formais e informais de comunicação com atenção à confiabilidade e à consistência.

6. Estimular e motivar comportamentos em relação à interpretação, apropriação, compartilhamento, uso, reuso e geração de informação e conhecimento.

Além disso, trabalhar a comunicação informacional para suprir as necessidades dos processos de gestão do conhecimento, exige a princípio realizar um mapeamento em relação aos sistemas de informação e comunicação utilizados na organização, de modo que se possa avaliar em termos de clareza, confiabilidade e consistência para intervir junto aos contextos, comportamentos e fluxos informacionais.

Nesse contexto, é importante que as organizações planejem ações comunicacionais exequíveis, fidedignas e comprometidas com os valores organizacionais, pois só assim é possível desenvolver processos contínuos, em que os dados, informações e conhecimentos relevantes percorram pelo ambiente, subsidiando os sujeitos organizacionais a gerarem conhecimento e a tomarem decisões consistentes.

Ao ter a percepção da importância da comunicação para a eficácia dos processos organizacionais, os gestores podem impulsionar a dinâmica de construção de conhecimento ao considerar que se deve:

1. Mostrar de forma clara e objetiva, por meio da difusão sistemática os aspectos da cultura e a importância de sua adoção.

2. Fomentar espaços dialógicos para a troca de ideias, experiências e habilidades entre os sujeitos organizacionais.

3. Estabelecer canais formais e informais que viabilizem a circulação de dados, informações e conhecimentos de forma *lato*.

4. Potencializar a disseminação dos fluxos informacionais entre os níveis hierárquicos da organização.

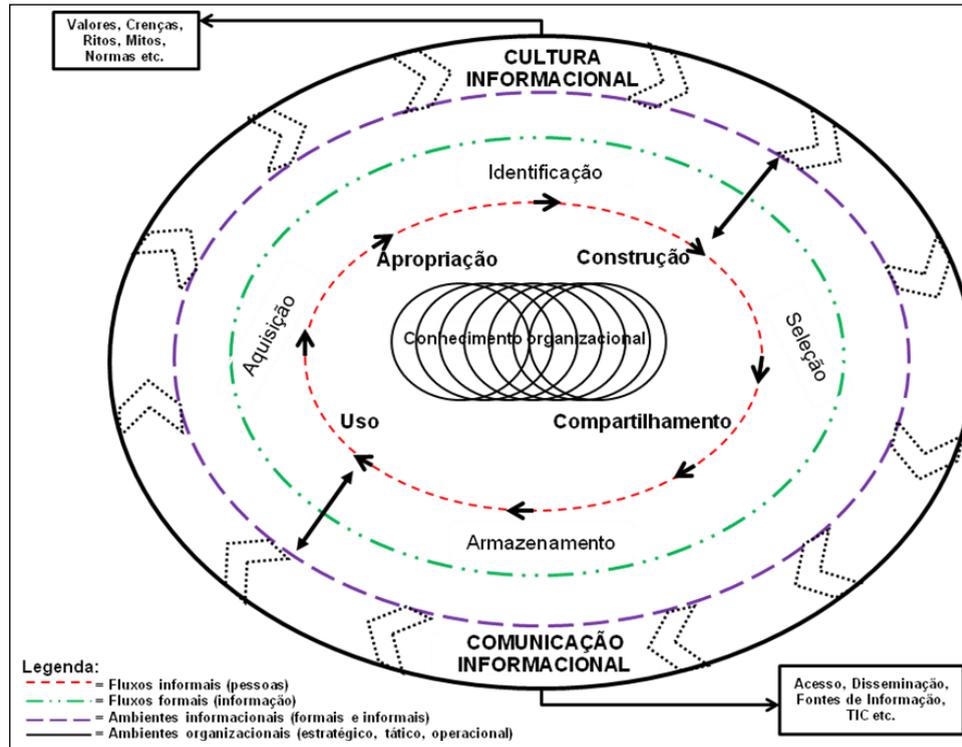
5. Promover o campo de aprendizagem voltado à identificação e ao desenvolvimento de competências dos sujeitos organizacionais e da organização.

6. Utilizar ferramentas que apoiem a agilidade em termos de tempo e espaço para o acesso e o armazenamento de fluxos de informação.

Todas as diretrizes evidenciadas alicerçadas na cultura informacional e na comunicação informacional visam atender as necessidades básicas para tornar o processo de gestão do conhecimento efetivo. Para tanto, esses fatores dependem de ações sistemáticas para influírem positivamente em relação aos princípios, valores, crenças e processos inerentes à própria estrutura organizacional, como os fluxos informacionais. Pode-se afirmar que sem um engajamento por parte das organizações em relação a isso, seus ambientes não conseguem validar a implementação de um modelo de gestão do conhecimento.

A sistematização do modelo de gestão do conhecimento proposto envolvendo os processos mencionados apoiado na cultura e na comunicação informacional está representado na Figura 1:

Figura 1: Modelo de gestão do conhecimento



Fonte: Elaboração própria (2021).

Como demonstra a Figura 1, a gestão do conhecimento efetiva-se mediante uma dinâmica cíclica que está totalmente envolvida pela cultura e comunicação informacional, uma vez que são alicerces determinantes para a eficácia dos fluxos inerentes aos mais variados processos presentes neste âmbito. Por outro lado, os processos que compõem a gestão do conhecimento retroalimentam a cultura e a comunicação influenciando na capacidade desses fatores atuarem positivamente para consecução de ações planejadas nos ambientes organizacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como temáticas centrais deste capítulo, evidenciou-se que a cultura e a comunicação exercem forte influência no modo como o ambiente organizacional se comporta em relação aos dados, à informação e ao conhecimento. Mais especificamente ao analisar a relação que esses elementos possuem para a gestão do conhecimento, obteve-se maior clareza de como esses fatores influenciam nos contextos que impactam na capacidade que uma organização tem para mobilizar as ações do ambiente interno e externo a gerar novos conhecimentos.

Considera-se que a cultura informacional influencia a dinâmica de construção de conhecimento nas organizações, principalmente por estar diretamente vinculada ao comportamento positivo dos sujeitos organizacionais em relação aos propósitos que as organizações detêm para e com os dados, as informações e os conhecimentos.

Infere-se que a comunicação organizacional / informacional positiva permeia e dá coerência para todo processo que envolve a dinâmica de construção do conhecimento

organizacional. Por isso, aspectos inerentes a ela merecem atenção por parte dos gestores visto que influenciam as formas e os meios como os ambientes organizacionais desenvolvem suas relações humanas e os artefatos para lidar com dados, informações e conhecimentos.

Um modelo de gestão do conhecimento efetivo envolve ações concretas para manter uma cultura e comunicação informacional favorável, uma vez que ambas alicerçam os processos constitutivos nesse âmbito, propiciando sua exequibilidade e consistência. Assim, o modelo proposto pode ser aplicado à realidade de diferentes tipos de organizações que reconheçam o fator humano como cerne para o trabalho com dados, informações e conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ALVES, A.; BARBOSA, R. R. Influências e barreiras ao compartilhamento da informação: uma perspectiva teórica. *Ciência da Informação*, Brasília, v.39, n.2, p.115-128, maio/ago., 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1282/1460>. Acesso em: 22 mar. 2021.

ANGELONI, M. T. *Comunicação na era do conhecimento nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2010.

BUKOWITZ, W. R.; WILLIAMS, R. L. *Manual de gestão do conhecimento: ferramentas e técnicas que criam valor para a empresa*. Porto Alegre: Bookman, 2002. 399p.

CAVALCANTE, L. de F. B. ; VALENTIM, M. L. P. . Relações entre modelos mentais e comportamento informacional. In:

VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Ambientes e fluxos de informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.157-169.

CHOO, C. W. *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: SENAC Editora, 2006. 426p.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. *Conhecimento empresarial*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. *Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação*. São Paulo: Futura, 1998. 316p.

MARÍN MARÍN, H. *Gestión del conocimiento, capital intelectual, comunicación y cultura*. Medellín: Henry Marín Marín, 2005. 254p.

NONAKA, I. A empresa criadora de conhecimento. In: HAVARD Business Review. *Gestão do conhecimento*. 13.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p. 27-49.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. Teoria da criação do conhecimento organizacional. In: _____. *Gestão do conhecimento*. Porto Alegre: Bookman, 2008. p.54-90.

PÉREZ - MONTORO GUTIÉRREZ, M. O conhecimento e sua gestão em organizações. In: TARAPANOFF, K. (Org.). *Inteligência, informação e conhecimento*. Brasília: IBICT; UNESCO, 2006. p.117-155.

PORÉM, M. E.; GUARALDO, T. de S. B. Informação, conhecimento e comunicação em organizações do conhecimento. *DataGramZero*, Rio de Janeiro, v.13, n.1, fev. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/50760>. Acesso em: 22 mar. 2021.

PORÉM, M. E. Um estudo de caso sobre a importância da comunicação organizacional nas instituições privadas de ensino superior (IPES). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba (PR) *Anais [...]* Curitiba: INTERCOM, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1288-1.pdf>. Acesso em: 28 de dez 2011.

PROBST, G.; RAUB, S.; ROMHARDT, K. *Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso*. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SALES, R. de. A questão da linguagem usada dentro das organizações: um levantamento bibliográfico. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v.12, n.1, p.99-111, jan./jun., 2007. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/486/625>. Acesso em: 22 mar. 2021.

STOLLENWERK, M F. L. Gestão do conhecimento: conceitos e modelos. In: TARAPANOFF, K. (Org.). *Inteligência organizacional e competitiva*. Brasília: Editora UnB, 2001. p.143-163.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. Criação e dialética do conhecimento. In: NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. (Org.). *Gestão do conhecimento*. Porto Alegre: Bookman, 2008. p.17-38.

TERRA, J. C. C. As sete dimensões da gestão do conhecimento. In: _____. *Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial*. 3.ed. São Paulo: Negócio Editora, 2001. p.101-224.

VALENTIM, M. L. P. Processo de inteligência competitiva organizacional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Informação, conhecimento e inteligência organizacional*. Marília: FUNDEPE Editora, 2006. p. 9-24.

VALENTIM, M. L. P. *et al.* Pesquisa em inteligência competitiva organizacional: utilizando a análise de conteúdo para a coleta e análise de dados – Parte II. *Transinformação*, Campinas, v.17, n.3, p.253-270, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v17n3/04.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

VALENTIM, M. L. P.; ZWARETCH, N. S. Comunicação organizacional/comunicação informacional no processo de inteligência competitiva organizacional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Informação, conhecimento e inteligência organizacional*. 2. ed. Marília: FUNDEPE Editora, 2007. p.45-59.

WOIDA, L. M. Cultura informacional: um modelo de realidade social para a ICO. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Gestão da informação e gestão do conhecimento no âmbito da ciência da informação*. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. p.117-127.

CAPÍTULO 15

REVISÃO DE LITERATURA SOBRE AS PRINCIPAIS TÉCNICAS DE COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO TÁCITO NO CONTEXTO DA GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS EMPRESAS

Josceline Lira

Bruno Tenório Ávila

1 INTRODUÇÃO

A gestão do conhecimento envolve um conjunto de técnicas para promover a criação, aquisição e compartilhamento do conhecimento nas empresas. O conhecimento resultante das atividades da gestão do conhecimento tem por finalidade ser aplicado enquanto insumo organizacional para a solução de problemas e tomada de decisão (CERVANTES *et al.*, 2010). Assim, torna-se importante para a condução das atividades com o conhecimento realizadas nas empresas por promover as condições necessárias para o compartilhamento do conhecimento, a aprendizagem e a inovação (VALENTIM; LISBOA; FRANCO, 2016).

No decorrer do desenvolvimento das atividades de uma empresa, os funcionários podem gerar ou adquirir novos conhecimentos, que surgem das demandas do trabalho realizado naquele ambiente e das pessoas investidas em cargos e funções daquela empresa (NONAKA; TAKEUCHI, 1997; PARK; VERTINSKY; BECERRA, 2015; PARK; VERTINSKY, 2016; MIRVIS *et al.*, 2016). Em especial, alguns funcionários desenvolvem um jeito particular de desempenhar a mesma tarefa que os demais, porém, conseguem

resultados melhores. Este tipo de conhecimento é difícil de ser identificado por quem não o detém e difícil de ser explicado pelo detentor porque está enraizado em sua personalidade (BALCONI; POZZALI; VIALE, 2007).

Esta forma de conhecimento denomina-se conhecimento tácito. Explorado inicialmente por Michael Polanyi, em 1959, que observou que “podemos saber mais do que podemos dizer” (POLANYI, 2009, p. 5, tradução nossa), em sua obra *The Tacit Dimension*. Este enunciado representa a condição que identificou de intangibilidade do conhecimento, que está imbuído na prática, experiência, habilidades, *know-how* e *expertise*.

Esses elementos parecem ser fontes valiosas de ativos de diferenciação para uma empresa, visto que cada pessoa tem seu próprio repertório de conhecimento (DAVENPORT; PRUSAK, 1998; CERVANTES *et al.*, 2010) corporificado em suas experiências e competências (BALCONI; POZZALI; VIALE, 2007; TYAGI *et al.*, 2015). De fato, o acesso ao conhecimento tácito pode otimizar a performance da empresa. Portanto, ela tem de criar meios para extrair esse conhecimento de modo que seja utilizado e mantido na empresa.

O compartilhamento permite que o conhecimento tácito transpasse os limites da mente do detentor, seja assimilado por outros funcionários e, conseqüentemente, seja integrado à empresa (NONAKA; TAKEUCHI, 1997; PARK; VERTINSKY; BECERRA, 2015; PARK; VERTINSKY, 2016; MIRVIS *et al.*, 2016; ZHU; ZHANG; JIN, 2016). Para isto, diversas técnicas para acessar e capturar o conhecimento tácito no ambiente organizacional foram propostas.

Assim, este capítulo se propõe a fazer uma revisão da literatura sobre as principais técnicas de compartilhamento do conhecimento tácito dentro das atividades de equipes de

trabalho de empresas. Primeiro, a fundamentação teórica necessária para entender as características deste tipo de conhecimento é apresentada na Seção 2. Em seguida, a metodologia adotada para a revisão da literatura é brevemente delineada na Seção 3. Com isso, as principais técnicas de compartilhamento que foram identificadas são organizadas e detalhadas na Seção 4. As conclusões e proposta de trabalho futuro finalizam este capítulo, que se baseou no trabalho de Lira (2019).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conhecimento

A informação deriva dos dados, que apenas estão dispostos no mundo, sem que alguém tenha percebido uma utilidade para eles. Quando alguém agrega um valor aos dados, estes assumem o *status* de informação. Por exemplo, a simples exibição dos caracteres “10°C” (dez graus célsius) em um termômetro é apenas um dado. A partir do momento em que interpretações processadas pela mente humana permitem que eles expressem alguma mensagem, a indicação “10°C” passa a ser informação. Assim, a análise da marcação do termômetro passa a indicar a temperatura da cidade, uma temperatura muito baixa ou um alerta para não sair de casa por causa do tempo frio. A ação da mente humana sobre os elementos informacionais atinge maior valor quando a informação é transformada em conhecimento, que ocorre quando uma pessoa faz uso das informações pelo raciocínio. Continuando o exemplo do termômetro, quando a cidade estiver com temperatura de 10°C, há o risco de as estradas ficarem escorregadias por causa da formação de gelo no asfalto, então é prudente dirigir com maior atenção e evitar trechos com maior ocorrência de deslizamentos.

Neste estágio, a informação assume um *status* de qualidade após a observação e análise de todos os fatores referentes ao que se analisa para a realização de uma ação. Esta ideia tem similaridade com a definição de Cervantes e outros (2010, p. 27) para conhecimento, que representa o “conjunto de informações que estão armazenadas na mente humana, [e conforme Davenport e Prusak (1998),] inclui reflexão, síntese e contexto”.

Balconi, Pozzali e Viale (2007, p. 828, tradução nossa) apresentam três categorias de conhecimento: conhecimento como competência, que tem relação com a habilidade que cada indivíduo desenvolve e emprega na realização de atividades que envolvam tanto desempenho físico quanto intelectual; conhecimento como experiência (*acquaintance*), que é constituído pelo acúmulo do aprendizado do indivíduo em cada momento em que esteve em contato com o mesmo problema; e conhecimento como reconhecimento da informação correta (conhecimento proposicional), que deriva da escolha do indivíduo dentre as informações que já possui para responder a um problema. O exemplo a seguir ilustra um caso de conhecimento proposicional, no qual alguém sabe que a soma de 2 mais 2 é igual a 4, porque possui a informação de que 2 mais 2 é igual a 4. Isto decorre da transformação do estoque de informação do indivíduo em conhecimento a partir da análise de qual informação pode ser usada para qual solução. Em comparação às outras duas categorias de conhecimento, esta última parece ser mais identificável pela possibilidade de a informação “[...] ser expressa [...] com linguagem natural [...] [e] também pode ser representada com sinais, símbolos, gestos, gráficos e outros meios de visualização” (BALCONI; POZZALI; VIALE, 2007, p. 828, tradução nossa). Esta facilidade de expressão não está presente no conhecimento por competência, que engloba: *know-how*, que é o conhecimento procedural, relacionado à maneira como as

atividades são realizadas e às habilidades práticas necessárias; *know-when*, que é o conhecimento para julgamento, relacionado à habilidade de desenvolver opiniões e decisões assertivas; e *know-who*, que é conhecimento sobre quem sabe executar determinada atividade (BALCONI; POZZALI; VIALE, 2007).

Na análise das três categorias de conhecimento, percebe-se que existem conhecimentos que podem ser explicados facilmente, que é o caso do conhecimento como reconhecimento da informação correta, e outros que aparentemente dependem de maior esforço para serem explicados por estarem imbuídos na performance do detentor do conhecimento, sob os títulos de competência e experiência. Estes conhecimentos que estão misturados às habilidades pessoais podem ser explicados por meio da articulação do conhecimento. Segundo Cowan, David e Foray (2000), a articulação do conhecimento é um processo de comunicação social no qual o detentor do conhecimento instrui os outros indivíduos das regras que fazem uma ação ocorrer, por exemplo. O detentor promove o entendimento do seu conhecimento para outras pessoas. Balconi, Pozzali e Viale (2007) comentam que a articulação é efetivada quando os outros indivíduos identificam tais regras traduzidas pelo detentor e realizam o ensinamento compartilhado. Assim, existem os conhecimentos que já foram articulados e, portanto, conhecidos, e os que precisam ser articulados para se tornarem comuns a outras pessoas.

Todavia, os conhecimentos de natureza abstrata, subjetiva, como as habilidades de uma pessoa ou seus modelos mentais e psicológicos referentes às suas crenças, inferências, percepções, decisões, rotinas etc. impõem obstáculos à tarefa de articulação (KIMBLE, 2013; BALCONI; POZZALI; VIALE, 2007). Este tipo de conhecimento abstrato, incorporado ao indivíduo que o

detém e de difícil comunicação é denominado conhecimento tácito.

2.2 Conhecimento Tácito

Na tentativa de formular uma definição para o conhecimento tácito, Balconi, Pozzali e Viale (2007) chegaram à conclusão de que este tipo de conhecimento está enraizado nas habilidades e experiências pessoais do indivíduo, mas que pode ser comunicado pelo processo de articulação do conhecimento. Nonaka e Takeuchi (1997, p. 65) definem o conhecimento tácito como um conhecimento “[...] pessoal, específico ao contexto e, assim, difícil de ser formulado e comunicado”. Esta definição pode ser acrescentada pela ideia de Chuang, Jackson e Jiang (2016, p. 531, tradução nossa), que caracterizam o conhecimento tácito como “[...] mais complexo, ambíguo, e subjetivo; é acumulado pelas pessoas através de observação, imitação, e interações repetidas [...]”. Chuang, Jackson e Jiang (2016) comentam que o conhecimento dentro da dinâmica de trabalho varia a natureza tácita entre momentos de alta *tacitness*, quando o conhecimento é caracterizado como mais tácito, ou baixa *tacitness*, quando o conhecimento é mais explícito e menos tácito. Por isto, nem todo conhecimento é tácito ou explícito de forma permanente. O conhecimento explícito “[...] ou ‘codificado’ refere-se ao conhecimento transmissível em linguagem formal e sistemática” (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 65).

O conhecimento tácito está intrinsecamente associado ao nível individual: ideias; *expertises*; habilidades; conhecimento especializado; *know-how*, que é o conhecimento prático (KNOW-HOW, 2019); soluções; experiência prática; (habilidades) técnicas. Já o conhecimento explícito está pronto para ser compartilhado em nível coletivo por outros suportes além do indivíduo, como manuais, livros e computadores (EXPLICIT..., 2019). O

conhecimento tácito pode se aproximar do conhecimento explícito quando é revelado, articulado.

Segundo Kimble (2013), o estudo do conhecimento tácito tem origem na obra *The Tacit Dimension* de Polanyi (2009). Ele empreendeu uma investigação em busca das raízes do pensamento da ciência moderna, que parecia ser conduzido por um estado de objetividade e de “extrema lucidez crítica” que desconsiderava “o poder intrínseco ao pensamento” e a “liberdade de pensamento” inerente à prática científica (POLANYI, 2009, p. 3-4, tradução nossa). Este rumo que a ciência seguia deixava de lado o componente tácito presente no pensamento humano. A investigação em oposição à objetividade do pensamento científico culminou na descoberta das características da dimensão tácita do conhecimento humano por Polanyi (2009).

Polanyi (2009, p. 5, tradução nossa) afirma que o conhecimento tácito é uma parte importante de qualquer conhecimento que não deve ser desprezada. No entanto, trabalhar esta dimensão do conhecimento é uma atividade desafiadora, conforme o autor caracterizou ao enunciar que “podemos saber mais do que podemos dizer” (“*we can know more than we can tell*”). Está relacionado ao que identificou como intangibilidade da dimensão tácita do conhecimento humano, evidenciada pelas dificuldades de identificação deste conhecimento até por seu detentor. Mesmo quando identificado, ainda há a dificuldade de determinar suas características. Polanyi alertou sobre o fato de que o conhecimento tácito requer uma comunicação coerente às suas características de intangibilidade (WALKER, 2017) e apresentou métodos capazes de fazer emergir o conhecimento tácito de uma pessoa e comunicá-lo, como, por exemplo:

[...] geralmente não podemos dizer como reconhecemos um rosto que conhecemos. Mas a polícia introduziu recentemente um método pelo qual podemos comunicar muito deste conhecimento. Eles fizeram uma grande coleção de imagens mostrando uma variedade de narizes, bocas, e outras características. [...] A testemunha seleciona os detalhes do rosto que ela conhece [...] para formar uma semelhança razoavelmente boa do rosto. Isto pode sugerir que podemos comunicar, afinal, o nosso conhecimento [...], desde que nos sejam dados meios adequados para nos expressarmos [...]. (POLANYI, 2009, p. 5, tradução nossa).

Assim, Polanyi (2009) refletiu sobre a possibilidade de externalizar o conhecimento tácito por meio de métodos como os exercícios práticos. Neste processo, há o grande esforço empreendido pelo detentor do conhecimento para ensinar o que ele próprio não tem muita clareza nem certeza de como isto ocorre. A externalização depende também da cooperação inteligente de quem recebe o ensinamento, ou seja, da dedicação por parte do aluno em captar o significado do que é demonstrado.

Sobre a transmissão do conhecimento tácito, Balconi, Pozzali e Viale (2007) advertem que é necessário o contato direto com o detentor do conhecimento, quem traduzirá para os outros indivíduos o conjunto de regras necessário para a realização de uma atividade, por exemplo. Então concluem que, para que haja o compartilhamento do conhecimento pelo contato direto com a fonte do conhecimento tácito, devem ocorrer demonstrações práticas acompanhadas de instruções verbais. A importância da presença do detentor do conhecimento tácito na transmissão deste conhecimento pode ser compreendida pelas duas principais categorias do conhecimento tácito discutidas pelos autores. A primeira reúne as habilidades físicas, ligadas ao desempenho

corporal (movimentos) para realizar tarefas; e a segunda reúne a capacidade cognitiva, ligada à performance mental.

2.3 Conhecimento Tácito nas Organizações

Tyagi e outros (2015, p. 207, tradução nossa) afirmam que as organizações enfrentam dificuldade em acessar o conhecimento tácito intrínseco de cada funcionário, porque a natureza deste conhecimento é “[...] pessoal corporificado em ações, atitudes, compromissos, emoções e comportamento, e é difícil codificar suficientemente para se comunicar em uma ‘linguagem’ [...]”. Uma dificuldade para a identificação do conhecimento tácito é devida ao fato deste estar embaralhado nas rotinas organizacionais (PARK; VERTINSKY, 2016). Porém, por estar associado ao *know-how*, o conhecimento tácito tem maior valor para a inovação contínua almejada pelos esforços de criação de conhecimento nas organizações.

À vista disso, Nonaka e Takeuchi (1997) desenvolveram um modelo para a criação de conhecimento organizacional. Para isto, os autores observaram como as empresas japonesas trabalhavam o conhecimento, as quais têm reconhecida competência na criação e uso de conhecimento em projetos de inovação contínua. Neste modelo, o conhecimento pode estar nos níveis individual, grupal, organizacional ou interorganizacional; e pode ser do tipo tácito ou explícito. A situação ideal para que as empresas consigam bom desempenho na criação do conhecimento é a que o conhecimento se movimenta, ininterruptamente, do indivíduo para o grupo, do grupo para a empresa, da empresa para fora da empresa; e também na direção inversa. Neste movimento, ocorre a conversão de um conhecimento em um novo conhecimento sob os tipos tácito e explícito. Este processo ocorre em quatro fases apresentadas a seguir.

A fase de socialização ocorre quando há a conversão de um conhecimento tácito em um conhecimento tácito. Um caso no qual uma pessoa demonstra a sua técnica de realizar uma tarefa para outra pessoa e esta apreende os detalhes da demonstração e passa a realizar a tarefa conforme foi ensinado é um exemplo de socialização. A fase de externalização ocorre quando há a conversão de conhecimento tácito em um conhecimento explícito. Para ilustrar esta fase, suponha que uma pessoa traduza uma ideia em um esboço para explicá-la a outra pessoa; neste momento ocorre a externalização do conhecimento do detentor por meio do esboço. A fase de combinação ocorre quando há a conversão de um conhecimento explícito em um conhecimento explícito. Um exemplo de combinação é observado quando a documentação de uma solução tecnológica gera um (novo) documento de patente. A fase de internalização ocorre quando há a conversão de um conhecimento explícito em um conhecimento tácito, como no caso de uma pessoa que se apropria do conteúdo de um manual e passa a praticar (incorpora na sua ação) as prescrições registradas naquele documento.

Este modelo também é conhecido na literatura como modelo SECI (Socialização, Externalização, Combinação, Internalização) (TYAGI *et al.*, 2015; PANAHI; WATSON; PARTRIDGE, 2016) e por meio dele é possível desenvolver maneiras de articular o conhecimento tácito e o tornar visível para a empresa (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

3 METODOLOGIA

A pesquisa que deu origem à revisão de literatura tem enfoque qualitativo, pois a seleção do *corpus* foi guiada pela interpretação dos documentos com discussão mais relevante para o contexto de pesquisa, o que foi definido por critérios de

inclusão e exclusão. Quanto aos fins, a pesquisa é exploratória, a qual propõe a familiarização “com um ambiente, fato ou fenômeno, para [...] clarificar conceitos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 188). Quanto aos procedimentos de coleta de dados, que são condizentes com as técnicas de pesquisa empregadas para a coleta dos dados, a pesquisa é bibliográfica (SANTOS, 2006) e tem como fonte a coleção principal da *Web of Science*, que foi acessada pelo Portal de Periódicos CAPES.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a revisão de literatura ocorreu em três passos. Primeiro, uma busca foi realizada na *Web of Science* em meados de 2019 com o termo de busca *tacit* e com a cobertura cronológica entre 2015 e 2019. O segundo passo foi selecionar os artigos adotando os seguintes critérios de inclusão: 1) apenas documentos do tipo artigos científicos em periódicos; 2) abordagem do termo *tacit* na temática do conhecimento tácito; 3) abordagem do conhecimento tácito pertinente à performance de trabalho em empresas e em outros grupos sociais; 4) apenas documentos de periódicos da área de gestão, gestão da informação, gestão do conhecimento, administração, negócios, computação, tecnologia, aplicações; 5) apenas documentos com acesso ao conteúdo integral, *download* disponível. A conclusão da seleção do *corpus* foi realizada com a leitura de um artigo por vez até reunir 10 artigos. O terceiro passo foi a análise do *corpus*, que resultou no relato das principais técnicas de compartilhamento do conhecimento tácito no contexto da gestão do conhecimento nas empresas, apresentado a seguir.

4 TÉCNICAS DE COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO TÁCITO

O compartilhamento do conhecimento tácito engloba “[...] a transferência de novos conhecimentos para a equipe e incorporação do novo conhecimento ao repertório comportamental da equipe [...], garantindo que o conhecimento existente flua entre os membros da equipe [...]”. (CHUANG; JACKSON; JIANG, 2016, p. 527, tradução nossa). Para isso, diversas técnicas foram propostas e as principais foram selecionadas para serem revisadas neste trabalho.

As técnicas de compartilhamento do conhecimento tácito podem ser organizadas em quatro categorias – ambiente organizacional, ferramentas, métodos e modelos – e são discutidas a seguir.

4.1 Ambiente Organizacional

As técnicas desta categoria abordam questões que influenciam o ambiente organizacional para o compartilhamento do conhecimento. A organização precisa estar preparada para a identificação de onde e como o conhecimento tácito pode ser compartilhado. Também é necessário que os funcionários tenham comportamento inclinado à comunicação dos seus conhecimentos. Para facilitar o estabelecimento de um ambiente de compartilhamento de conhecimento na organização, os sistemas de gestão do conhecimento baseados na tecnologia da informação (TI) são úteis (DEL GIUDICE; DELLA PERUTA, 2016), pois, já que o conhecimento tácito está imbuído na personalidade, as ferramentas de TI conseguem agregar aspectos próximos às dimensões humanas em algumas ferramentas, por exemplos, as videoconferências (visual e auditivo) e os fóruns de discussão (fluxo de comunicação similar ao fluxo natural das conversas face a face). Zhu, Zhang e Jin (2016) agregam a

comunicação pelas redes sociais on-line ao tradicional face a face no compartilhamento do conhecimento tácito por funcionários. Estes espaços on-line permitem conversas, discussões e narração de histórias (*storytelling*).

A preocupação com o delineamento de um ambiente organizacional também é importante devido ao fato da maior circulação deste tipo de conhecimento entre as equipes de trabalho, observado por Oliveira e outros (2015, p. 132, tradução nossa), que elaboraram uma proposta para mensurar o compartilhamento de conhecimento. Essa medida é obtida pelo “[...] grau em que os funcionários compartilham seus conhecimentos adquiridos com seus colegas [...]” e é denominado comportamento de compartilhamento de conhecimento (*knowledge sharing behavior*). Os funcionários que participaram do estudo empírico de Oliveira e outros (2015) reconheciam o conhecimento tácito quando compartilhavam seus relatórios, modelos, experiência, *know-how*, *know-where* e *know-whom* com os membros de cada equipe.

Todavia, o conhecimento tácito não circula apenas no ambiente interno, ele também se manifesta nas relações entre a empresa e seus parceiros empresariais, as filiais, por exemplo (PARK, VERTINSKY; BECERRA, 2015; PARK; VERTINSKY, 2016; MIRVIS *et al.* 2016). Park, Vertinsky e Becerra (2015) concluíram que as interações face a face entre os membros das empresas potencializam os fluxos de conhecimento tácito. Maneiras de interações comuns na relação entre matriz e empresa local são: as visitas dos especialistas da matriz à filiada para ensino de novas práticas e os contatos de imersão na realidade da matriz por parte dos funcionários da empresa local, ocasionados por visitas à sede. Mirvis e outros (2016) também observaram a troca de conhecimento entre empresas parceiras e constataram que o compartilhamento de conhecimento tácito é realizado de

maneira orgânica e implícita no momento das interações entre os participantes e nas experiências práticas realizadas nos projetos.

O trabalho em equipe possibilita o compartilhamento do conhecimento individual dos membros da equipe à empresa. Para que isto ocorra, Chuang, Jackson e Jiang (2016) afirmam que as interações dos funcionários devem ser mediadas por elementos baseados em aprendizagem relacional, como os contatos pessoais, nos quais o aprendizado ocorre pessoalmente pela demonstração prática e instruções verbais, ideais para a transferência de conhecimento tácito (BALCONI; POZZALI; VIALE 2007).

Os estudos relacionados a esta categoria mencionam a facilitação do compartilhamento do conhecimento tácito por contatos pessoais, interação entre equipes e redes sociais. Este contato direto é fundamental para que o conhecimento tácito seja compartilhado, pois é o momento em que o detentor do conhecimento torna acessível o conhecimento tácito, que, agora, pode ser entendido por outras pessoas (BALCONI; POZZALI; VIALE 2007). Nestes contatos pessoais, o fluxo de conhecimento tácito é mais intenso (PARK; VERTINSKY, 2016) e acarreta na aprendizagem (CHUANG; JACKSON; JIANG, 2016) de maneira coletiva (DEL GIUDICE; DELLA PERUTA, 2016), o que promove a harmonização da equipe em uma visão compartilhada (PARK; VERTINSKY, 2016). Assim, as interações são propícias ao compartilhamento do conhecimento e a falta do gerenciamento causa o desperdício de conhecimento, uma vez que ele provavelmente estará presente nas interações, porém não será identificado (MIRVIS *et al.*, 2016).

As demais categorias apresentam técnicas que promovem a comunicação do conhecimento tácito pela articulação e pelo registro - anotação e documentação - e são apresentadas a seguir.

4.2 Ferramentas

As técnicas desta categoria utilizam soluções de TI para promoverem um ambiente de interação informal, como os fóruns de discussão, sistemas de colaboração, videoconferência, redes sociais, *wikis*, *blogs* (DEL GIUDICE; DELLA PERUTA, 2016); e as mídias sociais (PANAHI; WATSON; PARTRIDGE, 2016).

Tyagi e outros (2015) apresentam conjuntos de ferramentas indicadas para cada etapa de criação de conhecimento pertinente ao trabalho com o conhecimento tácito. Na etapa de externalização (conversão de conhecimento tácito para explícito), o conhecimento é apresentado sob as formas de imagens, linguagens e símbolos dos conceitos e *designs*. As técnicas que podem promover o compartilhamento do conhecimento tácito são: salas de entrevista ou reunião, ferramentas para capturar processos, sistemas especialistas e plataformas de discussão. O Quadro 1 apresenta a ferramenta selecionada para o trabalho na etapa de externalização.

Quadro 1: Ferramenta para a externalização

Ferramenta	Como funciona	Como acontece a externalização
Relatórios A3 (<i>A3 reports</i>)	Todas as informações relevantes sobre um determinado problema são estruturadas em um documento do tamanho de uma folha A3 (29,7 x 42 cm)	Conversão do conhecimento tácito em explícito por meio de representação gráfica e sintetizada do conhecimento

Fonte: Dados de pesquisa (2019).

Na etapa da internalização (conversão do conhecimento explícito em tácito), o conhecimento está na cultura organizacional, nas rotinas organizacionais e no *know-how* de

operações diárias inseridas em ações e práticas. A internalização pode ser promovida por redes de conhecimento colaborativas, redes neurais e banco de dados. No Quadro 2, são apresentadas as ferramentas selecionadas por Tyagi e outros (2015) para o trabalho na etapa de internalização.

Quadro 2: Ferramentas para a internalização

Ferramenta	Como funciona	Como acontece a internalização
Relatórios A3 (<i>A3 reports</i>)	O relatório A3 é fixado na parede da sala de reunião	Uso do relatório A3 como ferramenta visual para transformação do conhecimento explicitado nele em conhecimento tácito para a resolução de problemas
<i>Obeya</i> virtual (<i>virtual obeya</i>)	Uma plataforma virtual permite a visualização de todo o conhecimento desenvolvido pela equipe	Os membros da equipe resolvem problemas por meio do conteúdo disponível na <i>obeya</i>
Folhas de verificação (<i>checksheets</i>)	O conhecimento disponível é padronizado nas folhas de verificação	Ocorre o compartilhamento das folhas de verificação para a reutilização do conhecimento e tomada de decisão

Fonte: Dados de pesquisa (2019).

4.3 Métodos

As técnicas nesta categoria também privilegiam a participação de grupos e a interação pessoal, a exemplo dos treinamentos (CHUANG; JACKSON; JIANG, 2016). Tyagi e outros (2015) também apresentam conjuntos de ferramentas indicadas para cada etapa de criação de conhecimento. Na etapa de socialização (conversão do conhecimento tácito em outro tácito),

o compartilhamento do conhecimento tácito pode ser promovido por situações de interação face a face, ferramentas de videoconferência e ferramentas de realidade virtual. O Quadro 3 mostra os métodos (sob a classificação de) enxutos para o trabalho na etapa socialização.

Quadro 3: Métodos para a socialização

Método	Como funciona	Como acontece a socialização
Aprendizagem (<i>apprenticeship</i>)	O líder, a partir da sua experiência, desenvolve habilidades no aprendiz	Encontros informais
Treinamento cruzado de funcionários (<i>employee cross-training</i>)	Um membro de uma equipe é deslocado para o trabalho em outra equipe	Criação de equipes multifuncionais em projetos comuns; reuniões, seminários e <i>workshops</i> de treinamento; eventos do tipo “aprenda no almoço” (<i>lunch and learn</i>) com participação de membros de departamentos diversos; criação de espaços comuns para pausas no qual os funcionários se encontram e conversam
<i>Scrum</i>	A equipe gerencia e desenvolve projetos	Reunião diária (<i>daily scrum</i>) para discutir o que ocorreu no dia anterior e decidir o que fazer no dia corrente
PDCA – <i>Plan</i> (planejar), <i>Do</i> (fazer), <i>Check</i>	Na etapa planejar, a equipe planeja o projeto	Interação para entender as necessidades do

(checar), Act (agir)		cliente e como atingir este objetivo
5 porquês	As relações de causa / efeito são evocadas por meio de perguntas	Interação para compreender as relações de causa / efeito do problema

Fonte: Dados de pesquisa (2019).

Para a externalização (conversão do conhecimento tácito para o explícito), os métodos selecionados por Tyagi e outros (2015) estão dispostos no Quadro 4.

Quadro 4: Métodos para a externalização

Método	Como funciona	Como acontece a externalização
Engenheiro chefe (<i>chief engineer</i>)	A condução dos projetos é guiada por um líder / gerente que é responsável por assegurar a compreensão das necessidades do cliente para os demais membros do projeto	Comunicação por meio de documentos conceituais
Engenharia simultânea baseada em conjunto (<i>set-based concurrent engineering</i>)	A equipe é encorajada a fornecer um conjunto robusto de <i>insights</i> para o projeto. Este conhecimento é capturado e armazenado na base de conhecimento do projeto	Captura do conhecimento tácito e transformação em estruturas conceituais
Curvas de <i>trade-off</i> (<i>trade-off curves</i>)	Os funcionários externalizam o conhecimento tácito por meio de uma curva de <i>trade-off</i> ("perde-e-	Elaboração de relatórios de experiência

	ganha”); o conhecimento tácito é articulado na forma de documentos ou relatórios	
<i>Scrum</i>	A equipe ou o <i>scrum master</i> (líder / gerente do projeto) seleciona os conteúdos a serem documentados	Elaboração de documentação
PDCA – <i>Plan</i> (planejar), <i>Do</i> (fazer), <i>Check</i> (checar), <i>Act</i> (agir)	Na etapa fazer, a equipe testa as soluções para o problema e as documenta	Elaboração de relatórios, ferramentas e manuais
5 porquês	As ideias desenvolvidas pelos funcionários para responder às perguntas são documentadas	Elaboração de documentos e relatórios

Fonte: Dados de pesquisa (2019).

Para o trabalho na etapa de internalização (conversão do conhecimento explícito para o tácito), Tyagi e outros (2015) sugerem os métodos apresentados no Quadro 5.

Quadro 5: Métodos para a internalização

Método	Como funciona	Como acontece a Internalização
<i>Scrum</i>	A equipe e cada membro ganham conhecimento a cada encontro e ciclo (<i>sprint</i>) de trabalho	Absorção do conhecimento explicitado que resulta em desenvolvimento
PDCA – <i>Plan</i> (planejar), <i>Do</i> (fazer), <i>Check</i>	Na etapa agir, ocorre a tomada de decisão e a implementação de sugestões de melhoria	Absorção do conhecimento explicitado que resulta em desenvolvimento

(checar), <i>Act</i> (agir)		
5 porquês	As ideias desenvolvidas pelos funcionários são documentadas	Elaboração de documentos e relatórios

Fonte: Dados de pesquisa (2019).

4.4 Modelo

As técnicas desta categoria adotam modelos para o compartilhamento do conhecimento tácito. Mezghani, Exposito e Drira (2016) definiram um modelo para o gerenciamento do conhecimento tácito de equipes. O modelo tem o objetivo de formalizar (articulação e registro) o conhecimento dos especialistas, principalmente pela estruturação do conhecimento em uma plataforma para anotação colaborativa. Para tanto, traz noções de codificação do conhecimento tácito no sentido de desenvolver uma ontologia que represente determinado domínio. É uma tentativa de representação e padronização de uma linguagem comum que ficará armazenada numa plataforma disponível a todos os pertencentes ao âmbito. Para acessar este conteúdo das mentes dos especialistas, o modelo engloba uma série de interações face a face conduzida por diferentes métodos que possibilitem a explicação do conhecimento tácito, a exemplo de entrevistas, *brainstorming* e reuniões.

As sugestões encontradas no *corpus* quanto a estas temáticas são importantes para a gestão do conhecimento por fornecerem entendimentos para evitar o desperdício do conhecimento tácito enquanto ativo organizacional.

5 CONCLUSÕES

Este capítulo apresentou uma revisão de literatura sobre as principais técnicas disponíveis para o compartilhamento do

conhecimento tácito no ambiente das empresas. Este trabalho contribui para a conscientização dos gestores organizacionais de que os ativos de conhecimento sejam geridos de maneira eficaz, mantidos na empresa e utilizados com finalidade de obtenção de melhores resultados.

Merece destaque a abordagem das técnicas de compartilhamento do conhecimento tácito que adota a formação de equipes de trabalho, porque os contatos pessoais são cruciais para o compartilhamento do conhecimento tácito. Os contatos pessoais ocasionam a aprendizagem informal que possibilita as habilidades e *know-how* emergirem e serem comunicados às outras pessoas da organização e, assim, assumir *status* de conhecimento organizacional. Atrelado ao padrão de que o conhecimento tácito depende do fator social, as ferramentas, métodos e modelo reunidos na revisão são baseados na interação social, inclusive com apoio das soluções da TI que suportam interações pessoais mais parecidas com as do mundo físico, como conversas e exibição de vídeos. Assim, a TI tem papel importante no compartilhamento do conhecimento tácito no tocante à disponibilização e ao registro.

Apesar de não ser uma tarefa trivial, o conhecimento tácito pode ser gerenciável por meio de técnicas adotadas pelas empresas que auxiliam na identificação, monitoramento, criação e uso deste ativo. É possível saber o que é o conhecimento tácito, onde ele pode emergir, como ele pode ser captado e como promover o compartilhamento para além do indivíduo que o detém. Estas condições permitem que as empresas criem os sistemas de gestão do conhecimento viáveis para o trabalho com o conhecimento tácito. Todavia, o compartilhamento deste tipo de conhecimento pode não ocorrer por causa de questões pessoais do detentor do conhecimento que, por exemplo, pode se negar a repassar o que sabe com receio de comprometer sua

posição na empresa ou prestígio por seu *know-how*. Outra causa possível é a falta de técnica do detentor do conhecimento tácito para articular o que sabe. Por esse motivo, a participação ativa da empresa é importante para a criação da competência dos seus funcionários. A problemática da alta quantidade de detalhes que o aprendiz de algum conhecimento tácito tem que captar do instrutor é outra causa para que o compartilhamento não seja efetivado, visto que o aprendiz não sabe em qual detalhe focar. Até porque o próprio instrutor ainda não tem competência para priorizar e articular os detalhes mais importantes do que está querendo comunicar.

Por fim, propõe-se como trabalho futuro o estudo dos vídeos digitais como principal forma de captura e compartilhamento de conhecimento tácito devido a sua capacidade de registrar uma maior quantidade de informações sob diferentes formatos – imagem, áudio e texto – e pela possibilidade de armazenamento e reprodução da gravação.

REFERÊNCIAS

BALCONI, Margherita; POZZALI, Andrea; VIALE, Riccardo. The “codification debate” revisited: a conceptual framework to analyze the role of tacit knowledge in economics. *Industrial and Corporate Change*, v. 16, n. 5, p. 823–849, out. 2007. Disponível em: <https://academic.oup.com/icc/article-abstract/16/5/823/661434?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 04 jul. 2019.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; RAIMUNDO, Eidele Maria; COSTA, Gisele Cilli da; MELLO, Leonilde Favoreto de; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. *Glossário trilingue de termos em gestão da informação*: subárea inteligência competitiva organizacional. Marília: Fundepe; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CHUANG, Chih-Hsun; JACKSON, Susan E.; JIANG, Yuan. Can knowledge-intensive teamwork be managed? examining the roles of HRM systems, leadership, and tacit knowledge. *Journal of Management*, v. 42, n. 2, p. 524-554, fev. 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0149206313478189>. Acesso em: 01 jun. 2019.

COWAN, Robin; DAVID, Paul A.; FORAY, Dominique. The explicit economics of knowledge codification and tacitness. *Industrial and Corporate Change*, v. 9, n. 2, p. 211-253, jun. 2000. Disponível em: <https://academic.oup.com/icc/article-abstract/9/2/211/903685?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 03 jul. 2019.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. *Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação*. São Paulo: Futura, 1998.

DEL GIUDICE, Manlio; DELLA PERUTA, Maria Rosaria. The impact of it-based knowledge management systems on internal venturing and innovation: a structural equation modeling approach to corporate performance. *Journal of Knowledge Management*, v. 20, n. 3, p. 484-498, 2016. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/JKM-07-2015-0257>. Acesso em: 01 jun. 2019.

EXPLICIT knowledge. In: CAMBRIDGE dictionary. [S.l.]: Cambridge University Press, 2019. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/>. Acesso em: 21 abr. 2019.

KIMBLE, Chris. Knowledge management, codification and tacit knowledge. *Information Research*, v. 18, n. 2, jun. 2013. Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/18-2/paper577.html#.XSE8pz9Kjcc>. Acesso em: 04 jul. 2019.

LIRA, Josceline. *Revisão de literatura sobre as principais técnicas de compartilhamento do conhecimento tácito no contexto da gestão do conhecimento nas empresas*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

KNOW-HOW. *In*: CAMBRIDGE dictionary. [S.l.]: Cambridge University Press, 2019. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/>. Acesso em: 21 abr. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

MEZGHANI, Emna; EXPOSITO, Ernesto; DRIRA, Khalil. A collaborative methodology for tacit knowledge management: application to scientific research. *Future Generation Computer Systems*, v. 54, p. 450-455, jan. 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167739X1500182X>. Acesso em: 01 jun. 2019.

MIRVIS, Philip; HERRERA, Maria Elena Baltazar; GOOGINS, Bradley; ALBAREDA, Laura. Corporate Social Innovation: How Firms Learn to Innovate for the Greater Good. *Journal of Business Research*, v. 69, n. 11, nov. 2016, p. 5014-5021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0148296316302363>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirolaka. *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

OLIVEIRA, Mírian; CURADO, Carla M. M.; MAÇADA, Antonio C. G.; NODARIA, Felipe. Using alternative scales to measure knowledge sharing behavior: are there any differences? *Computers in Human Behavior*, v. 44, mar. 2015, p. 132-140.

Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0747563214006499>. Acesso em: 30 maio 2019.

PANAHI, Sirous; WATSON, Jason; PARTRIDGE, Helen. Information encountering on social media and tacit knowledge sharing.

Journal of Information Science, v. 42, n. 4, p. 539-550, ago. 2016.

Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0165551515598883>. Acesso em: 01 jun. 2019.

PARK, Chansoo; VERTINSKY, Ilan. Reverse and conventional knowledge transfers in international joint ventures. *Journal of Business Research*, v. 69, n. 8, p. 2821-2829, ago. 2016.

Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S014829631500692X>. Acesso em: 01 jun. 2019.

PARK, Chansoo; VERTINSKY, Ilan; BECERRA, Manuel. Transfers of tacit vs. explicit knowledge and performance in international joint ventures: the role of age. *International Business Review*, v. 24, n. 1, p. 89-101, fev. 2015.

Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0969593114000808>. Acesso em: 30 maio 2019.

POLANYI, Michael. *The tacit dimension*. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

TYAGI, Satish. CAI, Xianming; YANG, Kai; CHAMBERS, Terrence.

Lean tools and methods to support efficient knowledge creation.

International Journal of Information Management, v. 35, n. 2, p.

204-214, abr. 2015. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0268401214001273>. Acesso em: 30 maio 2019.

VALENTIM, Luís; LISBOA, João Veríssimo; FRANCO, Mário. Knowledge management practices and absorptive capacity in small and medium-sized enterprises: is there really a linkage? *R&D Management*, v. 46, n. 4, set. 2016, p. 711-725. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/radm.12108>. Acesso em: 01 jun. 2019.

WALKER, Alexander Muir. Tacit Knowledge. *European Journal of Epistemology*, v. 32, n. 4, abr. 2017, p. 261-267. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10654-017-0256-9>>. Acesso em: 26 maio 2019.

ZHU, Hong-Miao; ZHANG, Sheng-Tai; JIN, Zhen. The effects of online social networks on tacit knowledge transmission. *Physica A: Statistical Mechanics and its Applications*, v. 441, p. 192-198, jan. 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378437115007098>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SOBRE AS ORGANIZADORAS, AS AUTORAS E OS AUTORES

Alessandra dos Santos Araújo

Primeira Tesoureira na ABECIN, Gestão 2019-2022. Professora Adjunta do Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe. Docente do curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (PPGCI/UFS). Coordenadora de Disciplina no Curso de Bacharelado em Biblioteconomia a Distância. Possui Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UNB). Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília. (UNB). Especialização em em Gestão de Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro do Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos (GPAF/UNB). Na graduação ministra as disciplinas: Metodologia Aplicada às Ciências Biológicas e da Saúde; Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Biblioteconomia I e II; Representação do Conhecimento em Ambientes Digitais; Tópicos Especiais em Gestão da Informação; Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I e II. Áreas de interesse: Tecnologia da Informação e Comunicação, Web semântica, Ontologias, Arquitetura da Informação, Arquivos Digitais, Competência Informacional, Arquivos na área da saúde, Acervos imagéticos, Gestão da informação em ambientes digitais. Contato: alearaujo1@academico.ufs.br.

Almiraci Dantas dos Santos

Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFAL, profissionalmente

assume os cargos de Coordenadora da Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Alagoas e do Comitê do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), em Maceió pela Secretaria de Estado da Cultura - Governo de Alagoas. Conselheira do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED). Presidente e fundadora do Sindicato de Bibliotecários do Estado de Alagoas (SINBIBLIO), desde 2016. Em 2014-Desenvolveu a função de bibliotecária na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos - Estado de Alagoas. Ainda no mesmo ano realizou a pesquisa e organização do registro do Conhecimento acerca da Memória Histórica Institucional do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas desde 2011 com a defesa da pesquisa sobre a temática: O patrimônio imaterial: uma leitura das ações culturais da ONG Olha o Chico / Piaçabuçu/AL. Contato: dantasmira@hotmail.com.

Ana Celina Figueira da Silva

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre em Ciência Política por essa mesma instituição. Graduada em História e Museologia (UFRGS). Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no curso de Museologia no Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Experiência na área museológica atuando principalmente nas seguintes áreas: Museologia, Documentação em Museus, História dos Museus. Membro dos grupos de pesquisa do CNPq GEMMUS - Grupo de Estudos em Memória e Patrimônio - e GADH - Gestão de Acervos e Direitos Humanos - participando prioritariamente na linha de Ciência do Patrimônio, Documentação e Metodologia de Gestão

de Acervos. Contato: ana.celina@ufrgs.br.

Ana Lúcia de Abreu Gomes

Possui Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense - licenciatura e bacharelado (1988), Mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999) e Doutorado em História Cultural pela Universidade de Brasília (2008). Tem experiência na área de História com ênfase em História Social e História Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: imagens e história, Patrimônio Cultural, Patrimônio Imaterial, História Oral, Brasil Império e Brasil República. Durante 20 anos lecionou História nas séries do Ensino Fundamental e Médio, atuando, inclusive, na área do Ensino de Jovens e Adultos. Foi professora da Universidade Aberta do Brasil na UnB ministrando aulas sobre metodologia do ensino de História. Atuou, igualmente como técnica em História do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Departamento do Patrimônio Imaterial. Atualmente é Professora Associada do Curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, tendo sido credenciada em seu Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para orientação de Mestrado e Doutorado. É líder do Grupo de Pesquisa Museologia, Patrimônio e Memória do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Contato: anaabreu@unb.br.

Bruno Tenório Ávila

Possui graduação em Ciências da Computação pelo Centro de Informática da UFPE, mestrado em Engenharia Elétrica pela UFPE e doutorado em Ciências da Computação pela PUC-Rio e pós-doutorado pelo Centro de Informática da UFPE. Atualmente é

Professor Adjunto do Departamento de Ciências da Informação da UFPE e coordenador do Laboratório de Tecnologia da Informação (Agadê) da UFPE. Tem experiência na área de Ciência da Computação e da Informação, com ênfase em sistemas de informação, banco de dados, algoritmos, teoria da informação, compressão de dados e processamento de imagem. Contato: brunotavila@gmail.com.

Carla Regina Mota Alonso Diéguez

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2014), com mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2007) e bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (2001). É docente e pesquisadora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e membro do Corpo Diretivo do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, trabalho portuário, sindicalismo, modernização portuária, porto. Contato: carlaregina@fespsp.org.br.

Cássia Dias Santos

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Bacharel em Biblioteconomia pela Unesp. Tem experiência em pesquisas sobre cultura e interdisciplinaridade na área de Ciência da Informação. Contato: cassiadisantos@gmail.com.

Christoffer Moacir Sabatke

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina (2017). Bibliotecário do Colégio Martinus – Curitiba/PR. Contato: cmsabatke@gmail.com.

Clovis Carvalho Britto

Pós-Doutor em Estudos Culturais no Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), Portugal, e Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Mestre em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Adjunto IV da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB) no Curso de Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de Museologia (2020-2023). É um dos editores da Revista Museologia & Interdisciplinaridade (ISSN: 2238-5436). Integra os Grupos de Pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (UnB), Museologia, Patrimônio e Memória (UnB), História Regional: Manifestações Artísticas e Patrimônios Culturais (UEM) e Observatório da Museologia na Bahia (UFBA). Tem experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia da Literatura, Sociologia da Religião e Antropologia dos Museus e Patrimônios, e em Museologia, com ênfase em Teoria Museológica. Contato: clovisbritto@unb.br.

Dariane Moreira Resende

Graduada em Museologia pela Universidade de Brasília (2019). É arte-educadora do Programa Educativo do Centro Cultural Banco do Brasil de Brasília. Possui experiência na área de museus com foco em Acessibilidade em museus, Museologia social, Documentação museal e Produção cultural. Contato: dariresende02@gmail.com.

Emeide Nóbrega Duarte

Professora do nível titular da Universidade Federal da Paraíba. Realizou Pós-doutorado em Ciência da Informação na UNESP - Marília. Doutorado em Administração e Mestrado em Biblioteconomia realizados na UFPB. Possui curso de graduação em Biblioteconomia pela UFPB. Curso de Especialização em Documentação Científica realizado na UFRJ/IBBD. Curso de especialização em Organização e Administração de Arquivos realizado na UFPB. Credenciada no PPGCI da UFPB. Membro do comitê interno de pesquisa (PIBIC/PIVIC/PRPG) da UFPB, durante o período de 2014 a 2016. Coordenadora do GT4 do ENANCIB - 2013 e 2014. Vice- coordenadora do GT4 do ENANCIB – 2017/18. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq "Informação, Aprendizagem e Conhecimento" (GIACO). Atua nos seguintes eixos temáticos: produção científica, gestão da informação e do conhecimento, aprendizagem organizacional, cultura informacional, competências e inteligência organizacional. Nos cursos de graduação em Biblioteconomia e Graduação em Arquivologia ensina a disciplina "Gestão da Informação e do conhecimento ". No curso de pós-graduação em Ciência da Informação, ensina a disciplina "Gestão: informação, conhecimento e inteligência" e Informação, Aprendizagem e Conhecimento. Contato: emeide@hotmail.com.

Eráclito Pereira

Professor Assistente do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCI/FABICO/UFRGS). Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu/UFRGS). Griô Aprendiz em formação pela Escola de Formação na Pedagogia Griô. Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em Museologia pelo Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE). Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas e Africanos - NEAB/UFRGS. Pesquisador associado à Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os - ABPN. Vice-coordenador do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros - CONNEABS/Regional Sul (Gestão 2020-2022). Membro da Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia do Brasil; Membro efetivo da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários - ABREMC. Membro do Grupo de Estudos em Memória, Museus e Patrimônio - GEMMUS/UFRGS/CNPq e do Grupo de Pesquisa em Gestão de Acervos e Direitos Humanos - GADH/UFRGS/CNPq. Tem experiência em Educação, Gestão, Museologia e Patrimônio Cultural com ênfase em Museologia Social e Comunitária e Pesquisa Museológica. Tem interesse nos seguintes temas/áreas: Clubes Sociais Negros e políticas públicas de preservação, salvaguarda e patrimonialização; educação das relações étnico-raciais; museus comunitários e ecomuseus; memória e estudos culturais. Contato: eraclito@ufrgs.br.

Francisca Liliana Martins de Sousa

Bibliotecária da Universidade Federal do Ceará (UFC) Campus de Crateús. Mestrado em Ciência da Informação pelo Programa de

Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará com a dissertação intitulada: Mediação da informação no cárcere: atuação do bibliotecário para a reinserção social dos apenados. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) com pesquisa intitulada: Biblioteca prisional no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa: cenário e possibilidades em prol da reinserção social. Participa do grupo de pesquisa Competência e mediação em ambientes de informação-CMAI (UFC). Temas de interesse: Biblioteca prisional, Mediação da Informação, Mediação da leitura, Tecnologias da Informação e Bibliotecas Universitárias. Integrante da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP) gestão 2020-2022. Contato: liliana-martins2011@hotmail.com.

Isadora Cristal Escalante

Mestranda em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Alfabetização e Letramento pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Graduada em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Técnica em Administração pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-RJ). Fundadora e responsável pela coordenação da Biblioteca Comunitária União do Saber (BICUS) situada no bairro Dois Irmãos, da cidade de Nova Iguaçu. Atualmente é bibliotecária da Rede de Bibliotecas Comunitárias Baixada Literária em convênio com o Centro Comunitário São Sebastião de Vila de Cava (CECOM). Atua nos temas: Alfabetização Midiática e Informacional, Competência em Informação, Prática Informacional, Recursos Informacionais, Fontes de Informação,

Práticas de Letramento, Estudos de Comunidades, Estudos de Gênero, Gestão de Unidades de Informação e Políticas Culturais. Contato: isadora.cristal@gmail.com.

Josceline Lira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI-UFPE), com projeto de pesquisa vinculado à Linha de Pesquisa 2 - Comunicação e Visualização da Memória. Em atividades informais e voluntárias auxilio pessoas a desenvolverem trabalhos escolares e acadêmicos. Contato: liraxl.joy@gmail.com.

Julianne Teixeira e Silva

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - UFPB (2012-2016). Professora adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Possui mestrado em Ciência da Informação (2005) e bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1994), Doutorado sanduíche na Universidade de Murcia, Espanha (2014-2015), financiado pela CAPES. Graduanda em Arquivologia e em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Foi Diretora do Arquivo Central - UFPB e Membro do Comitê de Governança Digital - UFPB (2016-2020); Foi coordenadora do curso de Graduação em Arquivologia da UFPB no biênio 2011-2013. Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos Arquivísticos em Documentos e Registros Digitais. Trabalha com os seguintes temas: Gestão de Documentos e Registros Arquivísticos Digitais; Arquivística no entorno digital; Records Continuum, Representação da Informação, Transformação Digital. Contato: julianne.teixeira@gmail.com.

Katia Cilene de Almeida

Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: katialmeida21@hotmail.com.

Lilian de Mendonça Pereira

Possui graduação em Gestão Pública pela Universidade Federal da Paraíba (2014) e graduação em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (2019). Atualmente atuo como Assistente Administrativo no Arquivo Corrente da Diretoria da Gestão do Trabalho (DGETS) da Secretaria da Saúde do município de João Pessoa/PB. Contato: lilianmendoncap@hotmail.com.

Luciano Rodrigues de Souza Coutinho

Possui doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2011), mestrado em Administração pelo IBMEC/RJ (2006), MBA em Excelência na Gestão de Negócios pela Grifo e Graduação em Administração pela UNIABEU (2004). Atualmente, é professor adjunto do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação (CBG/FACC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem experiência nas áreas de Administração, Política social, Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: mercado de trabalho, diversidade nas organizações, gênero, raça, modernidade e pós-modernidade. Contato: lucianocoutinho@facc.ufrj.br.

Márcia Ivo Braz

Primeira Secretária na ABECIN, Gestão 2019-2022. Vice-coordenadora do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco. Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco nas disciplinas de Organização da Informação. Foi Professora do

curso de Biblioteconomia - Departamento de Ciência da Informação/Universidade Federal de Sergipe (2013-2015). Possui Doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (2020), Mestrado em Ciência da Informação (2013) e bacharelado em Biblioteconomia (2010) pela UFPE. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa "Organização e Representação do Conhecimento" e "Laboratório de Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento (LOGIC)". Contato: marciabraz.ufpe@gmail.com.

Marcos Aurélio Gomes

Doutorado em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016), Mestre em Ciência da Informação (2005) e Especialista em Sistemas Automatizados de Informação (1995) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Graduado em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal do Espírito Santo (1984). Atualmente exerce atividades de ensino e pesquisa como Professor Adjunto do Curso de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal de Alagoas (CBIB/PPGCI/UFAL), na linha de pesquisa Produção, Mediação e Gestão da Informação. Atua principalmente nos seguintes temas: Estudos de Usuários e Necessidades de Informação, Marketing em Unidades de Informação, Competência em Informação e Unidades de Informação. Contato: gomesbib@cci.ufal.br.

Maria de Lourdes Lima

Doutora em Ciência da Informação (UNESP - Campus de Marília, 2009), graduada em História (UFF, 1982), com especialização em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros e pela Escola de Comunicação e Artes (USP, 1998). Professora

Adjunto 1 da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) integra o corpo docente do Curso de Biblioteconomia e do Programa de Pós Graduação em História da UFAL. Em colaboração com o SAESP, sistema que integra o Arquivo Público do Estado de São Paulo, participou da elaboração de uma minuta que ensejou a Lei 6.236, de 06/06/2001, que criou o Sistema de Arquivos do Estado de Alagoas. Em seguida, atuou como mediadora entre Arquivo Nacional/AN e Secretaria de Educação do Estado de Alagoas resultando no Relatório de Visita Técnica ao Arquivo Público de Alagoas/APA, o qual sugeriu um Plano de Revitalização do APA pela equipe técnica do AN. Tem experiência nas áreas de História e Ciência da Informação, com ênfase, respectivamente, em História da Cultura e Representação da Informação. O foco de atuação contempla imagem e memória cultural, arquivo público e gestão documental, patrimônio arquivístico e políticas públicas de preservação da informação. As orientações têm priorizado a relação entre memória, informação e documento. Maria de Lourdes Lima - Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Marília/SP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/Universidade Federal de Alagoas. Contato: loulima09@gmail.com.

Marta Lígia Pomim Valentim

Professora Titular da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Pós-Doutorado pela Universidad de Salamanca (USAL), Espanha. Livre Docente em Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional pela Unesp. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Docente de graduação e pós-graduação da Unesp, campus de Marília. Bolsista

Produtividade em Pesquisa (PQ-1D) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de inteligência organizacional, gestão da informação, gestão do conhecimento e cultura informacional desde 2002. Líder do Grupo de Pesquisa Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional. Coordena o projeto de pesquisa Inteligência organizacional e inteligência social no contexto do big data: análise de dados para a geração de diferenciais competitivos. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Unesp, gestão 2017-2021. Organizadora e autora de vários livros na área. Presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), gestão 2016-2019. Exerceu o cargo de Vice-Presidente da Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC), gestão 2009-2011. Exerceu a coordenação do Grupo de Trabalho Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações (GT-4), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), gestão 2009-2010. Exerceu o cargo de Presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), gestão 2001-2004. Contato: valentim@valentim.pro.br.

Martha Eddy Krummenauer Kling Bonotto

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1970), graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1982) e mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). Atualmente é professor assistente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Departamento de Ciências da Informação. Tem experiência na área de Letras, com ênfase no ensino da Língua

Inglesa. No presente, atua principalmente nas áreas de Representação Temática, Literatura, Leitura e Literatura Infantil e Fontes de Informação. Contato: marthakbonotto@yahoo.com.br.

Martha Suzana Cabral Nunes

Presidente na ABECIN, Gestão 2019-2022. É professora adjunta do Departamento de Ciência da Informação e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe. Possui graduação em Administração com ênfase em Análise de Sistemas pela Universidade Tiradentes (1993), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2008) e doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (2015), com período de doutorado sanduíche realizado na Université Paul Sabatier, Toulouse 3, França (2014). É pesquisadora PQ2. Atua como coordenadora do GT3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação da ANCIB (Gestão 2018-2020). É membro associado da ANCIB e da ABECIN. Coordena o grupo de pesquisa intitulado Núcleo de Estudos em Mediação, Apropriação, Gestão da Informação e do Conhecimento (NEMAGI). Também coordena o Laboratório de Referência, Editoração e Mediação (REM) e é editora da revista *Convergências em Ciência da Informação* (E-ISSN 2595-4768), da *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação - REBECIN* (E-ISSN 2358-3193) e administradora do Portal de Periódicos da UFS. É membro da Rede de Pesquisadores franco-brasileira MUSSI (Mediações e Usos Sociais dos Saberes e da Informação) desde 2014. Tem experiência na área de Ciência da Informação e Gestão Pública, atuando principalmente nas seguintes áreas: mediação da informação, mediação editorial, gestão da informação e do conhecimento, Ciência da Informação, biblioteca universitária, gestão pública. Contato:

marthasuzana@hotmail.com.

Natália Souza Silva

Mestranda no PPG Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017) e graduação em História pelo Centro Universitário Metodista (2008). Professora do Ensino Básico na República do Estado do Rio Grande do Sul. Colaboradora no Instituto Sociocultural Afro-Sul Odomode. Contato: nati.historia@gmail.com.

Nathalia Gianini Reys

Possui graduação em Bacharelado em Museologia pela Universidade de Brasília (2018). Tem experiência na área de Museologia, com ênfase em Conservação e Restauro. Vem desenvolvendo trabalhos de pesquisas principalmente nas áreas de Conservação e Restauro, Memória e Patrimônio. Contato: reysnathalia@gmail.com.

Pamela Munhoz da Cunha Cassiano

Bacharel em Biblioteconomia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP/SP). Contato: pamelamunhoz.cunha@hotmail.com.

Patrícia Mallmann Souto Pereira

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2004), mestrado em Ciência da Informação pelo convênio entre Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense (IBICT/UFF) (2009) e doutorado em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2014). Atualmente, é professora adjunta do Curso de

Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação (CBG/FACC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem experiência nas áreas de Ciência da Informação e Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: Biblioteconomia social, informação e cidadania, biblioteca comunitária, biblioteca pública, estudos de usuários e de comunidades, inclusão digital, apropriação de TICs. Contato: patriciamall@facc.ufrj.br.

Priscila dos Santos Louro

Bacharel em Biblioteconomia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP/SP). Contato: priscila_louro@hotmail.com.

Rayan Aramis de Brito Feitoza

Professor Assistente do Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais (DFPI) do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), na Linha de pesquisa Ética, Gestão e Política de Informação. Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), na Linha de pesquisa Ética, Gestão e Política de Informação - Bolsista CAPES (2017 - 2019). Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - (2016). Técnico de Arquivo com registro no Ministério do Trabalho e emprego - MTE e experiências em atividades administrativas e gestão de documentos, gestão da informação e gestão do conhecimento. Pesquisador no Grupo de Pesquisa Informação, Aprendizagem e

Conhecimento (GIACO), coordenado pelas líderes Prof^a. Dr^a. Emeide Nóbrega Duarte e Prof^a. Dr^a. Alzira Karla Araújo da Silva e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Áreas de interesse em estudos e pesquisa: Administração/Gestão de Unidades de Informação, Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento, Memória Organizacional, Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, Competência em Informação, Gestão de Documentos e suas Funções Arquivísticas, Organização do Conhecimento Arquivístico, Estudo de Usuários na Arquivologia. Contato: rayanbritof@gmail.com.

Rennata Maria Marques Batista

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Contato: rennata.m.marques@hotmail.com.

Rosanne Maria de Oliveira Silva

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Contato: dreamsrose_29@hotmail.com.

Sueli Bortolin

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina (1981), mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001) e doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010). É professora adjunto nível ad-c da Universidade Estadual de Londrina. Atualmente é colaboradora da Rede Mediar. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Processos de Disseminação da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: mediação de leitura, biblioteca escolar, leitura, literatura infanto-

juvenil e mediação da informação. Sueli Bortolin - Docente do PPGCI da Universidade Estadual de Londrina. Contato: suelibortolin@gmail.com.

Virgínia Bentes Pinto

Professora Titular da Universidade Federal do Ceará-UFC. Bacharel em Biblioteconomia - Universidade Federal do Ceará. Doutorado em Sciences de l'Information et de la Communication- Institut des Communications et des Média (ICM) - Université Stendhal-Grenoble-3-França (1999). Mestrado em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989). Pós-Doutorado em Filosofia - Tratamento cognitivo da informação - Laboratoire de l'Analyse Cognitive de l'Information (LANCI) - Université du Quebec à Montreal - (2006). Estágio Pós-Doutoral no Instituto de Linguística Aplicada (IULA) da Universidad Pompeu Fabra - Barcelona. Estágio Pós-Doutoral em Direito e Genoma na Cátedra Interuniversitária de Derecho y Genoma Humano - Universidad de Deusto - País Basco (2013). Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Ex-Professora Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação das Universidades Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Ex-Coordenadora do Doutorado Interinstitucional em Ciência da Informação - UNESP-CI-Marília / UFC-DCINF. Pesquisadora - CNPq. Líder do Grupo sobre Representação da Informação - certificado pela-UFC. Vice Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará. Especialização em Informação Tecnológica-Universidade Federal de Santa Catarina (1985). Aperfeiçoamento em Informação Agrícola - Instituto Brasileiro de

Informação Científica e Tecnológica (IBICT). Áreas de interesse: Tratamento Cognitivo da Informação, Representação Indexal de textos verbais e não-verbais (imagens, sons), Representação do Conhecimento, Tecnologias Digitais de Informação e de Comunicação, Informação para a Saúde, Documentação sanitária, Terminologias na área da Saúde, Gerenciamento Eletrônico de Documentos, Ontologias, Bibliometria, Linguagem Natural e Controlada, Epistemologia da Ciência da Informação, Metodologia da Pesquisa, Leitura e Biblioterapia, Gestão da Informação e do Conhecimento e ontologias. Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) - UFC. Membro da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Ceará. Conjuntamente com a Profa. Ana Maria Sá, foi idealizadora e colocou em prática o PROLER-CE, tendo sido sua primeira coordenadora. Também idealizou e colocou em prática o projeto Biblioterapia no Bloco de Oncologia do Hospital Albert Sabin e na Casa da Criança. Conjuntamente com a Profa. Juliana Buse, elaborou o Projeto do Portal de Periódicos Científicos da UFC. É Membro do Comitê Gestor do Serviço Eletrônico de Informação (SEI)- UFC. Tem livros e artigos publicados no campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. Orienta alunos de graduação e pós-graduação. Possui experiência nas áreas de Ciência da Informação e da Biblioteconomia, atuando em bibliotecas universitárias, públicas, escolares e especializadas. PQ-1D-CNPq. Contato: bentespinto@yahoo.com.br.

Wagner Bernardes Zimmermann

Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2016. Atualmente é Bibliotecário do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da mesma Universidade. Contato: wagnerzimmermann@gmail.com.

Zaira Regina Zafalon

Vice-Presidente na ABECIN, Gestão 2019-2022. Atua como docente na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Realizou estágio pós-doutoral junto à Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Ciência da Informação (2012), mestre em Comunicação e Semiótica (2006), especialista em Sistemas Automatizados de Informação em Ciência & Tecnologia (1996), em Administração (2002) e em Ensino Superior (2003), e bacharel em Biblioteconomia e Documentação (1993). Lidera o Grupo de Pesquisa Tecnologias em Ambientes Informacionais e Inovação - GPTAI (UFSCar) e colabora com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Catalogação (GEPcat). É membro da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), da International Society for Knowledge Organization (ISKO) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização e Representação da Informação. São temas de seu interesse e de pesquisa: ambientes informacionais digitais, dados e metadados, patrimônio, memória e identidade cultural. Ao longo dos anos especializou-se em discussões sobre catalogação e catalogação automatizada; modelos conceituais do universo bibliográfico, museológico e arquivístico; metadados, padrões e estruturas de representação da informação; intercâmbio e conversão de dados em unidades de informação. Desenvolveu o Scan for MARC, um interpretador sintático e semântico de registros bibliográficos analógicos para o Formato MARC21 Bibliográfico, pelo qual foi premiada na ANCIB e no Conselho Regional de Biblioteconomia - 8. Região. Foi homenageada na Câmara Municipal de São Carlos/SP. Contato: zaira@ufscar.br.